

A T A S

1 **Ata da 381a sessão (Ordinária) da Congregação, realizada em 12/12/2019, no Local: Rua**
2 **do Lago, 717, sala 145 - salão nobre - Prédio da Administração da FFLCH - USP, sob a**
3 **presidência de Maria Arminda do Nascimento Arruda e com a presença dos membros:**
4 Paulo Martins, Adrian Pablo Fanjul, Adriano Scatolin, Alan Rizério da Silva Oliveira, Álvaro
5 Silveira Faleiros, Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi, Betina Bischof, Cicero Romão
6 Resende de Araujo, Claudia Consuelo Amigo Pino, Daniel Rossi Nunes Lopes, Emerson
7 Galvani, Felipe Costa Sunaitis, Fernanda Arêas Peixoto, Fernanda Padovesi Fonseca, Gabriel
8 Ferreira Silva, Heitor Frúgoli Junior, Jaime Ginzburg, João Paulo Candia Veiga, Lucas
9 Coutinho Marcelino da Silva, Luís César Guimarães Oliva, Mamede Mustafa Jarouche, Manoel
10 Mourivaldo Santiago Almeida, Marcio Ferreira da Silva, Marcos Francisco Napolitano de
11 Eugênio, Marcos Martinho dos Santos, Maria Augusta da Costa Vieira, Maria Julia Venâncio
12 Ananias, Maria Teresa Celada, Marta Inez Medeiros Marques, Moacir Aparecido Amâncio,
13 Neide Hissae Nagae, Oliver Tolle, Patricia Sayuri Tanabe Galvão, Patricio Tierno, Priscila
14 Loyde Gomes Figueiredo, Rafael de Bivar Marquese, Ricardo da Cunha Lima, Roberta Barni,
15 Ronald Beline Mendes, Rosangela Sarteschi, Ruy Gomes Braga Neto, Sara Albieri, Sueli
16 Angelo Furlan, Vanessa Martins do Monte, Viviana Bosi, Wagner Costa Ribeiro, Waldir
17 Beividas. Como membros atuaram: Adriana Cybele Ferrari, Eliana Bento da Silva Amatuzzi
18 Barros, Juliana Maria Costa, Normando Peres Silva Moura, Rosangela Duarte Vicente, Valdeni
19 Faleiro. **Diretora:** “Boa tarde. Vamos começar a 381a sessão ordinária da Congregação da
20 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Bem-vindos todos e todas. **I -**
21 **EXPEDIENTE. 1.** Justificaram a ausência os seguintes membros: André Singer (está em
22 viagem para compromissos acadêmicos); Marli Quadros Leite (pelo mesmo motivo); Helmut
23 Galle; Aparecida de Fátima Bueno; Horácio Gutierrez; Marilza de Oliveira; Ana Cecilia Arias
24 Olmos; Valeria de Marco; Alex Moura (está fazendo a Livre Docência agora); Esmeralda
25 Negrão (motivos de saúde); Yuri Tavares - (falecimento de familiar ocorrido nesta madrugada);
26 Cilaine Alves Cunha (vice-presidente – compromissos já assumidos), portanto, não teremos,
27 hoje, representação de Cultura e Extensão. **2.** Dou as boas-vindas aos novos membros
28 representantes discentes desta Congregação eleitos em 26.11.2019 com mandato de 09.12.2019
29 a 08.12.2020. CATEGORIA GRADUAÇÃO: CIÊNCIAS SOCIAIS - Maria Julia Venâncio
30 Ananias (titular) e Maria Luiza Burgareli Laia Gama (suplente); FILOSOFIA - Alan Rizério da
31 Silva Oliveira (titular) e Diego Araujo Borges da Silva (suplente); GEOGRAFIA - Gabriel
32 Ferreira Silva (titular) e Tomas Carrera Massabki (suplente); HISTÓRIA - Talita Rocha de
33 Oliveira (titular) e Ana Clara Vieira Marques (suplente); LETRAS - Andrea Cristina Natanael
34 da Silva (titular) e Raquel de Paula Guets (suplente). CATEGORIA PÓS-GRADUAÇÃO:

A T A S

35 GEOGRAFIA - Lucas Coutinho Marcelino da Silva (titular); LETRAS - Daniel de Almeida
36 Torres de Brito (titular) e Soraya Misleh de Matos (suplente). Vocês terão um mandato mais
37 longo do que o da atual Direção, que termina em setembro. A representação discente – em
38 qualquer dos níveis (Graduação e Pós-Graduação) – é muito importante na Congregação. Bem-
39 vindos. Gostaria de comentar, em rápidas palavras, a respeito da comemoração dos 85 anos da
40 Faculdade. Vocês devem ter percebido que já houve uma mudança nos corredores. Eu falei
41 muito a esse respeito na abertura do evento no segundo dia e na quarta-feira, na abertura da
42 conferência do Prof. José Arthur Giannotti, da Filosofia, que inaugurou uma série de
43 conferências que devem se encaminhar pelo primeiro semestre de 2020 com o título *Afinal,*
44 *para que servem hoje as Ciências Humanas*, que, como podem observar, é bastante sugestivo
45 na medida em que a decisão de comemorar os 85 anos da Faculdade é plena de significados.
46 Em primeiro lugar, tem um caráter de celebrar a Faculdade de Filosofia, sendo uma afirmação
47 da nossa identidade, mais do que isso, é resistência, uma expressão política diante de um
48 momento tão adverso que envolve um conjunto amplo como as pesquisas, a reflexão, a
49 produção no campo das ciências humanas e da cultura. Também por esta razão, essas
50 comemorações pretendem assinalar a nossa importância não apenas para fora, mas para dentro
51 da Universidade, visto que a Faculdade de Filosofia tem perdido seu lugar de herdeira do
52 núcleo formador da Universidade de São Paulo. Hoje, em qualquer situação pública da
53 Universidade, a referência é a de que o núcleo fundador foi a Faculdade de Direito, o que é
54 ótimo, todavia, ela não era a USP. Era uma faculdade ligada ao Governo Federal. Isso tem sido
55 sintoma dos tempos. Então, o conjunto de eventos que programamos, assim como o tratamento
56 gráfico, que envolveu uma pesquisa importante e que envolveu todas as assistências e
57 funcionários e a mudança da área do Prédio da Administração não têm sentido passadista –
58 engana-se quem pensa desta forma. Isto é para mostrar o lugar político da Faculdade de
59 Filosofia. São iniciativas que, longe de estarem com os olhos voltados ao passado, miram ao
60 futuro. E o futuro não parece muito alvissareiro, nem para este país, tampouco para a chamada
61 área da cultura e das humanidades. Vou me abster de comentar os horrores que se fala sobre as
62 universidades públicas. É por isso que devemos afirmar a nossa identidade e, evidentemente,
63 continuar esses debates. As conferências tiveram abertura do Prof. José Arthur Giannotti e uma
64 saudação do Prof. Fernando Henrique Cardoso – também emérito desta casa, se ofereceu para
65 fazer essa saudação – que vamos passar para vocês rapidamente. Ao longo do próximo
66 semestre, vamos discutir vários acadêmicos que serão convidados, não necessariamente da
67 Faculdade, embora prioritariamente da casa, pois acredito que temos pessoas extremamente
68 gabaritadas para enfrentarem essa discussão e este tema que tem contornos político, acadêmico

A T A S

69 e científico. No ano que vem, então, retomaremos uma série de conferências em uma
70 perspectiva plural para receber várias tendências interpretativas, afinal, a universidade tem que
71 ser, na minha visão, pontuada pelo pluralismo, é claro, com rejeição a todas as formas abjetas,
72 ditatoriais e fascistas de manifestação. O Brasil, porém, necessita de diálogo. Esse é um
73 primeiro ponto. O segundo é porque a universidade deve ser a sede da civilidade. Além disso, é
74 para que possamos, posteriormente, ao nos reunir nessas conferências, fazer uma reflexão sobre
75 o nosso lugar nas sociedades e no mundo contemporâneos, no mundo da tecnologia, do
76 privilegiamento dos meios a despeito dos fins e de uma universidade que se encaminha cada
77 vez mais para concepções de produção do conhecimento no sentido imediato, o que tenho
78 chamado de sintoma social dominante. A universidade crítica não pode ser uma reprodução do
79 que está aí fora. O conhecimento pressupõe algum recuo, o que de forma alguma quer dizer não
80 comprometimento. Dito isto, a abertura foi notável. Realizada no Anfiteatro Camargo
81 Guarnieri, a leitura cênica da peça de Consuela de Castro, que foi estudante de Ciências Sociais
82 e perseguida na Ditadura, sobre os acontecimentos de maio de 1968 no prédio da Faculdade na
83 Rua Maria Antônia, com o desenlace final em outubro, foi dirigida pelo Sr. Abílio Tavares, que
84 é da área de Teatro. É uma peça interessante por ser premonitória, por um lado, pelo que estava
85 por vir, e por outro, por sua atualidade. Acredito que temos que pensar no que pode estar por
86 vir. Muitas pessoas falam no AI-5, nos ataques, nas mentiras (*fake news*), na destruição de
87 reputações, etc. Enfim, isso também ocorreu naquele momento, mas é de uma atualidade
88 impressionante, o que me lembra uma citação em latim de Marx em um prefácio, que
89 parafraseada diz 'É de ti que a história fala'. É como se aquela história falasse naquela época de
90 nós, hoje. A peça foi encenada por estudantes da ECA e da Faculdade. O Pró-Reitor de
91 Graduação me procurou depois e me disse que ficou tão impressionado que pretende oferecer
92 bolsas para a área de representação para a Graduação da FFLCH. Depois quero, inclusive,
93 conversar com os chefes em geral a respeito disso. Vocês verão muito rapidamente algumas
94 imagens, mas antes de começarmos, gostaria de anunciar coisas boas da Faculdade: prêmios
95 que nossos professores receberam. A Profa. Safa Jubran, da área de Árabe venceu Prêmio
96 Sheikh Hamad de Tradução e Entendimento Internacional para tradução do árabe para o
97 português na Categoria Especial de Tradução para Língua Portuguesa. Este é o mais importante
98 prêmio do mundo árabe. A Direção da Faculdade fará, posteriormente, cumprimentos formais
99 da Instituição à Profa. Safa Jubran. A Profa. Eva Blay, Professora Emérita da casa, recebeu o
100 Prêmio USP de Direitos Humanos em uma cerimônia muito bonita, na qual marquei presença.
101 Ela, como todos sabem, é socióloga e uma das pioneiras e principais estudiosas na área de
102 direitos humanos e relações sociais de gênero. É interessante lembrar que a Profa. Eva Blay

A T A S

103 criou o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero na USP. Ela, junto com um grupo
104 de mulheres, iniciou os estudos sobre gênero, chamado Núcleo Feminista da USP, com a Profa.
105 Rosa Ester Rossini, da Geografia e várias outras. É difícil nominar todas. Docentes da
106 Faculdade de Filosofia foram, também, finalistas no 5º Prêmio da Associação Brasileira de
107 Editores Universitários (ABEU). A entrega dos prêmios que ocorreu no dia 22 de novembro na
108 Unibes Cultural de São Paulo e contemplou a Faculdade com diversos prêmios. O Prof. José
109 Eduardo dos Santos Lohner e a Profa. Regina Maria Salgado Campos (ambos das Letras) e
110 Pablo Rubén Mariconda (Filosofia) receberam na categoria de tradução. O Prof. Luiz Fernando
111 Batista Franklin de Matos (Filosofia) recebeu na categoria de ciências humanas. O primeiro
112 lugar de tradução foi para o Prof. José Eduardo dos Santos Lohner, da área de Língua e
113 Literatura Latina do DLCV. Parabenizo a todos e agradeço ao Prof. Manoel Mourivaldo
114 Santiago Almeida por estar aqui representando o departamento – com a tradução da obra
115 *Tiestes*, de Lúcio Aneu Sêneca, Editora UFPR – que também foi selecionada entre as 10
116 semifinalistas do Prêmio Jabuti deste ano. O segundo lugar na categoria Tradução ficou com a
117 professora Regina Maria Salgado Campos, em parceria com Iraci Poleti, com o livro *O*
118 *Rinoceronte de Ouro: histórias da Idade Média africana*, de François-Xavier Fauvelle, Editora
119 da USP (Edusp). A Profa. Regina Campos é professora sênior junto ao programa de Pós-
120 Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução, vinculado ao departamento de Letras Modernas.
121 Parabéns à professora e ao departamento, aqui representado pelo chefe Prof. Adrian Fanjul. Em
122 Ciência Moderna, o Prof. Pablo Rubén Mariconda ficou em terceiro lugar com o livro *Discurso*
123 *do Método & Ensaio*, de René Descartes, Editora Unesp. Parabéns ao professor e ao
124 departamento, representado aqui pelo chefe Prof. Oliver Tolle. Na categoria Ciências Humanas,
125 o Prof. Luiz Fernando Batista Franklin de Matos, também do Departamento de Filosofia,
126 obteve a terceira colocação com o livro *A cadeia secreta: Diderot e o romance filosófico*,
127 Editora Unesp. São momentos importantes de celebração da Faculdade.”. Em aparte, **Prof.**
128 **Mamede Mustafa Jarouche (chefe do DLO)**: “Gostaria de acrescentar que uma orientanda do
129 Russo, Letícia Mei, que foi nossa aluna de Graduação, Mestrado e Doutorado, ganhou o prêmio
130 de tradução da ABRALIC e Jabuti, com uma tradução de Maiakóvski.”. **Diretora**: “Parabéns a
131 vocês. Eu gostaria de pedir licença para passar agora rapidamente o vídeo de abertura e que
132 compôs esses dias de abertura das comemorações dos 85 anos da Faculdade.”. **Sr. Abílio**
133 **Tavares**: “Este é um vídeo que fizemos para a abertura das comemorações. É um vídeo
134 institucional da Faculdade e foi apresentado nos três dias. Podemos passar o vídeo para vocês?
135 ”. Em aparte, **Diretora**: “Eu falei das assistências, mas outras áreas também trabalharam nisso,
136 como a comunicação. Peço, por favor, ao Sr. Abílio Tavares que faça os agradecimentos.”. **Sr.**

A T A S

137 **Abílio Tavares:** “O vídeo está pausado, é preciso colocá-lo do começo e equalizar a tela. Só
138 um minuto, por favor. Peço desculpas, não estamos conseguindo reproduzir o vídeo. Sra.
139 Rosângela Duarte, enquanto o arrumamos, você poderia abrir a apresentação em *Power Point*,
140 por favor? Assim adiantamos o expediente. Vamos apresentar uma série de imagens enquanto o
141 Sr. Fábio Nakamura resolve a questão do vídeo. São algumas fotos de como foi a sequência do
142 evento. A imagem que estão vendo é da abertura no Anfiteatro Camargo Guarnieri, seguida de
143 fotos da leitura da obra *Prova de Fogo*, a qual a Profa. Maria Arminda Arruda comentou. Há
144 um dado curioso sobre a peça *Prova de Fogo*, no que tange à Consuela de Castro. Ela estava
145 presente na Ocupação em 1968 e terminou de escrever a obra em maio, sendo que a peça
146 termina com a invasão da polícia e a morte de um estudante, o que veio a acontecer em
147 outubro, cinco meses depois. Por isso que a peça foi, de certa forma, premonitória. A próxima
148 imagem já se trata do evento do dia 03 de dezembro, terça-feira, que aconteceu na nova
149 cobertura do estacionamento deste prédio, que compreendia também a inauguração das galerias
150 dos fundadores e dos professores eméritos da casa. Compareceram alguns representantes de
151 escolas que se tornaram depois faculdades e institutos autônomos e que faziam parte da
152 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Profa. Shirley Schreier do Instituto de Química; Prof.
153 Carlos Alberto Barbosa Dantas do IME; Prof. Paulo César Boggiani, vice-diretor do Instituto
154 de Geociências (IGc). Vários professores eméritos estavam sendo homenageados. A exposição
155 dos fundadores no corredor se trata dos professores da primeira turma de formandos da
156 Faculdade (1936-1937), como o Prof. Levi Strauss, Prof. Paul Arbousse-Bastide, professores da
157 Química.”. Em aparte, **Diretora:** “Apesar de ter vindo depois, temos que colocar o Roger
158 Bastide, pois ele foi muito marcante. **Sr. Abílio Tavares:** “O recorte da exposição, quando ela
159 foi feita, contempla os professores da primeira turma de formandos, que se formaram em 1936-
160 1937 e o Prof. Roger Bastide chegou em 1938, mas podemos acrescentá-lo. O painel que está
161 na escada intitulado ‘As casas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e as casas da
162 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas’ mostra a trajetória dos espaços físicos por
163 onde a Faculdade passou. É uma trajetória que levou quase 70 anos até a Faculdade ter as suas
164 instalações definitivas. Na sequência, alguns professores eméritos que estavam presentes no
165 evento, tiraram fotos em frente às suas placas: professores João Baptista Borges Pereira; Diana
166 Luiz Pessoa de Barros; José Pereira de Queiroz Neto; Leyla Beatriz Perrone Moisés; a filha do
167 Prof. Isaac Nicolau Salum; entre outros. Havia bem mais, apenas selecionamos alguns para não
168 deixar a apresentação muito longa. A última imagem diz respeito à primeira conferência, com a
169 abertura do Prof. José Arthur Giannotti. Agora vamos assistir ao vídeo, que também está
170 disponível e pode ser visto em <<https://www.youtube.com/watch?v=cVagY0nf8HE>>.”.

A T A S

171 **Diretora:** “Basicamente, o que foi importante na reunião do Conselho Universitário: 1) o
172 comunicado do Sr. Reitor sobre o resultado da CPI acerca de irregularidades nas
173 administrações das universidades públicas do Estado de São Paulo. Foram 180 dias de CPI, 20
174 sessões, 29 requerimentos, 32 ofícios encaminhados, 30 reuniões com grupos de
175 acompanhamento, foram mais de mil horas. Seu encerramento se deu no dia 5 de novembro. 38
176 deputados da assembleia haviam assinado a solicitação da CPI. O primeiro relatório abrigou o
177 ofício 37, pois havia equívocos no encaminhamento das solicitações e o que ficou claro, como
178 disse o Sr. Reitor, é que agora é preciso voltar as respostas – o que ele chamou de trabalho pós-
179 CPI. O resultado geral todos já sabem: eles não provaram irregularidades nas administrações
180 das universidades públicas de São Paulo, fizeram algumas recomendações e algumas
181 afirmações a respeito de questões como o espaço público e financiamentos, das quais estamos a
182 par. Para a Faculdade também pediram relatórios. Esta tinha mais de 300 eventos durante o
183 primeiro semestre. Foi, realmente, um trabalho hercúleo. Penso que as três reitorias das três
184 universidades conduziram muito bem. No entanto, se trata de um esforço que tem um
185 significado para além disso. Quando a CPI foi proposta, a questão central não era, no fundo,
186 detectar irregularidades, mas uma espécie de questionamento à autonomia da universidade
187 pública e questões correlatas, tanto que, logo em seguida à CPI, houve o que o Sr. Reitor
188 chamou de agressão à autonomia da universidade, referente a uma intervenção ocorrida no
189 Instituto de Química realizada pelo Ministério Público do Tribunal de Contas. Não tinha sido
190 aceito um relatório de um inscrito para um concurso de seleção na Química, que iria se realizar
191 de manhã em uma segunda-feira. Na sexta-feira anterior, dia 8 de novembro, às 16:20 da tarde,
192 o Ministério Público do Tribunal de Contas mandou suspender o concurso. Do ponto de vista
193 da análise formal, haviam detectado fragilidade na documentação. Isso já era algo
194 extremamente sintomático; 2) o Tribunal de Contas aprovou a prestação de contas da
195 Universidade. Se discutiu um tema já posto aqui – o teto salarial. O Sr. Reitor explicou como o
196 encaminhamento havia sido feito. Na verdade, quem protagonizou esse encaminhamento foi o
197 Reitor da Unicamp, visto que é o presidente atual do CRUESP; 3) falou-se, também, daquela
198 questão da Faculdade de Saúde Pública referente ao concurso que levou a uma inquirição de
199 uma deputada à USP. Tratava-se de uma seleção para ingresso em um curso de extensão –
200 suspensão por determinação – na qual havia algumas perguntas sobre questões contemporâneas.
201 Isso quer dizer que estamos enfrentando um ambiente externo muito grave; 4) a última
202 informação que tem alguma relevância diz respeito à distribuição dos cargos: 150 cargos para a
203 graduação; 50 para centros interdisciplinares e cursos interdisciplinares; 50 entre CEPID’s e o
204 compromisso da USP com a FAPESP, etc.; mais 150 para 2020. Foi fundamentalmente isso o

A T A S

205 que aconteceu no Conselho Universitário.”. 3. A Senhora Presidente passa a palavra aos
206 seguintes membros: **EXPEDIENTE DA VICE PRESIDÊNCIA DA CONGREGAÇÃO –**
207 **Prof. Dr. Paulo Martins (Vice-Diretor)**: “Vou fazer apenas um pequeno comentário, falar o
208 que falei no CTA. O primeiro dia de Comemoração dos 58 anos no Anfiteatro Camargo
209 Guarnieri teve uma importância significativa sob o ponto de vista institucional para nós. A
210 Profa. Maria Arminda não comentou, mas foi massiva a presença do primeiro escalão da
211 Universidade. Estavam todas as autoridades: Reitor; Vice-Reitor; todos os Pró-Reitores; todos
212 os Superintendentes; Diretores de várias unidades, inclusive de unidades do interior. Então,
213 realmente foi muito importante sob a perspectiva da visibilidade da nossa Instituição. Acredito
214 que esse é um dos pontos importantes que temos tentado reforçar, durante esses três anos, de
215 visibilidade e importância que a nossa Faculdade tem do contexto das outras unidades. Fomos
216 muito elogiados pelas atividades e foi, realmente, significativo.”. **Diretora**: “ Infelizmente
217 havia poucos professores da Unidade presentes. O auditório estava lotado, mas a representação
218 da casa foi muito discreta.”. **EXPEDIENTE DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO –**
219 **Profa. Dra. Cláudia Pino**: “Boa tarde. Me desculpem se eu for um pouco repetitiva em relação
220 ao CTA, porque eu só tenho uma coisa para informar. Nós fizemos uma reunião com todos os
221 coordenadores de Pós-Graduação e a Diretora da Faculdade para discutir possibilidades de
222 ajuda institucional para um melhor desempenho da Faculdade em relação à avaliação da
223 CAPES. Temos várias Pós-Graduações que têm notas baixas e que gostariam de melhorar a sua
224 nota. Nessa reunião, todos os coordenadores falaram de suas demandas, o que foi muito
225 interessante, pois vimos que os problemas são muito heterogêneos, então não é possível
226 generalizar. Há problemas desde quantidade de professores (muitos ou poucos professores,
227 como é o caso do Japonês), muitos ou poucos alunos, mas todos destacam a falta de
228 engajamento dos professores, a dificuldade de se ter acesso à sua produção e a tudo o que eles
229 fazem, e o fato de que recai muita coisa sobre os coordenadores. Quando o coordenador é eleito
230 e, em geral, não há eleição, mas um rodízio, sua rotina se torna complicada, pois tudo fica por
231 conta do coordenador que, geralmente, não sabe como coordenar um programa de Pós-
232 Graduação. Em geral, eles conseguem só um mandato de dois anos porque depois desse
233 período não aguentam mais. Acredito que esse era o único ponto em comum entre todos eles,
234 pois há muitas diferenças entre os nossos programas. Uma outra grande dificuldade, que atinge
235 especialmente os departamentos de Letras, neste momento, é a escassez de funcionários. Há
236 departamentos, como o DLCV, que tem dois funcionários e seis programas; o DLM, um
237 funcionário e seis programas. Discutimos, então, nessa reunião, como a Diretoria poderia
238 ajudar institucionalmente esses programas e chegou-se à conclusão que, nesta próxima terça-

A T A S

239 feira (dia 17 de dezembro), vamos fazer uma jornada de planejamento do Sucupira, onde vamos
240 refletir e dar dicas sobre como preencher esse relatório. Isso vai ser coordenado pelo Prof.
241 Marcos Napolitano. A Diretoria também se comprometeu com dois estagiários de apoio a partir
242 do próximo ano para ajudar com a tradução e a manutenção dos sites, bem como o
243 acompanhamento da produção dos professores. Essa é uma forma de auxiliar a falta de
244 funcionários que existe no momento. É uma solução temporária, mas urgente, porque temos
245 problemas graves na avaliação desses programas.”. **Diretora:** “A propósito disso, preciso
246 informar a área de Pós-Graduação que não estarei presente porque haverá uma reunião de
247 dirigentes, mas, na ocasião em que vocês fizerem a reunião com o Prof. Marcos Napolitano, as
248 áreas administrativa e financeira irão levar a proposta a qual eu disse que a Diretoria estava
249 trabalhando: um cronograma de trabalho, com um momento de coleta de dados por uma equipe
250 de especialistas aposentados, ex-funcionários da Faculdade, Ivanete Ramos (que era da
251 Antropologia), Jurema Ricci Navarro (Geografia), Luiz Mattos Alves (Teoria Literária), e
252 Maria Raimunda dos Santos (Ciência Política), com uma equipe de quatro monitores de Pós-
253 Graduação para pesquisa e informações, e confirmação dos dados. Eles fariam todos os
254 Sucupiras, todos os programas e revisariam tudo, com levantamento de estatísticas e quadro
255 comparativo, análise e avaliação dos dados para proposta, além da etapa final. É claro que isso
256 vai envolver custos, algo que se discutirá. Uma proposta, por exemplo, como a Faculdade não
257 pode fazer a remuneração, é de repassar para os programas que têm recursos. Vocês decidirão.
258 Eles cuidariam de tudo até o encaminhamento final do relatório. Peço, por favor, Profa. Claudia
259 Pino, que a senhora pegue com eles uma cópia da proposta.”. **Profa. Dra. Cláudia Pino:**
260 “Deixem-me apenas esclarecer algo que esqueci de mencionar a respeito da parte do auxílio
261 institucional, pois ela é muito importante. Pensamos em uma Comissão de ex-funcionários que
262 irão revisar todos os relatórios Sucupira desta Faculdade antes da entrega. É disso que a Profa.
263 Maria Arminda estava falando. Muito obrigada.”. **EXPEDIENTE DA COMISSÃO DE**
264 **PESQUISA – Profa. Fernanda Arêas Peixoto – relato pronunciado pelo Prof. Dr. Adrian**
265 **Fanjul a pedido:** “A Profa. Fernanda Arêas Peixoto, Presidente da Comissão de Pesquisa não
266 pôde ficar e, como sua suplente também não está presente, ela me pediu que os informassem a
267 respeito da reunião de instalação do Comitê de Ética em Pesquisa Com Seres Humanos da
268 Faculdade, ocorrida hoje. Nesta reunião, foi aprovado o regimento do Comitê e foram eleitos a
269 coordenadora e o vice-coordenador. Há mais elementos para a condição necessária para que o
270 regimento fosse submetido ao CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e, em
271 consequência, começar a funcionar. Como coordenadora do Comitê, foi eleita a Profa. Ana
272 Lúcia Pastore Schritzmeyer, e como vice-coordenador, o Prof. Guilherme Assis de Almeida da

A T A S

273 Faculdade de Direito. Na composição do Comitê não pode haver somente com professores da
274 Faculdade, mas pessoas de outras unidades, incluindo as que não são do âmbito universitário.
275 Para esses cargos, houve a preferência de professores da casa, a Profa. Ana Lúcia Schritzmeyer,
276 que foi quem aceitou o cargo; e para o cargo de vice-coordenador, decidiu-se que fosse um
277 professor de outra unidade da USP. Para que o Comitê possa começar a atuar, os documentos
278 serão enviados hoje à CONEP, que nos responderá com um prazo de trinta dias para ajustarmos
279 o que eles considerarem necessário. Feito isso, haverá duas reuniões para a capacitação dos
280 próprios membros do Comitê, para, definir questões como se trabalha em relação à Plataforma
281 Brasil; analisar como é o fluxo dos pareceres, o que é pertinente avaliar e o que não é, etc., pois
282 o Comitê pode receber pedidos de parecer sobre muitas áreas do conhecimento, não apenas das
283 áreas da Faculdade. Até agora, por exemplo, que não havia um Comitê da Faculdade, quando
284 precisávamos, enviávamos para outro lugar – o mesmo acontecerá conosco. Esperamos que
285 mais ou menos em maio ou junho já – e será avisado oportunamente – o Comitê possa começar
286 a receber projetos para serem avaliados.”. **Diretora:** “Muito obrigada, professor.”.

EXPEDIENTE DA REPRESENTAÇÃO DA BIBLIOTECA FLORESTAN

287 **FERNANDES – Sra. Adriana Cybele Ferrari:** “Boa tarde a todos. Gostaria apenas de
288 reforçar que, neste período de férias escolares, a Biblioteca terá seu horário de atendimento
289 reduzido, como eu já havia mencionado no CTA, pois vamos fazer a segunda parte do
290 inventário. Vamos funcionar de segunda à sexta das 16h às 19h. Também gostaria de dizer que
291 nós temos uma sala – a qual chamamos de sala de leitura livre – que não tem diálogo com o
292 acervo e estará aberta para quem quiser fazer seus trabalhos e estudar. Em outras palavras, esta
293 sala fica de livre acesso, só não haverá acesso ao acervo, exceto esquema de plantão. Essa
294 medida é importante para podermos continuar o trabalho iniciado em janeiro deste ano. Já
295 conseguimos inventariar mais de cem mil livros e temos mais duzentos mil para continuar.
296 Obrigada.”.

EXPEDIENTE DA REPRESENTAÇÃO FUNCIONAL – Sra. Patricia

297 **Galvão:** “Boa tarde a todos. Eu vou ler um expediente que nós redigimos para responder a
298 algumas questões que apareceram no CTA e também para marcar que nós distribuimos e agora
299 conta com 170 assinaturas de funcionários: ‘No último CTA, a nossa representante eleita fez a
300 leitura de uma carta escrita e aprovada coletivamente em uma assembleia de trabalhadores da
301 FFLCH. Após a leitura, mais uma vez, nós funcionários fomos extremamente desrespeitados
302 por intervenções da Direção e de outros membros que compõem o Conselho. Dessa forma,
303 gostaríamos de reler a carta nessa Congregação para lembrar que a democracia, que tanto se
304 fala nessa Faculdade, requer que se tenha espaço e disposição para ouvir as vozes discordantes.
305 Temos representação eleita no CTA e Congregação para expressarmos nossas opiniões e
306

A T A S

307 defender nossos interesses. Não estamos aqui para figurar uma civilidade *proforma* em que só é
308 respeitado quem concorda com a diretoria. Não estamos aqui e não aceitaremos nenhum tipo de
309 desrespeito com qualquer funcionário. No referido CTA, fomos questionados sobre a
310 legitimidade da carta. Fomos chamados de mentirosos, levianos e covardes pelo Prof. Ruy
311 Braga. Deixou-se a entender que um pequeno grupo tivesse tirado da cartola os diversos
312 conflitos protagonizados pela Direção. Pois bem, estamos aqui mais uma vez para dizer que
313 somos apenas representantes e trazemos as demandas aprovadas democraticamente em nossas
314 assembleias. Foram questionados nomes e assinaturas. Embora, para nós, a assinatura da nossa
315 legítima assembleia já baste, resolvemos trazer aqui cento e setenta assinaturas de apoio de
316 funcionários da quase totalidade dos departamentos da Faculdade colhidas em apenas quatro
317 dias no meio de dezembro’, e que depois entrego para a Direção e quem mais quiser ver. ‘É
318 importante ressaltar que, embora a maioria dos casos mencionados na carta já sejam de
319 reconhecimento público e amplamente divulgados, dentro de uma relação de assédio moral,
320 nem sempre o assediado pode colocar seu caso publicamente, o que agrava o problema.
321 Assédio moral se dá por relações hierárquicas, autoritárias e assimétricas de dirigentes ou
322 chefes detidos de poderes contra um ou mais subordinados, portanto, não é incomum a
323 denúncia sem nomear vítimas. Também lembramos que não existe assédio moral de
324 subordinados contra superiores. Dito isso, solicitamos à Diretoria e seus representantes uma
325 audiência pública para que os funcionários possam expor os problemas mencionados na carta e
326 outros, e para que possamos avançar na solução dos problemas. Não aguentamos mais
327 adoecimento mental e físico, relações de assédio moral, sobrecarga e autoritarismo da diretoria
328 e de seus assessores. Para finalizar e reler a nossa carta, reforçamos também que nós somos
329 frontalmente contra e ficamos estarecidos com a defesa pública de substituição de funcionários
330 por equipe de estagiários no último CTA também pelo Prof. Ruy Braga. Utilização de
331 estudantes como mão de obra precária e barata em substituição aos funcionários é um absurdo
332 ao qual repudiamos, ainda mais como retaliação aos funcionários.’. Vou ler a carta que foi
333 entregue agora há pouco: ‘CARTA ABERTA DOS FUNCIONÁRIOS DA FFLCH. Vimos a
334 público denunciar as arbitrariedades promovidas pela Profa. Maria Arminda, Diretora da
335 FFLCH, e por sua assistente administrativa, contra os seus funcionários. Neste momento
336 comemorativo dos 85 anos de nossa faculdade, nós funcionários temos sido violentamente
337 desrespeitados, sem nenhum reconhecimento da Diretoria pela nossa dedicação ao seu bom
338 funcionamento. É hora de expressarmos nossa solidariedade uns aos outros, e demonstrarmos a
339 união da comunidade FFLCH em defesa deste patrimônio inestimável do qual nós funcionários
340 somos parte indispensável. As situações de assédio moral em nossa faculdade têm agravado

A T A S

341 muito a piora das condições de trabalho que atinge toda a universidade. Sob pressão, são
342 muitos os casos de adoecimento mental e pedidos de transferência de profissionais qualificados
343 para outras unidades da USP, o que, diga-se de passagem, só aumenta a sobrecarga de trabalho
344 daqueles que permanecem aqui, considerando que a FFLCH já tem a menor proporção de
345 funcionários na USP em relação ao número de professores e alunos. Isso tudo, evidentemente,
346 prejudica o funcionamento de todos os serviços da faculdade. A Diretoria impõe seus projetos e
347 seus métodos ao quadro de funcionários, ignorando ou até desdenhando de qualquer objeção
348 que seja feita. Somos tratados como peças de tabuleiro para a realização das ambições
349 particulares da Profa. Maria Arminda e seus assessores, contrariando a retórica republicana de
350 seus discursos. Estamos em um momento de profundos ataques à educação e ao funcionalismo
351 público, em que é fundamental defender a universidade. No entanto, não é possível defender a
352 universidade atacando os trabalhadores com medidas arbitrárias como as que tem ocorrido.
353 Listamos aqui, algumas das principais arbitrariedades promovidas por esta Diretoria: 1.
354 Transferências de funcionários de setor feitas de forma unilateral, apesar do compromisso em
355 audiência pública no início da gestão de que isso não ocorreria. Em mais de uma ocasião, a
356 Diretoria tratou esse tipo de mudança como mera mudança de sala, de espaço físico, ou seja,
357 nos tratando como mobília e ignorando a diversidade das atividades profissionais e das relações
358 interpessoais em cada ambiente de trabalho, além da trajetória e do perfil profissional de cada
359 um de nós, construídos em décadas de dedicação ao trabalho. Também se desconsidera aqui as
360 necessidades subjetivas dos funcionários e a dimensão humana de suas expectativas e escolhas.
361 2. Perseguição política aos funcionários da Informática e Audiovisual por conta da participação
362 na greve de 2018, iniciando um tensionamento que se estende até hoje, prejudicando muito o
363 bom atendimento aos alunos, docentes e demais funcionários, com a diminuição da capacidade
364 de atendimento dos trabalhadores e pela falta de aparato tecnológico apropriado para
365 funcionamento das salas de aula e eventos da faculdade, cuja responsabilidade da precarização
366 é integralmente da Direção. Enquanto são muitos os problemas a serem atendidos, a Diretoria
367 chegou a impedir que parte dos trabalhadores cumprissem com suas atividades e recusa
368 qualquer pedido de novos equipamentos, enquanto os velhos caem aos pedaços em todo o
369 conjunto didático. 3. Falta de planejamento nas reformas nos ambientes de trabalho, sem a
370 preocupação com a saúde física dos funcionários submetendo-os a condições insalubres, com
371 poeira sendo respirada sem nenhum equipamento de proteção, barulhos de obra, entulhos e
372 cheiros fortes de produtos químicos. 4. Mudanças na rotina dos serviços sem nenhum diálogo,
373 nem transparência, deixando os trabalhadores em uma situação de incerteza e pressão
374 constantes. 5. Abertura de sindicância de forma abusiva, levantando suspeitas sobre

A T A S

375 funcionários sem nenhum fundamento, como forma de pressioná-los a aceitar suas imposições.
376 6. Alteração repentina na rotina e da chefia do serviço de graduação sem qualquer comunicado
377 prévio aos seus funcionários, ignorando a organização interna do trabalho e gerando caos nas
378 atividades e no atendimento aos mais de 11 mil alunos de graduação. Tal situação atingiu níveis
379 insustentáveis. O local onde trabalhamos, onde passamos mais de um terço do nosso dia e que
380 colocamos nossa energia com o objetivo de oferecer à comunidade um serviço de excelência
381 tem se tornado um local de adoecimento, fruto do assédio institucional que recai sobre nós
382 funcionários. E a direção desta faculdade, ao semear a insegurança, ao tomar atitudes
383 arbitrárias, ao ignorar as demandas dos trabalhadores desta unidade é também responsável pelo
384 nosso adoecimento e insatisfação. Assim, reunidos em assembleia, demandamos uma audiência
385 pública com a Diretoria da faculdade com todos os seus funcionários, para que sejam ouvidas
386 as nossas demandas e se resolva os conflitos causados, garantindo condições dignas de trabalho
387 na FFLCH. Assembleia Geral dos Trabalhadores da FFLCH. 05.12.2019.?. E as assinaturas
388 foram colhidas até hoje.”. **Diretora**: “Muito obrigada. Eu vou dar algumas informações apenas.
389 Quando essa diretoria assumiu a Faculdade, esta tinha 327 funcionários (em setembro de 2016).
390 Hoje, a Faculdade tem 297 funcionários. Neste período, de lá para cá, saíram no PIDV de
391 março de 2017, vinte; pediram demissão sete; três faleceram, infelizmente (a Sra. Márcia
392 Regina de Jesus, o Sr. Álvaro Antônio de Pádua e o Sr. Renato Pereira Nazaro); nove se
393 aposentaram, ou seja, trinta e nove funcionários saíram desde então. Portanto, hoje a Faculdade
394 tem 297 funcionários, porém, o que foi feito como transferências? Vinte e um foram
395 transferidos com permuta. Aqui está toda a relação e posso apresentar a essa Congregação.
396 Ingressaram – ou seja, vieram de outras unidades e nós não fizemos permuta – dezoito. Saíram
397 (sem contrapartida com vaga – mas foi no início da gestão) nove. Portanto, nós recebemos o
398 dobro do que saíram. Isso eu quero dizer para assentar esta questão. Estão aqui os dados das
399 transferências internas. Exceto um caso, todos foram transferidos por pedido.”. **Sra. Patricia**
400 **Galvão**: “Professora, há as funcionárias da copa, a funcionária que saiu da História e foi
401 alocada no prédio do meio.”. **Diretora**: “Essas foram feitas com combinação. Aqui neste
402 prédio, nós temos concursos, bancas, inclusive externas e quem está em banca não pode se
403 levantar para ir à copa. Não se pode mais contratar pessoas dessa área de serviço (essa medida
404 não é da USP, mas do Estado de São Paulo). A opção seria terceirizar, mas o sindicato e a
405 representação não aceitaram a terceirização. Fizemos, então, um contrato de máquinas que foi
406 permitido que ficasse aqui sem ônus por um tempo determinado. No entanto, recebi do
407 Tribunal de Contas uma inquirição com todo o processo de concessão das máquinas, me
408 acusando de prevaricação, o que significa que era uma informação interna, pois tinha todos os

A T A S

409 dados, como o número do processo, data, etc. Então não há o que fazer. Transferências internas
410 foram trinta e três. Tenho, aqui, a relação de todas elas. Começou em 2017. O último a ser
411 transferido foi em 2019, que é o caso do Sr. Walter Carlos da Silva Junior, que é funcionário
412 administrativo e estava aqui na Gráfica e foi para Convênios. Ele ingressou na USP em 2010 na
413 área de Serviços Gerais. Em 2015, ele foi para a Gráfica. Neste mesmo ano, ele foi solicitado
414 para voltar para os Serviços Gerais e se recusou. Em 2016, ele foi solicitado para trabalhar,
415 então, em um serviço de expediente, que ele recusou. Em 2017, foi solicitado a ele se poderia
416 ajudar temporariamente a cobertura de férias em um serviço de expediente, visto que nós temos
417 uma relação baixíssima de funcionários – embora a menor relação de funcionários seja do
418 ICMC e, em segundo lugar, da Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto – e ele também
419 recusou. Ainda em 2017, solicitou-se para que ele, então, fosse para o setor de Convênios
420 porque ele é um funcionário da área administrativa, mas ele se recusou. Em 2018, novamente
421 ele se recusou. Como houve um problema no setor de Gráfica, a Procuradoria Jurídica da
422 Universidade de São Paulo – e aqui estão os processos para que todos possam consultar –
423 requisitou informações sobre o caso para que a Faculdade respondesse ao SESMT por meio de
424 um ofício encaminhado, pois o funcionário Walter Carlos da Silva Junior é da área
425 administrativa. Essa situação é anterior à gestão atual. Houve um processo da área funcional
426 (que foi coletivo) sobre as condições insalubres de certo serviço de funcionamento da gráfica.
427 Tentei resolver esta questão sugerindo fazermos um aluguel das máquinas, que estavam
428 obsoletas e são caríssimas, mas houve uma recusa, o que gerou uma situação delicada para
429 mim. Nesse momento, o funcionário em questão moveu um processo coletivo, mas saiu desse
430 processo coletivo e contratou um advogado particular, que passou a processar a USP, e por
431 intermédio desta, a Faculdade, por insalubridade, alegando que foi levado a manipular coisas
432 com risco de contaminação. Se há risco de contaminação na gráfica, precisaríamos dar outra
433 solução, mas não foi possível executar. A Procuradoria da USP, então, com o andamento do
434 processo, mandou que a Unidade instaurasse um procedimento para a apuração dos fatos. Foi
435 por causa de questões como estas e outras que o DRH da Universidade determinou que era
436 preciso analisar casos de desvio de função, porque os processos – não estou julgando a
437 pertinência e nem o mérito – pulularam, sobretudo, nesse momento de dificuldade, na área
438 jurídica. Por isso, o procurador intimou a Faculdade a apurar os fatos, para poder responder ao
439 processo movido individualmente. No decorrer dessa questão da gráfica, foi feita uma comissão
440 composta de funcionários e professores, e aí se acordou que o funcionário Walter Junior iria
441 para o setor de convênios, já que ele é da área administrativa. Isso está explicado em todos os
442 dois processos que estão disponíveis para serem lidos e consultados. A Faculdade, então, nunca

A T A S

443 moveu um processo disciplinar contra ninguém nesta gestão. O processo desse grupo foi feito
444 antes da gestão atual. Já está se desenrolando há um tempo. Essa é uma questão. A última
445 questão que gostaria de dar como informação tem a ver com o porquê de não termos feito
446 transferência sem contrapartida, assim como nenhum diretor tem feito. Não temos,
447 naturalmente, como resolver a área funcional da Faculdade, que é uma instituição de grande
448 porte. Recentemente, o diretor da Economia me ligou e pediu uma bibliotecária, e mesmo tendo
449 pedido ajuda à Sra. Adriana para resolver, eu o respondi que não teria nada contra o seu pedido,
450 mas não podemos ceder sem nenhuma contrapartida. Ele, então, me disse que não há mais
451 condições de fazer isso. Se essa Congregação determinar que fazemos transferência sem
452 contrapartida, nós executamos, mas eu, como Diretora, e o Prof. Paulo Martins, também (ou
453 seja, a diretoria) não podemos tomar iniciativas contra a Instituição. Eu, poucas vezes, estive
454 nessas reuniões a respeito das transferências. O Prof. Paulo Martins, poderá relatar, depois,
455 quantas foram, junto ao Prof. Ruy, etc. Eu não faço e nunca pratiquei assédio contra ninguém.
456 É interessante que o grande problema que temos, às vezes, para enfrentar é o fato de estarmos
457 em um momento muito ruim para nós todos. Isso aqui não pode ser entendido como um
458 enfrentamento interno. Se uma instituição universitária não pode dar respostas à altura da
459 civilidade, não sei quem poderá. Grande parte do que está sendo dito é engano, são informações
460 incorretas. Eu, poucas vezes, enfrentei essa relação. Fizemos uma CTAT que os próprios
461 funcionários dissolveram, e grande parte das transferências internas foram solicitadas na
462 CTAT. Esse tipo de situação expõe uma instituição que não deve ser exposta. Além disso, as
463 acusações são muito sérias. São acusações contra o meu comportamento e caráter, de foro
464 íntimo, e peço a essa Congregação que elas sejam apuradas, porque senão essas acusações
465 ficam vagando como se fossem verdades. Peço, então a essa Congregação que faça uma
466 comissão tal como deva ser e que se possa apurar tudo, bem como ouvir as pessoas. E digo
467 mais: eu não recebo um real para ser diretora. Não tenho reajuste desde 2011. Estou nesta
468 Faculdade porque acredito nela. Também gostaria de dizer que errar todos erramos, mas a
469 disposição é de fazer o melhor e construir coletivamente isso e instaurar uma civilidade interna
470 aqui.”. **Prof. Ruy Braga:** “Eu preciso, naturalmente, diante do que foi lido, prestar alguns
471 esclarecimentos e gostaria também de fazer algumas questões. O primeiro esclarecimento: fiz
472 questão, no último CTA de mencionar que estava me referindo exclusivamente à carta lida pela
473 funcionária Sandra. Disse, inclusive, naquele momento, que considero a Sra. Sandra Cunha
474 uma excelente funcionária e ótima representante, enfim, uma pessoa de fino trato e que aquilo o
475 que eu iria dizer a propósito da carta não tinha nada a ver com a representação funcional, que
476 simplesmente a leu – gostaria de reforçar isso. A respeito da carta, existem algumas questões

A T A S

477 que precisamos levar em consideração. Estou na Faculdade desde 2003 e já participei de muitas
478 reuniões de Congregação e percebo que existe uma prática mais ou menos frequente, ou mais
479 ou menos comum, de cartas serem lidas com denúncias graves sem nenhum tipo de assinatura,
480 ou quando muito, uma assinatura como essa da carta ‘Assembleia Geral dos Trabalhadores da
481 FFLCH’. Uma carta como essa, considero apócrifa, pois uma assembleia geral de trabalhadores
482 da FFLCH é uma assembleia que foi convocada enquanto tal, ou seja, é necessário haver uma
483 ata da assembleia, bem como quórum mínimo estatutário. Há todo um regramento. Existe,
484 propriamente, uma ordem que legitima a assinatura de uma assembleia geral de trabalhadores
485 da FFLCH. Isso nunca aparece, assim como não há, propriamente, um conhecimento ou
486 reconhecimento a propósito da legitimidade – pura e simplesmente se escreve e pode ser um
487 quórum de vinte, de cento e cinquenta ou trezentas pessoas. Eu não sei qual o quórum
488 estatutário mínimo. As cartas nunca são assinadas, a não ser por esse tipo de expediente que é
489 absolutamente inaceitável do ponto de vista da institucionalidade. Do ponto de vista do ataque
490 político, vale tudo. Existe um ponto aqui que gostaria de destacar que tem a ver com os
491 procedimentos. Se a representação funcional reivindica – e com razão, respeito, – e como eu
492 disse, tentei não ser desrespeitoso com relação à Sra. Sandra Cunha no CTA, pelo contrário –
493 acredito que é preciso, também, que a representação funcional demonstre esse respeito perante
494 a institucionalidade e, em especial, à Direção, pois isso aqui é pessoalizado, ou seja, os ataques
495 são pessoais à Profa. Maria Arminda Arruda. Essa carta levanta questões não apenas
496 gravíssimas do ponto de vista funcional, que poderiam levar a processos administrativos muito
497 agudos e contra a Direção, como também fazem conexões a propósito daquilo que seria
498 supostamente a intenção da Profa. Maria Arminda em utilizar a Faculdade, ou algo do estilo,
499 para suas finalidades próprias, egoístas, políticas, ambiciosas. Existem denúncias gravíssimas
500 aqui sem nenhum tipo de demonstração ou comprovação – são genéricas, não estão assentadas
501 em fatos. Em relação àquilo que está sendo trazido hoje, há um outro problema de
502 procedimento, na minha opinião. E eu, como sindicalista de muitos anos, como já fiz parte de
503 sindicatos, de diretorias de sindicatos, enfim, gostaria de dizer que aquilo que a Sra. Patrícia
504 Galvão, representando os funcionários, está trazendo – essa carta com mais de cento e setenta
505 assinaturas – não pode mais ser assinada pela Assembleia Geral de Trabalhadores da FFLCH.
506 Houve a convocação para que esses cento e setenta trabalhadores assinassem essa carta? Pelo
507 que eu entendi até o momento, a Assembleia Geral dos Trabalhadores da FFLCH, no dia 5 de
508 dezembro de 2019 votou esta carta, certo? Quantos funcionários votaram esta carta? E também
509 não tem quórum mínimo? ”. **Sra. Patrícia Galvão:** “Não saberei informar agora de cabeça,
510 mas não existe quórum mínimo, professor.”. **Prof. Ruy Braga:** “Então, por exemplo, se três

A T A S

511 funcionários decidirem se reunir e serem representativos do conjunto dos funcionários da
512 Faculdade, esse quórum mínimo é o que prevalece? Assim vale tudo.” **Sra. Patrícia Galvão:**
513 “São cento e setenta assinaturas de funcionários pedindo uma audiência para serem ouvidos. O
514 senhor, vem, então, com vários argumentos, para justamente não os ouvir?” **Prof. Ruy Braga:**
515 “Não estou dizendo isso. Estou querendo, aqui, definir os procedimentos.” **Sra. Patrícia**
516 **Galvão:** “O senhor quer definir os procedimentos de como os funcionários se reúnem, como
517 eles passam nos setores, como eles redigem as suas cartas, como eles se organizam para terem
518 as suas demandas atendidas. É isso o que o senhor está questionando.” **Prof. Ruy Braga:** “Eu
519 estou simplesmente perguntando se os cento e setenta funcionários que assinaram, –
520 supostamente, pois não vi as assinaturas – estavam presentes no dia 5/12/2019 em uma
521 assembleia geral de trabalhadores da FFLCH. Esta é a minha pergunta.” **Sra. Patrícia Galvão:**
522 “Eles estavam representados por aqueles que compareceram na assembleia, eles reivindicam
523 essa carta e se sentem representados. Houve, sim, votação.” **Prof. Ruy Braga:** “Houve
524 votação para que eles tirassem para serem representados na assembleia?” **Sra. Patrícia**
525 **Galvão:** “Houve votação para a elaboração de uma carta, houve votação do conteúdo da carta,
526 houve votação do abaixo-assinado, houve votação de tudo e cento e setenta trabalhadores
527 assinaram o abaixo-assinado que foi votado em assembleia.” **Prof. Ruy Braga:** “Então não é
528 mais uma carta aberta dos funcionários da FFLCH, é um abaixo-assinado dos funcionários da
529 FFLCH, é isso?” **Sra. Patrícia Galvão:** “Isso, professor. A diferença é que o senhor não quer
530 escutar cento e setenta funcionários.” **Prof. Ruy Braga:** “Eu vou dizer qual é a diferença: se
531 eu vou para a assembleia geral dos professores da Adusp, aqui, dessa Universidade, e nessa
532 assembleia geral é votada uma carta, com um monte de acusações a quem quer que seja, e esta
533 assembleia geral aprova esta carta, existe a legitimidade da assembleia geral. Você pode,
534 inclusive, imaginar uma seguinte situação: tem uma votação a favor e uma contra essa carta e
535 ganha, vamos imaginar, a votação contra essa carta, ou seja, a carta com um texto acusando o
536 reitor disto ou aquilo não seria aprovada nessa assembleia geral dos professores da
537 Universidade de São Paulo, representados por seu sindicato. Essa situação não pode ser
538 revertida depois. Por quê? Porque os descontentes, que perderam a votação, podem pegar essa
539 carta e levar para várias pessoas que não estavam presentes na tal da assembleia geral dos
540 trabalhadores da FFLCH e reverter o resultado da votação que havia sido feita originalmente,
541 convocada, com ata, com quórum mínimo e assim por diante. Esse tipo de expediente preserva
542 a assembleia geral dos professores da Adusp de manipulações, ataques, distorções. Isto
543 preserva a democracia que é inerente e deve balizar e legitimar uma assembleia geral, então não
544 é um mero detalhe burocrático, pelo contrário, é procedimento garantidor dos fóruns legítimos

A T A S

545 do movimento sindical, quer seja dentro da Faculdade ou fora dela. O ponto aqui é: não vale
546 tudo. Nós vivemos em um mundo onde se vale tudo, mas não vale. Isso daqui (a carta) tem de
547 estar esclarecido. Foram cento e setenta funcionários que estavam presentes, ou não? Se não,
548 deixa de ser uma carta aberta dos funcionários e passa a ser um abaixo-assinado, e esses
549 funcionários, que não foram convocados para uma assembleia, vão ter que responder pelas
550 acusações que estão fazendo. É simples assim. Uma comissão de sindicância interna da
551 Faculdade, ligada à avaliação e averiguação das denúncias que estão presentes nessa carta,
552 precisa interrogar e interpelar cento e setenta funcionários da Faculdade que assinaram a carta
553 e, conseqüentemente, concordam com as acusações que estão sendo feitas. Isso aí não é mais
554 assembleia geral dos funcionários, mas um abaixo-assinado de funcionários que vão ter que
555 responder por aquilo que estão dizendo. Temos que ter procedimento, e o procedimento da
556 representação funcional é caótico. Em um momento, eles apresentam uma coisa dizendo que é
557 da assembleia, sem quórum mínimo (pode ser um quórum de cinco, dois funcionários), o que é
558 totalmente arbitrário, nunca apresentam a ata ou o quórum, nunca apresentam nada e trazem
559 muitas acusações graves. Isso é inadmissível do ponto de vista da legalidade, da democracia e
560 da representação. Esse é o ponto que eu gostaria de trazer. É simples, mas é a base da nossa
561 convivência democrática. É por isso que eu disse na última reunião do CTA que esse tipo de
562 procedimento é inaceitável e não podemos aceitar esse tipo de coisa. Não existe fundamento
563 democrático nesta carta – pelo contrário, é pura arbitrariedade. Agora, temos um abaixo-
564 assinado corroborando um monte de denúncias e isso precisa ser avaliado. Isso precisa ser
565 encaminhando, evidentemente. Outro ponto que preciso dizer: eu não fui, em hipótese alguma,
566 defensor de precarização, diferentemente do que muitos funcionários da representação
567 funcional dizem (que sou a favor de terceirização, etc.), eu nunca disse isso, pelo contrário. Eu
568 faço questão de recuperar a minha fala do CTA. O que disse foi algo muito mais simples. O
569 setor de audiovisual da Faculdade está dando problema há três anos e não se resolve. E esta
570 Faculdade merece ter um setor de audiovisual que funcione. Eu, como todos nós aqui, estamos
571 em um ‘negócio’ (quero dizer em termos abstratos, ou seja, um tipo de atividade) que, em
572 minha opinião, significa simplesmente educar os filhos e filhas da classe trabalhadora do
573 Estado de São Paulo e do país. E, em nome da qualidade da educação para os filhos e filhas da
574 classe trabalhadora desse país, o setor de audiovisual merece funcionar. No entanto, há três
575 anos não funciona. Conseqüentemente, precisamos legitimamente oferecer uma resposta para
576 os filhos e filhas da classe trabalhadora do Estado de São Paulo e do país que têm nesta
577 Faculdade a melhor educação possível, e merecem a melhor educação. Porém, por questões
578 absolutamente corporativistas, eles não têm esse serviço funcionando a contento. Isto posto, eu

A T A S

579 sugeri para a Faculdade, para a Direção, que se contratassem estagiários. Isso não é
580 precarização porque não estou falando para ninguém demitir ninguém. Além disso, o
581 Audiovisual tem número de funcionários suficiente para dar conta do serviço, só que eles não
582 fazem. É diferente. São sete funcionários. Precisamos, então, ter monitores para atender às
583 demandas dos nossos estudantes e professores, pois o setor não funciona. Já foi tentado de tudo.
584 Não é uma questão de defender substituição de funcionários por estagiários. Nunca fiz isso em
585 absoluto! Sempre defendi a contratação de funcionário efetivo, mas existem setores que são tão
586 corporativistas que impedem que o ‘negócio’ funcione bem. Então, para esses setores, onde já
587 foi tentado de tudo, durante esses três anos, precisamos efetivamente ter uma resposta em nome
588 da qualidade da educação que oferecemos para os filhos e filhas dos trabalhadores do Estado de
589 São Paulo e do país. Obrigado.”. **Prof. Paulo Martins**: “Não gostaria de repetir exatamente o
590 que eu disse no CTA, mas há duas coisas que são importantes dizer. A primeira delas é que fiz
591 uma reunião na segunda ou terça-feira com o setor de Seção de Alunos e a informação que
592 obtive do setor é de que não houve autorização nenhuma deles para falar em nome deles no
593 CTA. A carta havia sido entregue e protocolada na diretoria. A diretoria imediatamente se
594 reuniu com esses funcionários e começaram a encaminhar a resolução dos problemas que
595 estavam havendo ali. Estou falando de um parágrafo, especificamente. Assustado, me reuni
596 com esses funcionários e ajeitamos, na verdade, mais uma vez, a questão que envolvia as
597 seções de alunos e o conflito que, supostamente, possa ter aparecido, foi resolvido a contento
598 nessa reunião. Eu pediria, então, que tomássemos cuidado, porque, pelo menos, foi o que me
599 disseram os chefes das seções de alunos com relação à afirmação que é feita na carta da
600 assembleia e que, em certa medida, responde por essas assinaturas que compõem essas chefias.
601 A segunda coisa que eu gostaria de dizer é com relação à precarização dos aparelhos, no
602 conjunto de Letras, principalmente. Fui informado que, obviamente estamos com um grande
603 problema lá, o parque é enorme, mas as ações começaram a ser realizadas, já foram feitos os
604 levantamentos e quero dizer que também tivemos muita dificuldade em mapear isso, ou seja,
605 não há uma intenção de abandono para que nenhum professor das Letras dê aula usando o
606 *PowerPoint* ou os computadores. Não foi isso. Houve um desencontro, principalmente porque
607 tivemos uma crise tremenda no setor durante dois ou três anos. Então é um lugar em crise que
608 temos que resolver, o que já começamos a fazer, já fizemos todo o levantamento, o Prof.
609 Adrian Fanjul pode até confirmar. Haverá uma priorização porque é impossível trocar tudo ao
610 mesmo tempo, mas esse problema também não existe mais. É isso o que eu tinha a dizer.”. **Sra.**
611 **Patrícia Galvão**: “Eu quero apenas colocar algumas coisas antes de finalizar. Os funcionários
612 estavam fazendo uma crítica. Não há corredor polonês. No corredor, eles ficaram panfletando

A T A S

613 uma carta. Eu não vejo qual é o problema disso e, inclusive, se o critério for esse, os
614 funcionários homens que estão chorando, aliás, por se sentirem extremamente desrespeitados,
615 não podem sequer se queixar – e é uma queixa de um funcionário a um superior hierárquico,
616 não há personalização. Estamos nos direcionando à Direção que é a responsável por todas essas
617 questões. Segundo, em relação ao funcionário Walter Junior, os funcionários da gráfica
618 entraram com processo coletivo para o recebimento do adicional de insalubridade justamente
619 por causa das condições de trabalho, maquinário, cheiro de tinta, etc. O próprio governo
620 reconhece que são locais de insalubres e que, portanto, precisam receber um adicional relativo a
621 isso. Foi isso o que aconteceu. E depois disso ele recebeu uma sindicância para apurar se as
622 informações que ele passou ao SESMT são verdadeiras. Depois de todos eles terem feito essa
623 queixa, ele que estava sofrendo tentativa de transferência contra a sua vontade (visto que não
624 houve acordo nenhum para ir para o setor de convênios), recebeu a sindicância para apurar se
625 ele havia dito a verdade para os engenheiros do SESMT. Essa é a questão que está posta. Os
626 funcionários elaboraram uma carta, pedindo para serem ouvidos (eles pedem uma audiência),
627 com cento e setenta assinaturas com esse pedido para se poder resolver os problemas e são
628 acusados de mil formas. Nesta Congregação há três funcionários em um universo de quase
629 trezentos, ou seja, me parece bastante razoável que os quase trezentos funcionários desta
630 Faculdade possam ter o direito de serem ouvidos para que se resolva esta situação. Sobre a STI,
631 esta elaborou um projeto para resolver os problemas. A STI é a mais interessada para atender a
632 comunidade, por isso elaborou um projeto pensando no melhor para a comunidade acadêmica,
633 pois trabalham já há vinte ou trinta anos nesse setor. Esse projeto foi recusado pela Direção.”.

634 Em aparte, **Diretora**: “Eu não recusei nada. De forma alguma.”. **Sra. Patrícia Galvão**: “Então,
635 os problemas que têm são relacionados a isso. Nós só pedimos ‘ouçam-nos’. Nós trabalhamos
636 aqui, sabemos o que estamos fazendo, sabemos como funcionam as coisas. Queremos ser
637 ouvidos, apresentamos projetos para a solução de problemas. Não vejo outra questão, outra
638 celeuma. É um pedido de audiência, agora, se a Direção vai atender ou não, ela decida.”.

639 **Diretora**: “Sra. Patrícia, excetuando um caso, as transferências foram durante o período da
640 CTAT, e mais, outras foram solicitações dos próprios funcionários. Quando a Direção solicitou,
641 foi sempre uma queda de braço. Embora já tenha explicado isso muitas vezes, explicarei agora,
642 sobretudo, para os estudantes que estão chegando à Congregação. A Reitoria, desde a gestão do
643 Prof. Marco Antônio Zago, não fez dois tipos de carreira (a progressão horizontal docente e a
644 funcional). Isso significa que quando novos funcionários chegam, exercem cargos e não há a
645 remuneração para o cargo. Só há quando ou alguém se aposenta ou sai, etc. É por isso que
646 também há alguns pedidos de transferência. A Direção decidiu que as verbas de cargos não são

A T A S

647 dos setores, são da Faculdade. Eu disse que não seria solicitada a verba de ninguém que não
648 incorporou, porque os outros mais novos não têm saída. Eles não conseguem galgar postos, a
649 não ser que alguém se aposente, ou faleça, por exemplo. Quem incorporou poderia ceder verba
650 para outros cargos. Já expliquei muitas vezes o caso do funcionário Hilton José Soares. Ele é
651 aposentado, recontratado. Ele incorporou há muito tempo e repassou a sua verba em vários
652 momentos para vários outros funcionários, os quais já li os nomes em uma reunião do CTA. A
653 Direção havia solicitado que a verba dele (há outras, mas de pessoas que não incorporaram)
654 fosse repassada para um funcionário qualificado, e assim se deu essa confusão. Eu fui à
655 Reitoria e solicitei verbas, mas me disseram que não estavam concedendo e que havia várias
656 ociosas aqui – e tinha testemunha. Eu fiquei uma manhã no DRH da Reitoria. Ninguém aqui é
657 contra audiência ou conversa. O que mais se fez nessa área foram reuniões – não sei quantas
658 reuniões o Prof. Paulo Martins fez (quarenta ou cinquenta), mas foi um número absurdo. Eu
659 mesma, fiz umas duas, desde que começou a gestão. Agora começo a entender porque os
660 últimos diretores da Faculdade ficavam aliviados por irem embora, porque, imaginem como é
661 uma instituição desse porte. Eu estou muito cansada dessas coisas também. A carta me acusa de
662 ser ambiciosa, como se mulher não pudesse ter ambição. Aliás, não dou licença a ninguém para
663 dizer quais são os meus sentimentos, exceto pessoas próximas que convivem comigo no âmbito
664 pessoal. Eu não fico atribuindo isso a ninguém. A carta já se defende dizendo que não existe
665 assédio moral, a não ser da alta hierarquia para baixo. E acusar, digamos, moralmente uma
666 pessoa, que é até errado, mas enfim, é uma visão tão sexista, que eu recuso. Mulher é esse ser
667 que pode ser chamado de tudo quanto é nome. Eu tenho procurado manter a minha integridade,
668 mas está muito difícil.”. **Sra. Néli Maximino**: “Boa noite. Eu só queria lembrar algo sobre o
669 Projeto da STI. A Sra. Patrícia e o Sr. Felipe que estão aqui, são representantes e eu sempre me
670 dei muito bem com eles. Eu realmente acredito que eles nos representam, não tenho problema
671 nenhum com isso, mas queria lembrar que a STI teve vários projetos, só que em um deles,
672 especialmente, que foi entregue, não escutaram todas as pessoas. Tanto é que não escutaram o
673 Sr. Orlando França da Silva Junior, o Sr. Lenin Oliveira de Araújo, que faziam parte da STI,
674 assim como não escutaram os analistas. Simplesmente pegaram uma parte dos funcionários,
675 dividiram por prédio do jeito que julgaram melhor e entregaram para a Direção. Dividiram da
676 melhor forma – eu sei porque atuava como assistente nessa época – e ninguém quis ficar com a
677 Ciências Sociais. Eles dividiram e não falaram com ninguém. Sendo assim, o que aconteceu?
678 Foi revisto e falaram que iriam refazer o projeto, e refizeram. No entanto, também não levaram
679 em consideração. Agora vou falar como ex-chefe: não sou mais e nem quero ser. Muitas
680 pessoas pensam que a partir do momento em que você se torna chefe, você não é mais

A T A S

681 funcionário, se esquecem que você é funcionário e passam a te tratar de forma diferente. Isso
682 não aconteceu nem com a Sra. Patrícia Galvão, nem com o Sr. Felipe Sunatis e muitas pessoas
683 aqui presentes, mas me decepcionei demais com algumas pessoas. Sempre soube dividir muito
684 bem as pessoas do sindicato, que acredito que estão aí para nos representar, mas houve pessoas
685 que simplesmente mudaram quando me tornei chefe. Reforço: não é o caso da Sra. Patrícia, Sr.
686 Felipe – vocês fazem muito bem o que vocês foram eleitos para fazer. Agora, voltando ao
687 projeto da STI, não concordo, pois pegaram algumas pessoas, entregaram, não levaram em
688 consideração várias pessoas que deveriam ter sido escutadas. Então, como você pode chamar
689 de projeto da STI se não foi escutado todo mundo? Você não pode falar que era um projeto da
690 STI, Sra. Patrícia, entende? Era um projeto de quem estava lá, e mesmo hoje, não se pode falar
691 STI, pois quem é a STI? São algumas pessoas, apenas? Eu penso assim.” **Diretora**: “Agora
692 nós temos a inscrição do Prof. Adrian Fanjul e eu quero a resolução da minha proposta. Quero
693 que essas coisas sejam apuradas. As pessoas não podem ser acusadas de muitas coisas sem que
694 sejam apuradas, porque é uma agressão moral.” **Prof. Adrian Fanjul**: “Eu lamento muito que
695 tudo isto esteja acontecendo e penso que há algumas coisas postas sobre a mesa que não
696 podemos negligenciar. De duzentos e noventa funcionários, cento e setenta assinam uma carta.
697 Pessoalmente, penso que deveria evitar interpretações que as faz, como, por exemplo, tal coisa
698 se deve à ambição de fulano, etc. Esse fato mostra que alguma coisa não está sendo bem
699 conduzida e penso que a pior resposta que se pode dar a isto são acusações, substituir
700 imaginariamente o papel do sindicato e, sobretudo, transformar essa assinatura dos funcionários
701 em algo que eu – se fosse um dos assinantes – leria como ameaça, no sentido de isso poder dar
702 lugar a processos administrativos. Não sei como se chegou a esse ponto com 60% dos
703 funcionários de uma Faculdade – não havia visto isso em outras gestões, embora também
704 tenham tido problemas com funcionários. Então penso que isso é algo que não pode ser negado.
705 Nesse sentido, a proposta de apuração ou a proposta de audiência pública, me parecem que
706 podem levar a construir um diálogo. Fico muito preocupado com essa animosidade. Do que eu
707 tive oportunidade de ver, sobretudo, como a questão do LAPEL, da Informática, etc., me
708 encontro como muitos colegas, talvez, não para tomar a palavra para dizer, mas na disjuntiva de
709 pensar se realmente – e falarei assim porque não quero ser demagógico falando da classe
710 trabalhadora ou de sindicalismo, não me sinto em condições disso, nem esse é o meu lugar aqui
711 – todos esses funcionários que vemos desde quinze, vinte anos atrás trabalhando muito bem,
712 subitamente, viraram parte de uma milícia virtual que cismou com uma pessoa ou um grupo de
713 pessoas e quer destruí-las. Desculpem, mas da mesma maneira que eu não posso atribuir todos
714 os problemas funcionais da Faculdade à ambição de uma direção, também não posso fazer essa

A T A S

715 leitura conspirativa. Então, ou saímos deste poço ou não avançamos para lugar nenhum. Se a
716 solução é fazer uma comissão que apure, desde já quero dizer que, para mim, não deve
717 participar nenhum chefe de departamento; ou, a respeito da audiência pública, não sei como os
718 funcionários chamam, que figura querem dar a essa audiência pública, como pensam que isso
719 tem que acontecer, mas se há denúncias específicas de tal coisa que aconteceu com tal
720 funcionário, ou isso se apresenta ou ficamos com uma série de generalidades como as que estão
721 na carta, que podem ser um resumo de coisas, mas não estão apresentadas de modo que
722 possamos dizer que houve algo injusto neste caso. Ficamos presos nessa situação em que temos
723 que ver em qual lado acreditamos. Peço, por favor, que tentemos sair disso e é algo que há nas
724 duas partes. Não vou entrar em detalhes sobre a reunião com o pessoal do LAPEL e do STI.
725 Aliás, nós, chefes dos departamentos de Letras, fomos com um propósito prático de ver como
726 podemos possibilitar as aulas com os devidos equipamentos e como vamos organizando isso
727 gradativamente.”. **Profa. Maria Teresa Celada**: “Penso que não podemos continuar
728 aprofundando essa divisão. Estamos reproduzindo formas de enfrentamento que fazem parte do
729 mundo cotidiano, trabalhista e fora da Faculdade. Me parece que o melhor é uma apuração ou
730 uma comissão. Evidentemente, as partes não estão se entendendo. Nós, como professores,
731 assistimos todos os dias a alguma cena de funcionários que não conseguem dar conta do
732 trabalho porque aconteceu tal coisa, ou seja, na vida cotidiana isso está aparecendo
733 permanentemente. Algo, então, está acontecendo e esse algo precisa ser realmente solucionado.
734 Se não solucionamos isso na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, então não
735 temos capacidade de fazer isso. É um desafio e acredito que as duas partes têm que se submeter
736 a ele da melhor forma possível, mas não nos submeter a algo que não podemos solucionar. Não
737 podemos tomar partido por um lado ou por outro. Foi animosa a forma em que foi a
738 interlocução com a Sra. Patrícia Galvão, que vem representando cento e setenta pessoas. Então
739 temos que tomar cuidado com isso também.”. **Sr. Felipe Costa Sunatis**: “Eu só quero falar
740 rapidamente que todo mundo me contemplou, as falas da Sra. Patrícia Galvão me
741 contemplaram e do professor (Adrian Fanjul) aqui. Só queria dizer que essa audiência pública
742 que estamos chamando é por conta disso. Estamos aqui há quantas horas? A nossa fala aparece
743 bem ao final da reunião, quando a maioria dos professores já foram embora. Isso demonstra
744 que a vontade de nos ouvir já não é tão grande. Outra coisa que gostaria de dizer é que quando
745 chegamos com esses pontos é porque já se estourou muita coisa fora daqui. As coisas não
746 acontecem do nada. Há funcionário que está adoecido, aumentando doses de remédio. Isso é
747 bom que seja dito. Nós podemos conversar. Logicamente, não vou falar o nome da pessoa para
748 não a expor, mas tem caso assim. Há muitos casos. Eu estou aqui há pelo menos dez horas, e

A T A S

749 fico mais tempo aqui do que com a minha família, então considero essas pessoas que estão
750 falando conosco. Quando nós chegamos representando aqui, não tiramos essas questões da
751 nossa cabeça. Então é por isso que pedimos essa audiência pública, pois comissão com chefia
752 fica complicado. Afinal, vemos aqui que temos três funcionários. Poderíamos ter uma
753 audiência pública para esses funcionários que foram mencionados falarem para todos o que está
754 acontecendo, porque senão fica complicado. Como vamos conversar se há várias
755 representações da diretoria expondo as suas versões enquanto nós, aqui, ficamos como
756 malucos, como se estivéssemos manipulando cento e setenta pessoas. Enfim, é isso o que nós
757 queríamos: essa audiência pública, seja lá que nome que se queira dar ou o caráter que ela
758 tenha. Gostaria apenas de dizer isso e deixar claro para esta Congregação que esse pedido de
759 audiência pública é um pedido para que se dê um basta. Nós também queremos e não
760 aguentamos mais trabalhar com toda essa pressão – não é porque queremos arrumar conflitos.
761 Para mim, seria ótimo só trabalhar, fazer o meu trabalho e pronto.”. **Diretora:** “Ninguém gosta
762 de trabalhar sob pressão. Aliás, um diretor da Faculdade vive trabalhando sob pressão o tempo
763 todo. Eu fico, de fato, muito mais aqui do que com a minha família.”. **Sra. Juliana Costa:**
764 “Boa noite. De fato, a carta surpreendeu. Inclusive, cita, pelo menos, a função de assistente
765 administrativa e, por isso, resolvi falar. Eu tentei fazer algumas anotações para a Direção para
766 que ela pudesse apresentar como foram feitos os procedimentos, até pela razão de a carta
767 denunciar arbitrariedades. Ela se inicia afirmando que houve arbitrariedades por parte da Profa.
768 Maria Arminda, como diretora e da sua assistente administrativa contra os seus funcionários.
769 Bom, colegas, desde que entrei nesta função, participei das diversas comissões que foram
770 formadas e uma delas foi o CTAT. De fato, agora, muito recentemente, começamos a apurar
771 quantas transferências internas aconteceram – está aqui relatado. Foram 33 transferências
772 internas. Boa parte delas, de fato, feitas por meio de reivindicação no CTAT, que era,
773 sobretudo, formado por membros da representação sindical – funcionários da FFLCH que
774 também estão no SINTUSP, se não me engano. A Profa. Maria Arminda perguntou como
775 foram feitas essas transferências. Nós fizemos, pelo menos, duas ou três reuniões para cada
776 uma delas, e, no mínimo, uma, chamando chefia e funcionários. Então, se fizemos um cálculo
777 rápido aqui, fizemos tranquilamente sessenta e poucas reuniões com as pessoas. Fiquei, então,
778 surpreendida ao falarem de arbitrariedade porque nós conversamos em todos os casos. Em
779 todas essas transferências, aqui relatadas, fui checando, para conferir se deixei de chamar
780 alguém, alguma chefia – não. Em nenhum momento isso aconteceu. Há um ou dois casos
781 específicos, que inclusive conforme a Sra. Patrícia Galvão chamou a atenção, como o caso do
782 funcionário Walter Junior – há uma justificativa para a transferência, ele já havia sido

A T A S

783 solicitado muitas vezes. A arbitrariedade que eu tenha cometido, talvez, seja relacionada a algo
784 que a Procuradoria Geral me alertou: deveria ter sido feita uma portaria de transferência e ele
785 deveria ter assinado a recusa de ir para outro local. Nós nunca documentamos as recusas dele,
786 até para que não o implicasse ou levasse o evento a um processo de sindicância por
787 insubordinação. Foi desta forma que recebemos como instrução da Procuradoria Geral. No final
788 das contas, então, fizemos a portaria de transferência, bem como a transferência do funcionário
789 Walter Junior, que, inclusive, em uma reunião, como a senhora Diretora talvez deva lembrar,
790 disse que tinha muito o desejo de trabalhar na área acadêmica, que sempre quis trabalhar nesta
791 área, mas estava na gráfica e gostava muito desta, e assim ele esteve na gráfica, pelo menos até
792 2018 (2010-2018). No caso das copeiras também devemos ter realizado umas dez reuniões e
793 tentamos encontrar soluções acessórias, paralelas para que elas tivessem menos sobrecarga,
794 pois essa sobrecarga era a justificativa. Instalamos as máquinas de café, com cafés gratuitos
795 aqui na administração, para que se evitasse que as pessoas pegassem o café feito por elas, para
796 que elas não fizessem mais de cinco litros de café por dia. Começamos a tentar licitar máquinas
797 de lavar louças para que elas não tivessem que lavar os copos e, infelizmente, acabamos
798 comprando alguns copos descartáveis para evitar que as pessoas pegassem os copos.”. Em
799 aparte, **Diretora**: “E agora foram proibidos os copos descartáveis na Universidade, por causa
800 da poluição.”. **Sra. Juliana Costa**: “E tentamos encaminhar uma ideia de uma
801 complementação do contrato, contratando mais cinco copeiras através de licitação. O sindicato
802 recusou, alegando que se tratava de uma precarização do trabalho e não foi feito. As três
803 copeiras estão reunidas aqui neste prédio e percebem que há momentos de pico – como este
804 final de ano, por exemplo, com defesas e concursos acontecendo, mas que aparentemente se já
805 acalmou. A Sra. Maria José de Lira faz uma parte do seu trabalho no prédio da Ciências
806 Sociais, que é onde ela preferiria ficar. Então, todas as vezes nós procuramos atender, mais ou
807 menos, o que os funcionários requisitaram. No caso específico da Seção de Alunos, que vi que
808 no CTA foi comentado, assim que foi solicitada a substituição de chefias, nós nos
809 comunicamos (a Assistência Acadêmica e eu) para darmos os encaminhamentos. Talvez
810 tenhamos cometido algum equívoco, como diz a Profa. Maria Arminda, estamos sujeitos a
811 errar, talvez não tenhamos dado todos os encaminhamentos, mas foi comunicado para a
812 Assistência Acadêmica, que é a área que lida com a Seção de Alunos de Graduação. Eram essas
813 as explicações, mas, caso eu tenha cometido alguma arbitrariedade, nessa apuração eu fico
814 também à disposição.”. **Prof. Ruy Braga**: “Sei que está tarde, mas queria rapidissimamente
815 dizer duas coisas. A primeira delas é que pode ser que pela fala dos funcionários ou do Prof.
816 Adrian Fanjul, por exemplo, a impressão que se cria a propósito do que está acontecendo aqui,

A T A S

817 seja de que existe uma incompatibilidade entre dois campos que estão se atacando ou coisa do
818 estilo. Não é absolutamente nada disso, não é disso que se trata. É um erro pensar que há dois
819 grupos brigando um com o outro. O que tem, na realidade, é um ataque por meio dessa carta.
820 Aqui há questões que estão acontecendo há três anos, condensadas nesta carta, que ataca a
821 Direção. Que isso fique muito claro, pois, às vezes, temos essa impressão de que há dois grupos
822 brigando. Qual é a novidade? Aos meus olhos, evidentemente, a novidade, é que, pelo visto,
823 segundo a representante funcional, a Sra. Patrícia Galvão, existem cento e setenta funcionários
824 que resolveram assinar um abaixo-assinado (esta carta foi transformada em um abaixo-
825 assinado) e foi encaminhado para a Direção, que agora precisa avaliar, enfim, quantos
826 funcionários são, etc., mas o importante não é o número. O importante é que se existe, de fato,
827 um número 'x' de funcionários que assina essas acusações, isto precisa ser avaliado tanto a bem
828 do serviço público, do ponto de vista do funcionamento da Universidade e da Faculdade,
829 quanto do próprio bem-estar dos funcionários. Porque se, de fato, as relações de trabalho estão
830 levando a adoecimento, insegurança e há cobrança, aumento da intensidade do ritmo,
831 exploração do trabalho, e isso tudo tem produzido esse efeito sobre os funcionários, é
832 necessário que isso seja averiguado, mas não do ponto de vista de assembleia ou audiência
833 pública que não vai resolver absolutamente nada. O que uma assembleia pública, com duração
834 de quatro horas pode resolver em uma Faculdade que tem trezentos funcionários cujas relações
835 de trabalho estão tão deterioradas que as pessoas estão muito mal? Nada será resolvido em uma
836 audiência de quatro horas. Nós precisamos passar a limpo essas denúncias, esses problemas, e
837 não fingir que em uma assembleia vai se resolver alguma coisa, porque é disso que se trata.
838 Afinal, são denúncias gravíssimas. Precisamos estabelecer uma comissão, sim, que avalie
839 minuciosamente cada uma dessas denúncias e que leve a contento, ou seja, se existe uma
840 denúncia de assédio moral dentro da Faculdade, essa denúncia precisa ser avaliada, averiguada,
841 e eventualmente virar um processo administrativo. Por que não? Qual o problema? Isso não é
842 ameaça a ninguém. É procedimento da Universidade, algo absolutamente rotineiro, burocrático
843 e normal de se fazer. O errado é pensar que em uma audiência pública vão se resolver esses
844 problemas e essas denúncias que estão sendo feitas por meio desta carta – isso é demagogia. O
845 Prof. Adrian Fanjul, por exemplo, me chamou de demagogo por eu ter falado em nome de
846 trabalhadores. Em primeiro lugar, gostaria de dizer o seguinte: já me chamaram de coisa muito
847 pior que demagogo. Então não me sinto especialmente atingido por sua fala. No entanto, não
848 fiz demagogia, estou aqui, pura e simplesmente, avaliando a composição e a recomposição da
849 base social dos nossos estudantes, que há vinte anos era uma coisa e hoje é outra. Há gente que
850 vem da classe trabalhadora, então não há demagogia nenhuma. É uma categoria sociológica.

A T A S

851 São pessoas que vêm da classe trabalhadora e merecem a melhor educação que podemos
852 oferecer a elas. Não há demagogia. Sabe o que é demagogia? É achar que uma audiência
853 pública vai resolver qualquer problema funcional nesta Faculdade. Gostaria, então, de dizer
854 que, na minha opinião, sugiro que montemos uma comissão, a qual tenha por função
855 estabelecer uma análise minuciosa das denúncias que estão sendo feitas nesta carta. É a única
856 maneira séria de se lidar com isso. Audiência pública não é uma maneira séria. Isso é uma
857 falácia, pois é uma forma de jogar para o público. Não resolve absolutamente nada. O que
858 resolve é a Comissão que passa esses casos a limpo. Isto, sim, pode resolver. Pode ser que não
859 tenha o resultado que muitos querem, muitos que usam de demagogia aqui dentro da Faculdade
860 para se promover lá fora, montar chapa para sindicato. Isso é possível que esteja acontecendo.
861 Mas não podemos ficar reféns desses grupos e dessas situações. O que precisamos fazer é
862 passar a Faculdade a limpo do ponto de vista funcional e é isso o que eu sugiro que a Direção
863 encaminhe.”. **Prof. Cícero Romão**: “Estou preocupado exatamente em como fazer o
864 encaminhamento. Eu concordo com o Prof. Ruy Braga, que se, de fato, a intenção da carta é
865 real no que ela diz ao final ‘ouvir as demandas e resolver os conflitos’ e, portanto, requer uma
866 discussão, é preciso restabelecer condições mínimas para que um diálogo ocorra. E eu tenho a
867 impressão que essa carta não faz apenas uma denúncia de erros e acertos. Afinal, uma coisa é
868 você errar e acertar, o que faz parte de qualquer grupo ou direção que esteja conduzindo
869 decisões. Decisões certas ou erradas são passíveis de acontecer e são merecedoras de críticas ou
870 elogios. O problema todo é quando a carta faz acusações a respeito do caráter das pessoas, da
871 sua índole, ou seja, faz acusações sobre as pessoas e não sobre seus eventuais erros e acertos. A
872 carta faz insinuações, denúncias graves, como perseguição política, por exemplo. O que
873 caracteriza uma perseguição política? Poderia ser dito que tais decisões têm levado as pessoas a
874 ficarem doentes psiquicamente, mas afirmar que fulano de tal tem ambições pessoais e por isso
875 está fazendo isso e assim por diante, não cria condições adequadas para você dialogar e tentar
876 corrigir erros e resolver conflitos. Mesmo constituir uma comissão nos termos que estão
877 colocados nesta carta, o clima exposto na carta se manteria. O clima que está posto na carta, o
878 modo como ela se dirigiu às pessoas, é o que precisa ser retirado, no sentido de que a
879 representação dos funcionários está localizando que há erros que estão sendo cometidos, etc., e
880 assim podemos discutir. Agora, colocar nos termos que estão sendo colocados aqui já suspende
881 as condições para fazer uma discussão, mesmo uma audiência pública, pois, de fato, uma
882 audiência pública, nessas condições, pode ser uma espécie de linchamento. Afinal, a carta já
883 coloca uma situação prévia que inviabiliza uma discussão que possa resolver os conflitos. Eu
884 sugiro o seguinte: antes de tomarmos qualquer medida nesse sentido, que os termos dessa carta

A T A S

885 sejam recolocados. Deve estar havendo um problema, sim, se cento e setenta funcionários
886 assinaram. Mas nestes termos inviabiliza-se uma discussão, pois está julgando que não são
887 pessoas ilibadas, que não têm condições morais de ocupar as posições que estão ocupando.
888 Bom, se você já parte desse princípio, não tem como haver uma conversa. Eu sugiro que na
889 próxima reunião da Congregação a representação traga aqui todos os problemas, mas em
890 termos que sejam civilizados, assim a Congregação escolhe uma comissão para apurar esses
891 problemas para ajudar a Direção e a representação a chegarem a um bom termo para a
892 resolução desses conflitos. Antes disso, há uma condição prévia que precisa ser restabelecida –
893 uma condição na qual as pessoas possam racionalmente, de forma civilizada, discutir os
894 problemas. Se a representação colocar que há inimigos, interessados em algo, etc., não há
895 condições. A minha proposta de encaminhamento é essa. Gostaria que a representação
896 repensasse os termos desta carta, trouxesse na próxima Congregação os problemas concretos e
897 erros que considera que estão sendo cometidos pela Direção e a Congregação escolhe uma
898 comissão para apurar isso e ajudar a resolver essa situação.”. **Sra. Patrícia Galvão:** “Professor,
899 primeiro, é uma carta a partir do momento que chega a ser uma situação limite dos funcionários
900 (cento e setenta trabalhadores assinaram). Segundo, eles não estão pedindo uma audiência
901 pública para linchamento. Vamos continuar trabalhando aqui independente da Direção sair
902 daqui há oito meses ou não. Continuaremos, como continuamos antes e continuaremos depois –
903 são vinte, trinta anos aqui. Estamos pedindo para sermos ouvidos, para que se possa, inclusive,
904 a partir disso, se estabelecer novamente o diálogo, e não para responder por acusações sobre
905 formação de chapa sindical (algo legítimo), ou acusações do tipo. Os funcionários mantêm a
906 proposta de uma audiência para restabelecer o diálogo.”. **Prof. Paulo Martins:** “Sra. Patrícia
907 Galvão, me permite? A senhora jura que nós não conversamos? É só isso o que gostaria de
908 dizer.”. **Prof. Ruy Braga:** “Eu apoio a proposta do Prof. Cícero Romão. No entanto, não sendo
909 possível a proposta dele, penso que devemos ter um encaminhamento para isso.”. **Diretora:**
910 “Temos duas propostas.”. Em aparte, **Prof. Márcio Ferreira:** “Queria apenas dizer que eu
911 também apoio a proposta do Prof. Cícero Romão.”. **Diretora:** “Gostaria de dizer que eu, muito
912 ao contrário, sempre exercitei o diálogo. Sempre. O Prof. Paulo Martins fez este papel,
913 inclusive, na Direção, por muitas razões, porque ele é de outra geração, como o Prof. Ruy
914 Braga. É uma outra visão. Eu sempre aceitei as determinações. Nunca agredi nem assediei
915 ninguém. Aliás, pouco tratei, pessoalmente, dessas questões. O que eu tenho a ver com a
916 audiência pública? O Prof. Cícero Romão resumiu muito bem. Nesse tom, a audiência pública
917 será um momento de muita agressão e eu não me submeto a isso. Me submeto a conversar, mas
918 não com esse tom. Me chamam de ambiciosa: a carta diz que estou aqui em nome das minhas

A T A S

919 ambições pessoais. Gostaria de perguntar aos redatores da carta: que ambições são essas?
920 Quem tem o direito de falar sobre mim, sobre a minha interioridade? Eu não dou esse direito às
921 pessoas. Podem falar sobre o meu comportamento público. Isso é uma agressão. Disseram que
922 sou responsável pelas doenças das pessoas. Ao contrário, desde que chegamos aqui, o Prof.
923 Paulo Martins e eu, fizemos a Comissão de Direitos Humanos, aumentei o número de alunos,
924 estamos tentando construir um espaço, a ouvidoria. A CTAT não deu certo – não foi por nossa
925 causa – mas eu nunca estive na CTAT e pouquíssimas vezes estive presente nessas reuniões. Já
926 o Prof. Paulo Martins deve ter feito centenas. Como já vivi bastante e já vivi a condição de ser
927 mulher na Universidade, ter feito carreira e ocupado cargos, conheço muito bem o que é
928 constrangimento contra a mulher. Ninguém precisa me dizer isso. Me entristece ver mulheres
929 acusando mulheres dessa maneira. Quem disse que eu sou ambiciosa? Quais são as minhas
930 ambições íntimas? Quem tem o direito de falar sobre isso? Nem sabem. ‘Porque você tem um
931 comportamento inadequado, moral’. Eu não dou esse direito. Eu poderia mover um processo,
932 mas não fiz. Então vou dizer algo para vocês: não posso fazer audiência pública com esses
933 termos, pois será uma agressão que não posso aceitar. Não estou disposta a isso. Aceito
934 conversar e gosto da proposta do Prof. Cícero Romão. Eu não tomei nenhuma iniciativa de
935 agredir ninguém, nem escrever nada ou acusar ninguém de nada. Fui eu quem recebi as
936 agressões. Portanto, se eu faço esse diálogo público, será como a ‘malhação de Judas’ e não
937 quero isso. Não aceito. Não é da minha maneira de ser. Só trabalhei em nome da Instituição.
938 Posso ter errado, errar é humano, mas só pensei no melhor para essa Faculdade. Acredito que a
939 proposta do Prof. Cícero Romão seja uma proposta civilizada, mas a representação não quer
940 retirar a carta. Então temos as propostas: ou se apura os fatos ou se vota a proposta do Prof.
941 Cícero Romão, apesar do baixo quórum – ou, então, chegamos a bons termos de conversa.
942 Afinal, como vou fazer uma audiência pública com esses termos? Será para quê? ”. **Prof. Paulo**
943 **Martins**: “Quero que o plenário esclareça. Temos a proposta de instauração imediata de uma
944 comissão para apuração das denúncias; e temos uma segunda proposta que seria aguardar, por
945 parte do sindicato, um documento no qual ele esclareça civilizadamente quais são os problemas
946 pontuais que eles veem, para que possamos montar uma comissão para tentar enfrentar essa
947 questão; há também a proposta da audiência pública. Como nenhuma excluiu a outra, teremos
948 que votar as três. A rigor, a primeira que se exclui é a do Prof. Ruy Braga e a do Prof. Cícero
949 Romão. Depois votamos a vencedora contra a proposta da audiência pública. É isso? ”. **Prof.**
950 **Ricardo Cunha**: “É só a minha opinião, mas como a Profa. Maria Arminda já disse que, nesse
951 momento, ela não se dispõe a fazer uma audiência, penso que não cabe à Congregação, nem é
952 seu papel, votar e impor a realização de uma audiência. Eu havia entendido que o Prof. Ruy

A T A S

953 Braga até avaliou em um primeiro momento a proposta do Prof. Cícero Romão.”. **Prof. Cícero**
954 **Romão**: “A fim de nós tirarmos, aqui, uma comissão com o propósito construtivo de ajudar a
955 refletir os problemas que estão acontecendo, que tenho que qualificar como erros que a
956 representação considera que está acontecendo na condução de certas coisas na Direção da
957 Faculdade. Eu gostaria de propor que a representação tivesse um tempo para repensar os termos
958 em que colocou a questão, porque nos termos colocados não há condições para se ter uma
959 audiência e nem uma comissão construtiva. Se, na próxima reunião da Congregação, a
960 representação trazer aqui, e apontar concreta e pontualmente quais os erros que estão sendo
961 cometidos e quais as críticas que estão sendo feitas, a comissão, com base nesse ‘relatório’,
962 poderá cumprir uma função construtiva. Podemos fazer isso na próxima Congregação.
963 Gostaria, então, de propor que, nesse período daqui até a próxima Congregação, a
964 representação repense os termos em que colocou a questão e traga aqui, não acusações
965 pessoais, insinuações, etc., mas questões que apontem os erros, os objetos das questões.”. **Sra.**
966 **Patrícia Galvão**: “Nós podemos levar aos funcionários todas essas propostas que vocês estão
967 colocando, mas penso ser importante também ponderar que o professor colocou as acusações
968 como vazias, no entanto, várias acusações e ameaças veladas foram feitas aos funcionários,
969 como o processo administrativo. O que nós queremos, professora, é resolver isso, estabelecer
970 diálogo, pois é aqui que passamos boa parte de nossas vidas também. Para nós, é importante
971 que funcione a Faculdade. Então, se a Direção quer estabelecer um diálogo, pensemos em uma
972 forma de fazer isso para que se resolvam os conflitos, pois é o que queremos. Não estamos
973 falando para que se apure tudo. Apurem o que for necessário, mas resolvam os conflitos para
974 que possamos trabalhar com dignidade e a Faculdade possa funcionar, sem ameaças veladas.”.
975 **Prof. Ruy Braga**: “Só uma coisa: onde está a ameaça em montar uma comissão sindicante para
976 avaliar uma denúncia grave e, eventualmente, se essa denúncia for corroborada, se transformar
977 em um processo administrativo? ”. **Sra. Patrícia Galvão**: “Se o senhor quer manter nesses
978 termos, professor, nós queremos resolver.”. **Prof. Ruy Braga**: “É uma questão de
979 razoabilidade, não são ameaças. É o trâmite normal.”. **Prof. Heitor Frúgoli Junior**: “Eu
980 entendo que a única possibilidade de avanço está sintetizada pelo Prof. Cícero Romão: um
981 tempo para que se possa pensar em uma outra forma de encaminhar essa questão que também
982 concordo que nos termos que estão colocados agora, esse conflito não tem como avançar de
983 forma satisfatória. Queria dar apoio ao fato de que agora poderia haver um repensar por parte
984 dos funcionários, no sentido de colocar mais concretamente as questões, para que uma
985 comissão possa contemplar sem que haja, já de antemão, uma prescritiva punitiva. Enfim, só
986 gostaria de dizer que apoio a posição do Prof. Cícero Romão e acredito que é a única

A T A S

987 possibilidade de avançarmos neste quadro agora.”. **Prof. Ruy Braga**: “Só uma observação: o
988 jogo do diálogo supõe um envolvimento, o engajamento de todos jogadores e o respeito às
989 mesmas regras. Então, se nós estamos propondo que haja uma recuperação do diálogo através
990 de uma revisão dos termos da carta e da Congregação indicando uma comissão para avaliar as
991 questões concretas, ótimo, porém, não depende só da Direção, mas também dos funcionários.
992 Se os funcionários disserem, de fato, que vão rever os termos da carta e apresentar na próxima
993 reunião da Congregação os pontos específicos e concretos, sou a favor, mas se eles não se
994 comprometerem com o jogo do diálogo, nós não podemos simplesmente ignorar o que está
995 sendo posto, este é o ponto. A Faculdade, a Direção não pode porque são acusações muito
996 graves e precisam ter uma resposta.”. **Profa. Maria Teresa Celada**: “Eu concordo totalmente
997 com a proposta e análise do Prof. Cícero Romão, que é muito pertinente e penso que a Sra.
998 Patrícia Galvão (e os outros representantes aqui presentes) tem que levar isso agora para os
999 funcionários discutirem. Não me parece que você (Sra. Patrícia) não está aberta a discutir, pelo
1000 contrário, sinalizou que está. Fica essa sugestão como algo importante dentro desse diálogo que
1001 vocês mesmos se dispõem a construir e a Direção está aceitando. Me parece que é isso o que
1002 podemos fazer agora e essa solicitação me parece de muito bom senso.”. **Prof. Paulo Martins**:
1003 “Bom, então, posso acreditar que há um consenso na Congregação para que seja apresentado
1004 por parte dos funcionários na próxima Congregação os termos dos conflitos em que estão
1005 envolvidos do ponto de vista absolutamente concreto, não é isso? Encerramos, portanto, por
1006 aqui.”. **Diretora**: “Eu quero deixar assinalada aqui a minha posição. Nunca ameacei ou assediei
1007 ninguém. Poucas vezes tratei pessoalmente desses assuntos. Outra coisa: eu não posso
1008 conversar, se sou acusada pessoal e moralmente. Eu não posso porque não há diálogo com isso.
1009 Você só tem interlocutor se você o reconhece como tal. Se você não o reconhece não há
1010 interlocutor, mas execração. A interlocução pressupõe um mútuo reconhecimento. Não faço
1011 audiência pública por esta razão, seria inútil, apenas acusações o tempo todo. É isso. Consulto
1012 aos estudantes se gostariam de falar alguma coisa. Sejam bem-vindos. Muito obrigada.”. **4.** A
1013 Senhora Presidente abre a palavra aos demais membros do Colegiado. **Prof. Mamede Mustafa**
1014 **Jarouche (chefe do DLO)**: “Em meu departamento, há um curso que está, realmente, em uma
1015 situação muito grave: o curso de Língua e Literatura Japonesa. Eu gostaria de destacar algo que
1016 me pediram ontem, na reunião departamental. Houve o falecimento de um professor
1017 recentemente, aposentadorias. O curso de Japonês é o curso com maior média de alunos do
1018 departamento de Letras Orientais, em primeiro lugar. Em segundo, é o único que funciona em
1019 dois períodos (matutino e noturno), visto que, no final do século passado, a Reitoria determinou
1020 que o DLO escolhesse um período e todos os cursos resolveram ficar com o horário do

A T A S

1021 matutino, menos o Hebraico, que ficou com o noturno e o Japonês foi exceção por ter um
1022 grande número de alunos. O Japonês tem, também, a sua área de Pós-Graduação, a qual eles
1023 carregam sozinhos. Enfim, a situação deles é urgente e eu gostaria de ler aqui o ofício que eles
1024 encaminharam: ‘O presente ofício tem como objetivo solicitar um claro efetivo em caráter
1025 emergencial destinado à área de Língua e Literatura Japonesa do Departamento de Letras
1026 Orientais. A urgência deste pedido se deve ao falecimento do Prof. Dr. Koichi Mori, ocorrido
1027 no dia 21 de outubro de 2019, cuja perda agravou a situação da área, que está sem reposição de
1028 aposentados desde 2012. O passamento repentino do Prof. Mori afetou sobremaneira as
1029 atividades dos 6 docentes responsáveis pela formação acadêmica dos atuais 218 alunos da
1030 Graduação, distribuídos entre os períodos matutino e noturnos.’. Isso na Graduação, sem contar
1031 a Pós-Graduação. Continuo: ‘Enfatizamos a necessidade de reposição em caráter emergencial
1032 para a continuidade do oferecimento das disciplinas obrigatórias de cultura, literatura e língua
1033 japonesas, que também são optativas livres com alta procura por parte de alunos de outras
1034 habilitações e unidades da USP. Além das atividades docentes de pesquisa, o referido
1035 professor, o Prof. Koichi Mori, falecido, era responsável por sete convênios acadêmicos
1036 vigentes com universidades japonesas. Coordenava, também, o programa de bolsas do
1037 convênio de solidariedade da província de Toyama e Estado de São Paulo, destinadas às
1038 pesquisas de iniciação científica desenvolvidas pelos alunos da habilitação em Japonês. É
1039 grande o impacto resultante a ausência de um docente na atual situação. Há de se ressaltar que
1040 os seis docentes remanescentes terão que assumir essas funções somadas às atividades que já
1041 são exercidas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão no âmbito da Graduação e da Pós-
1042 Graduação. As demais atividades exercidas pelos docentes da área de Japonês podem ser
1043 conferidas no material anexo no qual constam detalhes.’. Aqui, os professores encaminham –
1044 inclusive vou entregar para a Sra. Rosângela Duarte – tudo isto que está sendo relatado e mais
1045 um abaixo-assinado de alunos da Faculdade (não só alunos da habilitação de Japonês) para que
1046 isso seja resolvido. Gostaria de ressaltar que o curso de Japonês é responsável pela relativa
1047 abundância de professores que em alguns anos nós tivemos. Também não esqueçamos que
1048 quem entrou em 2003 entrou graças a uma greve iniciada pelas professoras do Japonês, que
1049 eram duas ou três, uma situação bem grave. Então gostaria de encaminhar isso agora. Segue o
1050 abaixo-assinado: ‘ABAIXO-ASSINADO EM FAVOR DA CONTRATAÇÃO DE
1051 DOCENTES PARA MINISTRAR AS DISCIPLINAS DE LÍNGUA JAPONESA MODERNA,
1052 CULTURA JAPONESA E LITERATURA JAPONESA OFERECIDAS PELA ÁREA DO
1053 JAPONÊS, PERTENCENTE AO DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ORIENTAIS DA
1054 FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP. Nós,

A T A S

1055 alunos/futuros alunos das disciplinas concernentes à área de Japonês ofertadas nos períodos
1056 matutino e noturno, pertencentes ou não à habilitação, devido à ausência de docentes, viemos
1057 por meio desta reivindicar a contratação de claros para o primeiro semestre de 2019. Tendo em
1058 vista que as disciplinas ofertadas pelo Japonês contam com grande adesão de alunos de outros
1059 cursos da própria Faculdade e/ou de outros institutos da Universidade, sendo as únicas
1060 disciplinas oferecidas em dois períodos pelo DLO, e que são obrigatórias para os alunos da
1061 habilitação (seja ela única ou dupla), a contratação de docentes se faz primordial para que os
1062 dois turnos sejam mantidos e os alunos, principalmente os da habilitação, possam se formar.
1063 Este abaixo-assinado é necessário para a continuação da existência da habilitação em Japonês
1064 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, pertencente à área amplamente
1065 reconhecida nacional e internacionalmente, composta por docentes tidos como referência nas
1066 áreas de Literatura, Cultura e Língua Japonesa no Brasil. Considerando que o Japonês é a única
1067 área do DLO a oferecer dois turnos, é no mínimo questionável que a área prossiga com um
1068 número tão reduzido de docentes, resultado de aposentadorias ocorridas nos últimos anos sem a
1069 devida reposição dos cargos e do falecimento do professor Koichi Mori no decorrer do presente
1070 semestre. A lista com as assinaturas será entregue para a assistência acadêmica. São mais de
1071 800 assinaturas no decorrer de 49 páginas do documento.”. **Diretora:** “Sobre a questão do claro
1072 efetivo, o que tenho a dizer ao senhor é o seguinte: os claros destinados à Faculdade já foram
1073 distribuídos na última Congregação. O DLO ficou com 1 claro. Agora, promete-se mais 150
1074 claros para o próximo ano, como comentei hoje, aqui, a respeito do que foi dito no Conselho
1075 Universitário. Apesar de a Faculdade ter perdido muitos professores, observando a situação das
1076 outras unidades, não ficamos muito desassistidos em relação a elas. Nós recebemos 6 claros na
1077 primeira vez e 8 na segunda vez, este ano. Não tenho dúvidas de que é muito pouco, mas, por
1078 exemplo, a FAU recebeu apenas um. Então não foi algo calamitoso, é que somos uma Unidade
1079 grande. Outra questão diz respeito aos temporários – isso depende de uma reunião com a
1080 Reitoria – que já pedi que marcassem – para a discussão do tema. Isso não depende da Direção.
1081 Já perguntei a respeito disso. A Direção não tem se escusado a falar com a Reitoria a respeito.
1082 Já o claro efetivo, será uma nova concessão. Por isso tenho repetido que nós precisamos
1083 apresentar dados, desde dados de evasão às notas de Pós-Graduação, pois isso tudo vai contar
1084 na distribuição, que está sob responsabilidade da CAA.”. **Prof. Mamede Mustafa Jarouche:**
1085 “Eu só fiz questão de ler porque isso foi discutido ontem no Conselho, e me pediram que
1086 trouxesse essa questão aqui. Eu acredito ser importante falar, pois se trata de uma área
1087 considerável do nosso departamento. Houve um claro, de fato, mas eu gostaria de destacar isso,
1088 pois foi comovente o que aconteceu: quando o departamento recebeu esse claro, ficou decidido

A T A S

1089 que ele iria para a área de Armênio, visto que é uma área que não tem professores (em virtual
1090 processo de extinção). Depois disso, deu-se o falecimento do Prof. Mori, e, mesmo assim, a
1091 área de Japonês, que poderia ter criado um *quid pro quo*, generosamente se manteve. Eles
1092 concordaram com o ‘sacrifício’ pela área de Armênio. Considero essa atitude uma
1093 generosidade extrema.”. **II - ORDEM DO DIA. 1 - QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA**
1094 **ACADÊMICA. 1.1 - PROPOSTA DE CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO**
1095 **CTA E DA CONGREGAÇÃO PARA 2020.**

CTA	Congregação	Mês
06	20	Fevereiro
05 (orçamento)	19	Março
02	Não haverá	Abril
07	21	Mai
04	18	Junho
06	20	Agosto
03	Não haverá	Setembro
01	15	Outubro
12	Não haverá	Novembro
03	10	Dezembro

1096 1. As reuniões ordinárias do CTA e da Congregação, sempre são às quintas-feiras. Primeira
1097 convocação: 13h30; segunda convocação: 13h45; terceira convocação, com qualquer número:
1098 14h; 2. Pede-se àqueles que participam desses colegiados que, desde logo, agendem esses
1099 compromissos. Aos Departamentos, Centros, Comissões e demais organismos, solicita-se o
1100 especial favor de organizarem calendário de reuniões, de forma a possibilitar o envio das
1101 matérias aos colegiados maiores da Faculdade em tempo hábil de apreciação, ou seja, até a
1102 segunda-feira anterior às reuniões. *Em discussão.* **Diretora:** “Aqui está a proposta. O CTA já
1103 começaria no dia 06 de fevereiro e teríamos no primeiro semestre 4 congregações e no segundo
1104 semestre 3 congregações. O segundo semestre é mais carregado de afastamentos, seminários e
1105 congressos. Portanto, seriam sete congregações a partir de fevereiro para 2020. Já o CTA
1106 compreende uma reunião por mês. Por que há esta diferença? Porque o regimento para
1107 Congregação e para CTA prevê possibilidade de número de verso de sessões. Não obstante
1108 isso, não se elimina a possibilidade de fazer congregações extraordinárias sempre que
1109 necessário. Vamos votar? Se alguém tiver algum desacordo, por favor, se manifeste.”. Após
1110 votação, o item acima foi **APROVADO** com 32 votos favoráveis (**SIM**), 0 votos contrários
1111 (**NÃO**) e 1 **ABSTENÇÃO**. 1.2 - INDICAÇÃO DE 02 (DOIS) MEMBROS JUNTO AO
1112 CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (Proc.
1113 99.1.2970.8.2). (v. anexa, solicitação do IEB-USP) - (votação no sistema) - (conforme item VI
1114 da Resolução nº 5831/2010, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas será
1115 representada por dois conselheiros, vindos obrigatoriamente de Áreas Temáticas diferentes).

A T A S

1116 Indicações recebidas dos departamentos: DA - Pedro de Niemeyer Cesarino; DG - Wagner
1117 Costa Ribeiro, Manoel Fernandes de Sousa Neto; DH - Iris Kantor, Francisco Cabral Alambert
1118 Júnior; DLCV - Fábio César Alves, Marcia Maria de Arruda Franco, Marilza de Oliveira,
1119 Paulo Martins, Vanessa Martins do Monte; DTLLC - Ariovaldo José Vidal, Marcelo Pen
1120 Parreira. *Em discussão.* **Diretora:** “Se algum departamento gostaria de encaminhar, por favor,
1121 fique à vontade. São duas vagas. Não precisam ser do mesmo departamento, é da Unidade.”.
1122 **Prof. Paulo Martins:** “Está escrito no início a indicação de dois membros junto ao Conselho
1123 Deliberativo conforme o item VI da Resolução nº 5831/2010, ‘a Faculdade de Filosofia, Letras
1124 e Ciências Humanas será representada por dois conselheiros vindos, obrigatoriamente, de Áreas
1125 Temáticas diferentes.’”. **Sra. Rosângela Duarte:** “Alguns indicações são de áreas diferentes,
1126 mas do mesmo departamento. Seriam os dois mais votados os titulares e os outros dois,
1127 suplentes.”. **Diretora:** “Pelo o que estou vendo, a Faculdade será representada por dois
1128 conselheiros e mais dois suplentes, vindos de áreas temáticas diferentes, ou seja, um de Letras,
1129 outro de História, ou Geografia, acredito que seja isso e mais dois suplentes. É isso, conforme
1130 confirmação da sra. Rosângela Duarte? ”. **Diretora:** “Essa votação será no sistema. Algum
1131 departamento que não indicou (Sociologia, Ciência Política e DLO, DLM, etc.), se quiser
1132 indicar alguém que faça agora, pois depois não será possível.”. Para constituição dos dois
1133 membros junto ao Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Brasileiros, obteve-se em
1134 votação o seguinte resultado: Titulares: Iris Kantor (DH/FFLCH) **17 votos**, Paulo Martins
1135 (DLCV/FFLCH) **12 votos**. Suplentes: Fabio Cesar Alves (DLCV/FFLCH) **11 votos**, Wagner
1136 Costa Ribeiro (DG/FFLCH) **9 votos**. 1.3 - PROPOSTA DE MOÇÃO DA FFLCH SOBRE O
1137 TETO SALARIAL. TEXTO PROPOSTO: No sentido de defender a carreira docente da
1138 Universidade de São Paulo, a Congregação da FFLCH solicita que: 1) o Conselho Universitário
1139 redija uma moção em defesa da equiparação do teto salarial da USP, Unicamp e Unesp ao teto
1140 salarial vigente nas Universidades Federais, dando-lhe ampla divulgação; 2) o Conselho
1141 Universitário constitua uma comissão de professores notáveis da USP para auxiliar o Reitor a
1142 negociar com o governo estadual e com a Assembleia Legislativa uma solução definitiva para
1143 essa diferença abissal entre o teto salarial das universidades paulistas e o das universidades
1144 federais; 3) tendo em vista que a Assembleia Legislativa aprovou por larga maioria de votos a
1145 EC 46/2018, que equipara o nosso teto salarial ao do poder judiciário estadual, emenda essa
1146 que entrou em vigor em 2018 mas agora encontra-se em suspenso, judicializada no STF,
1147 solicitamos que o Conselho Universitário aprove a imediata suspensão da inclusão da parcela
1148 EC 41/2003 no cálculo do teto salarial, até que todas as pendências judiciais sejam dirimidas e
1149 que o valor do nosso teto esteja juridicamente assentado. *Em discussão.* **Diretora:** “Essa moção

A T A S

1150 foi encaminhada por intermédio da Profa. Marli Quadros Leite do DLCV.”. **Prof Cícero**
1151 **Romão Araújo**: “Gostaria de fazer apenas uma observação. Embora esse assunto do teto
1152 salarial seja antigo e um consenso entre nós, queria lembrar que, nesse momento, a Assembleia
1153 Legislativa está examinando uma emenda constitucional que vai afetar profundamente a nossa
1154 vida aqui, porque ela eleva, entre outras medidas, a contribuição. Não sei exatamente se é uma
1155 PEC, mas me chamou a atenção que essa mudança da alíquota de contribuição significa uma
1156 redução salarial. O teto salarial é um assunto importante, obviamente, mas o assunto de fundo
1157 mais fundamental tem a ver com essa discussão. Só queria lembrar isso e valeria a pena que
1158 tenhamos, em uma próxima ocasião, embora eu não saiba ainda quando será a votação, uma
1159 conversa aqui na Congregação, não para passar uma moção ou algo do tipo, apenas para
1160 discutirmos a respeito dessa mudança.”. **Diretora**: “Considero muito pertinente, professor, e
1161 devo dizer que as universidades de São Paulo, que são responsáveis por quase 30% da
1162 produção científica brasileira, têm os salários docentes, sobretudo, muito defasados em relação
1163 aos salários docentes das federais. A verdade é que até aqui na Faculdade, tendo em vista que
1164 nossa carreira é, sobretudo, acadêmica, tem também pedidos de exoneração por causa de
1165 salário. As pessoas virão para a universidade não querendo tempo integral, além daqueles que
1166 poderão vir para ter uma legitimidade maior na sua atividade profissional, (ser professor de
1167 universidade, mas exercer uma profissão de mercado), o que trará consequências muito difíceis.
1168 Tem-se achatado terrivelmente os salários e isso não cria perspectiva de futuro. Esse tema do
1169 aumento da alíquota e todas essas questões são importantes e devemos debater, refletir,
1170 construir propostas nas reuniões. Eu sempre fui favorável a essa ação da Faculdade na cena
1171 social, na cena política. Acredito que, mesmo diante de um cenário de um futuro tão
1172 aterradorante, continuamos envolvidos com as nossas pequenas paixões. E penso que devemos
1173 ter uma posição, digamos, para fora. Sempre falei isso, desde que cheguei aqui reforço, então
1174 estou falando isso hoje.”. Após votação, o item acima foi **APROVADO** com 36 votos
1175 favoráveis (**SIM**), 2 votos contrários (**NÃO**) e 1 **ABSTENÇÃO**. 1.4 - PROPOSTA DE
1176 ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA FACULDADE - SEGUNDO BLOCO -
1177 ATUALIZAÇÃO DE FORMA ESCRITA E DE LEGISLAÇÃO (votação aberta). Proposta
1178 encaminhada pelo Prof. Dr. Cícero Romão Resende de Araújo: *DUAS PROPOSTAS DE*
1179 *ADENDO AO REGIMENTO DA FFLCH. 1ª Proposta (Relativa a artigo do Título III, “Do*
1180 *Ensino”, Capítulo I, “Do Ensino de Graduação”, Disposições Gerais). Artigo 32 – (...).*
1181 *Parágrafo único – A fim de promover a plena integração acadêmica dos alunos dos cursos de*
1182 *graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, fica instituído o*
1183 *Laboratório de Práticas de Leitura e Escrita Acadêmicas (Laplea). O Laplea aglutinará*

A T A S

1184 *docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação e graduação interessados em*
1185 *investigar e subsidiar, nas diversas disciplinas de Ciências Humanas, iniciativas pedagógicas*
1186 *de aperfeiçoamento da leitura e escrita de textos acadêmicos. 2ª Proposta (Relativa ao Título*
1187 *III, Capítulo II, “Da Pós-graduação e da Pesquisa”). Artigo 50 – Cada Programa de Pós-*
1188 *Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas é dirigido pela respectiva*
1189 *Comissão Coordenadora de Programa (CCP), conforme o Regimento de Pós-graduação da*
1190 *Universidade de São Paulo (Resolução nº 7493, de 27 de março de 2018). § 1º. – Sem prejuízo*
1191 *da excelência do ensino e da pesquisa, os Programas de Pós-graduação da Faculdade de*
1192 *Filosofia, Letras e Ciências Humanas devem garantir acesso amplo e equitativo aos alunos*
1193 *que almejem cursá-los. § 2º. – Observadas as exigências mínimas de qualificação, indicadas*
1194 *em seus editais, os processos seletivos de ingresso aos Programas devem permitir o*
1195 *preenchimento das vagas que os docente-orientadores neles credenciados disponibilizarem a*
1196 *cada ano. § 3º. – De acordo com as especificidades de cada Programa, os editais de ingresso*
1197 *de novos alunos devem prever vagas para candidatos PPI (pretos, pardos e indígenas). -*
1198 *Regimento Geral USP: disponível em < <http://www.leginf.usp.br/?cat=17> >. - Estatuto da USP:*
1199 *disponível em < <http://www.leginf.usp.br/?cat=16> >. - Regimento FFLCH: disponível em <*
1200 *<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-4091-de-22-de-junho-de-1994>*
1201 *discussão. **Diretora:** “Havia sido tirada de pauta para sugestões e tem um arquivo da proposta,*
1202 *o Regimento Geral da USP, o Estatuto. Por qual razão essa discussão do regimento e o*
1203 *Regimento da Faculdade? Por um lado, ele estava desatualizado em relação à mudança*
1204 *estatutária que aconteceu no âmbito da Universidade em geral, e, por outro, em relação à*
1205 *prática efetiva da Faculdade, ou seja, a estrutura, o cotidiano de funcionamento. A forma foi*
1206 *atualizada, assim como a legislação, além de haver sugestões. A proposta do Prof. Paulo*
1207 *Martins é de irmos direto às sugestões e votarmos, especialmente porque a Profa. Marli*
1208 *Quadros Leite relatou e leu um a um na Congregação passada. Estão de acordo? Então vamos*
1209 *às sugestões. Artigo 32 da página 8. Atualização de Legislação. O Artigo está assim: ‘Artigo 32*
1210 *– Os cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas visam à formação*
1211 *universitária e obtenção de títulos acadêmicos, bem como à habilitação para o exercício*
1212 *profissional.’. A proposta, encaminhada pelo Prof. Cícero Romão Araújo da Ciência Política,*
1213 *traz como sugestão agregar um único parágrafo: ‘Parágrafo único – A fim de promover a plena*
1214 *integração acadêmica dos alunos dos cursos de graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e*
1215 *Ciências Humanas, fica instituído o Laboratório de Práticas de Leitura e Escrita Acadêmicas*
1216 *(Laplea). O Laplea aglutinará docentes, pesquisadores e estudantes de Pós-Graduação e*
1217 *graduação interessados em investigar e subsidiar, nas diversas disciplinas de Ciências*

A T A S

1218 Humanas, iniciativas pedagógicas de aperfeiçoamento da leitura e escrita de textos
1219 acadêmicos. Essa sugestão, na verdade, visa a assegurar uma prática que já foi
1220 institucionalizada na Faculdade, que é o PLEA. Havia começado com o apoio da Pró-Reitoria
1221 de Graduação, mas a Faculdade destina, hoje, 70 monitores para auxiliar neste programa. Eu
1222 quero dizer que este programa é muito importante. A ideia – não sei se teremos fôlego e
1223 recursos para tal – seria fazer oficinas em todos os cursos da Faculdade, voltadas para a leitura
1224 e escrita acadêmica.”. **Prof. Cícero Romão**: “Boa tarde. Na verdade, não sei se deveríamos
1225 votar formalmente porque a proposta aí apresentada não foi para a pauta originalmente
1226 apresentada aos colegas da Congregação. No entanto, a sugestão é muito mais para podermos
1227 discutir este tema. Não estou aqui fazendo questão que se vote o assunto, pois envolve uma
1228 discussão – que seria interessante ser feita – sobre a Graduação. Como a Profa. Maria Arminda
1229 Arruda falou, o horizonte desta proposta tem a ver com uma ideia de transformar uma iniciativa
1230 que foi promovida e incentivada pela atual gestão, ou seja, é uma forma de constitucionalizar,
1231 de certa maneira, algo que ainda é uma iniciativa de gestão. O horizonte disso tem a ver com a
1232 ideia de que a integração plena dos alunos dos cursos de graduação não passa apenas por
1233 oferecermos cotas sociais ou raciais apenas, mas buscar também uma integração intelectual, e
1234 para isso, constituiríamos um laboratório justamente para estudarmos e elaborarmos práticas de
1235 inclusão intelectual pela escrita e pela leitura, o que envolveria, evidentemente, uma discussão
1236 com todos os cursos de graduação, especialmente as disciplinas obrigatórias. Penso que, de
1237 qualquer maneira, não deve ser uma política de cima para baixo, mas da construção de um
1238 consenso na Faculdade, afinal, não adianta baixarmos um decreto e não haver consenso para
1239 que seja feito. Quis colocar este ponto apenas para levantar a questão e, se for o caso, votarmos,
1240 tanto este item, quanto um outro que diz respeito à Pós-Graduação. A propósito do que eu
1241 sugeri, há uma intenção maior em suscitar uma discussão. Havendo consenso, podemos votar,
1242 mas a ideia principal é construir um consenso em torno das questões que serão apresentadas.”.

1243 **Prof. Paulo Martins**: “Prof. Cícero Romão, vou discordar do ponto que não é necessário votar
1244 e explico o porquê. Acredito que devemos votar porque essa política que vem sendo levada
1245 vitoriosamente e com êxito, é uma política de inclusão que essa Direção sempre discutiu com a
1246 Congregação. O mesmo Programa PLEA também já foi altamente discutido com esta
1247 Congregação, em CTA e Conselhos Departamentais. Enfim, a participação dos alunos e de
1248 colegas das mais diversas áreas é massiva, ou seja, atende a um enorme de alunos. Me parece,
1249 então, que garantir que isso esteja legalizado – na lei da nossa Faculdade – é, justamente,
1250 sedimentar um programa que vem sendo trabalhado já há três anos ou mais. Me parece, então,
1251 que a discussão já é realizada cotidianamente e as mudanças também vêm sendo feitas e

A T A S

1252 discutidas nesta Congregação, como por exemplo, a concessão das bolsas para os monitores
1253 (hoje 70 bolsas de monitoria). Há discussões paralelas, também, advindas do Projeto
1254 Acadêmico que têm como um dos seus grandes objetivos a verdadeira integração entre todos os
1255 cursos e, me parece, que o PLEA tem participação fundamental nesta integração, afinal de
1256 contas, são trabalhados e discutidos textos que interessam a todos de uma forma mais ampla.
1257 Neste sentido, penso que devemos discutir sim, não tenho a menor dúvida disso, mas acredito
1258 que devemos dar um passo adiante e efetivamente votar a sua proposta.”. **Diretora**: “É preciso
1259 votar item por item, certo? Então essa sugestão está em discussão.”. **Profa. Cláudia Pino**: “Eu
1260 tenho apenas uma pergunta: o que significa institucionalização do laboratório? Isso significa a
1261 criação de um centro, orçamento, que implicação isso tem? Em outras palavras, o que implica
1262 essa institucionalização? ”. **Diretora**: “Orçamento já há, visto que temos monitores. A
1263 Faculdade dá 70 bolsas para o PLEA (Graduação e Pós-Graduação); 70 para Iniciação
1264 Científica; mais 9 para o PAECO, o que dá aproximadamente 150 bolsas. Além disso, há mais
1265 um grande número de estágios e monitorias. Eu havia pedido um levantamento e em um
1266 orçamento de três milhões e novecentos mil, quinhentos mil vão para estágios. Por que foi
1267 possível aumentar? Havia um problema de roubo de equipamentos na Faculdade, o que gerava
1268 um gasto em torno de quinhentos mil para repor equipamentos. Com a política de instalação de
1269 câmeras nas portas, esses roubos zeraram. Então, esses recursos vão para as bolsas. Significa
1270 também que será um laboratório – não um centro – que terá que ter apoio da Faculdade. Além
1271 disso, isso nos ajuda a pleitear, a conseguir financiamento fora, até da Pró-Reitoria, que,
1272 inclusive, não dá mais, como no caso das salas pró-aluno. Há apenas duas ou três instituições
1273 na USP com essas salas, ou seja, isso tudo é a Faculdade que tem mantido, pois a Pró-Reitoria
1274 não mantém mais. O PLEA começou como um programa da Pró-Reitoria junto com a FFLCH.
1275 Hoje é a Faculdade de Filosofia que o mantém.”. **Prof. Cícero Romão**: “A questão da Profa.
1276 Cláudia Pino é muito importante porque, de fato, institucionalizar, ou seja, constituir
1277 uma peça política, implica criarmos uma espécie de aglutinação de pessoas que possam pensar
1278 a viabilização de políticas como essa que ainda a faculdade não dispõe. Nos cursos
1279 profissionais, como a Engenharia, por exemplo, se vocês virem o orçamento da Poli e da
1280 FFLCH, apesar de a Poli ter um número de alunos enorme e a Faculdade de Filosofia ter um
1281 número de alunos de Graduação muito maior, o orçamento de ambas são mais ou menos os
1282 mesmos – isso porque a Poli tem um investimento muito forte em laboratório na Graduação. Os
1283 alunos não têm só aulas expositivas/teóricas, mas aulas de laboratório, nas quais eles se reúnem
1284 em pequenos grupos e fazem, por exemplo, em um curso de eletrônica, um rádio. Além da aula
1285 teórica a respeito disso, eles terão algo prático em laboratório, são coisas desse tipo. Isso

A T A S

1286 implica um orçamento para a Graduação substantivo, pois é preciso construir laboratórios,
1287 ‘reservar’ alunos da Pós-Graduação para que sejam monitores nesses laboratórios e assim por
1288 diante. A nossa Faculdade não tem laboratórios assim, na verdade, ela poderia ter no sentido
1289 que a Poli e outros institutos têm, onde, na Graduação, além das aulas em sala de aula (classes),
1290 há uma espécie de oficina de trabalho onde há formação. Acredito que a Faculdade deve fazer
1291 uma batalha junto ao Conselho Universitário, à Comissão de Orçamento da Universidade no
1292 sentido de repensar o seu orçamento para incluir iniciativas como essa, que, aliás, seriam muito
1293 mais baratas que na Poli, visto que lá é preciso construir laboratórios, importar equipamentos,
1294 etc. Aqui, basicamente, nós precisaríamos pagar estudantes para monitoria e ter mais salas de
1295 aula. O que acontece hoje? Pelo menos em nosso prédio, e acredito que também aconteça no
1296 prédio de Letras, estamos em um processo de saturação de salas de aula – só com aulas
1297 expositivas. No momento em que fôssemos introduzir oficinas como essa para todos os cursos
1298 de Graduação, se fosse o caso, não teríamos, hoje, salas de aula adequadas para esse tipo de
1299 atividade, o que implica cada vez mais a urgência de construirmos um conjunto didático para a
1300 Faculdade que possa acolher de maneira mais adequada essa necessidade de fazer a inclusão
1301 intelectual dos nossos alunos. Implica investimento, dinheiro, etc., porém digo para vocês: é um
1302 investimento muito menor do que se gasta em laboratórios nos cursos de ciências naturais, mas
1303 que trariam uma diferença de qualidade enorme para os nossos cursos de Graduação. Acredito,
1304 a respeito desse laboratório, que devemos pensar em conjunto com a Faculdade e todos os
1305 colegas que estiverem interessados para promovermos políticas e ações que alterem esse
1306 quadro. Não implica, evidentemente, termos orçamentos fixos, mas instituições para termos
1307 política e ação nesse sentido.”. **Prof. Heitor Frúgoli Junior DA:** “Gostaria apenas de ponderar
1308 que, como estamos discutindo um texto de caráter regimental, não seria o caso de enfatizarmos
1309 esse princípio absolutamente necessário, sem necessariamente fazer menção ao LaPLEA? Não
1310 sei se seria uma solução conciliatória, portanto, mantermos e enfatizarmos a necessidade desse
1311 princípio encaminhar – assim, ficaria implícita a operação do LaPLEA, mas não constaria
1312 necessária e diretamente no texto do regimento. Acredito que possa ser uma conciliação.”.
1313 **Prof. Adrian Fanjul:** “Não duvido da prioridade dos objetivos colocados ali, mas nas
1314 discussões que estamos desenvolvendo dentro das Letras sobre o curso, uma ideia muito forte
1315 tem a ver, precisamente, com generalizar essa disciplina desde a formação mais inicial.
1316 Gostaria de lembrar que a disciplina foi posta em andamento a partir de uma iniciativa da
1317 Profa. Valéria de Marco, do departamento de Letras Modernas Foi ela quem começou a reunir
1318 professores de vários departamentos a partir da proposta de que a construção de conhecimento,
1319 mediante a escrita e a leitura acadêmicas, tem especificidades por áreas de conhecimento,

A T A S

1320 portanto, não é apenas uma atribuição da área de Letras. Então não posso ser menos que a favor
1321 de que haja o investimento que está havendo. Tenho dúvidas sobre a questão de instituir a
1322 disciplina como laboratório, porque não sei como isso depois vai se articular, por exemplo, com
1323 as iniciativas que existirem de introdução de disciplinas na Graduação, ou a criação de
1324 disciplinas na Graduação nesse sentido. Não fica muito nítido para mim, mas não sou contra.”.

1325 **Prof. Paulo Martins**: “Refletindo melhor e escutando a proposta do Prof. Heitor Frúgoli, me
1326 parece que também seja adequado manter o princípio. Como nenhum dos laboratórios da
1327 Faculdade está presente no regimento, talvez, a generalização na atividade do PLEA seja
1328 colocada aqui e, depois, em outra Congregação, tenhamos um regimento do PLEA e o
1329 aprovamos, pois estaria diretamente ligado à garantia dessas políticas gerais. Me parece que
1330 seria essa a proposta, o que seria adequado a meu ver.”. **Diretora**: “Então até agora temos uma
1331 proposta, do Prof. Heitor Frúgoli, que diz que talvez não devesse constar o nome do PLEA no
1332 regimento, mas preservar o espírito geral, endossada pelo Prof. Paulo Martins.”. **Prof. Marcos**
1333 **Napolitano**: “Acredito que colocar no regimento a menção ao PLEA talvez seja interessante
1334 para garantir um princípio, que ênfase – não necessariamente a forma laboratorial – que está
1335 na base do Projeto (o qual, como sabem, sou veterano) que é exatamente a ideia da
1336 interdisciplinaridade e da ‘interdepartamentalidade’. Seria, então, importante conseguirmos
1337 encontrar uma fórmula de escrita regimental que garanta isso e que informe as iniciativas
1338 curriculares e laboratoriais, seja o laboratório central, sejam laboratórios em diversos
1339 departamentos. Acredito ser, pois, importante manter, de todo modo, o princípio, quero reforçar
1340 isso. Claro que ao se colocar um laboratório ‘no papel’ amarra-se o orçamento, o que é bom,
1341 mas é preciso garantir também que haja um fluxo orçamentário. Em outras palavras, acredito
1342 ser importante ter essa menção ao PLEA no regimento para que esse espírito de
1343 interdisciplinaridade e de ‘interdepartamentalidade’ não fique apenas restrito a um grupo que
1344 conversa, mas que seja um princípio institucional. Não estou fazendo necessariamente uma
1345 proposta, apenas gostaria de reforçar a ideia do princípio. Penso que essa ideia, depois de
1346 termos um regimento de um laboratório do PLEA, em outro momento é interessante, mas é
1347 importante ter uma menção à iniciativa, de todo modo, no regimento da Faculdade.”. **Sra.**
1348 **Adriana Cybele Ferrari (Biblioteca)**: “Observando sobre fazer esse laboratório, assim como a
1349 colocação do professor de que isso possa vir a impactar edifícios, etc., gostaria apenas de
1350 comentar que pensemos que a Biblioteca também tem um papel, ao falarmos de leitura e
1351 escrita, para além de buscar um livro que será trabalhado, até como uma questão de estarmos
1352 pensando novos rumos para a nossa Biblioteca, ou seja, essas ações podem também estar
1353 integradas com a mesma em fluxo contínuo. Vejo essas integrações. Não me cabe falar sobre o

A T A S

1354 regimento, mas, de alguma forma, quando esse texto for feito, acredito que a Biblioteca tem
1355 que ser citada, afinal, é o que fazemos ou deveríamos fazer.”. **Diretora:** “Obrigada, Sra.
1356 Adriana Ferrari. Pensei em uma redação assim: ‘Parágrafo Único: A fim de promover a plena
1357 integração acadêmica dos alunos dos cursos de Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e
1358 Ciências Humanas, a Instituição promoverá programas e ações que aglutinem docentes,
1359 pesquisadores, estudantes de Pós-Graduação e Graduação nas diversas disciplinas de ciências
1360 humanas, bem como iniciativas pedagógicas de aperfeiçoamento da leitura, da escrita, da
1361 frequência à Biblioteca, etc.’. Assim, ficaria uma redação geral que teria que aprimorar, visto
1362 que estou elaborando oralmente e sob o impacto de uma notícia muito desagradável de uma
1363 ameaça de atentado à Faculdade, via *e-mail* que acabei de receber.”. **Prof. Jaime Ginzburg:**
1364 “Esse assunto é novo para mim e estou raciocinando a partir do que está sendo dito nas várias
1365 colocações. Quando o Prof. Paulo Martins falou que não há menção a outros laboratórios no
1366 regimento, acredito que há alguma questão a ser esclarecida do ponto de vista da própria
1367 definição do termo. O regimento é normativo, não é isso? Então se colocarmos algo assim,
1368 torna-se normativo, uma obrigação de longa duração. É isso o que nós queremos? E por que
1369 queremos isso para esse e não para os outros laboratórios e para os centros? Penso que há uma
1370 singularização. O texto lido pela Profa. Maria Arminda, que considero muito apropriado, me
1371 lembrou diretamente o texto do Projeto Acadêmico da Faculdade e acredito que lá – não com
1372 estas palavras – já está dito o que foi colocado aqui. Nesse sentido, me parece que se há uma
1373 perspectiva de conceito para a qualidade de ensino e de formação, o Projeto Acadêmico é o
1374 espaço para isso e, tendo sido feito, ele pode ser aperfeiçoado. Contudo, se isso é uma
1375 normativa, quero saber antes de aprovar quais são as consequências para cada um dos
1376 professores, ou seja, o que isso nos obrigará a fazer, pois haverá consequências para todos a
1377 partir do momento que virar uma normativa. Afinal, nós seguimos o regimento
1378 obrigatoriamente. Essa, então, é a minha dúvida. Acredito que a proposta tem todo o mérito,
1379 assim como temos que fazer muito mais ainda pela qualidade da leitura, mas regimento é
1380 regimento. Ou eu não estou entendendo bem o papel do documento ou há alguma possibilidade
1381 de dar algum problema.”. **Prof. Paulo Martins:** “Nesse caso específico não existe aí uma
1382 natureza de obrigatoriedade. ‘É desejável que / é interessante’ poderíamos modalizar assim, não
1383 constituindo uma obrigação de todos os professores a participar deste objetivo específico. Não
1384 é uma obrigação, é desejável que as pessoas aprimorem. Cada um pode aprimorar ou entender
1385 isso da sua maneira. Por isso imagino que a ideia apresentada pelo Prof. Heitor Frúgoli foi
1386 muito boa, porque você, defendendo o princípio e não associando à ideia essencial do
1387 laboratório, mantém o espírito de aperfeiçoamento daquilo que realizamos ou fazemos como

A T A S

1388 formação, garantindo o pleno exercício da leitura e da produção de texto.”. **Prof. Jaime**
1389 **Ginzburg**: “Mas esse princípio está no projeto acadêmico. Quem trabalhou no projeto
1390 acadêmico sabe que esta foi uma preocupação discutida extensivamente.”. **Prof. Patrício**
1391 **Tierno**: “Houve várias intervenções referindo ao PLEA, também como parte da iniciativa que
1392 se considerou muito importante. É uma iniciativa que tem crescido, tido expansão, e tem se
1393 mostrado chave, sobretudo nos primeiros anos da Graduação, porque atende a uma série de
1394 exigências de formação que os alunos trazem do Ensino Médio. Gostaria de um esclarecimento,
1395 porque acredito que o ponto crucial, caso for inserido no regimento havendo uma menção ao
1396 PLEA, responde à importância que o PLEA tomou nos últimos anos. O que isso implica para o
1397 PLEA se colocar a menção explícita no regimento? Vai significar uma garantia, vai gerar
1398 oportunidades institucionais ou de financiamento para o projeto? Nesse caso, talvez se
1399 justificasse colocá-lo. No entanto, se não fizer diferença nenhuma, não. Acredito que é isso o
1400 que precisa ser esclarecido. Entendem o ponto? ”. **Prof. Paulo Martins**: “Prof. Patrício, apenas
1401 para lhe responder rapidamente: eu aceitei a proposta do Prof. Heitor Frúgoli e justamente
1402 depois perguntei à Sra. Rosângela Duarte, pois não tinha certeza. Explico: nós temos dentro da
1403 Faculdade inúmeros laboratórios e não poderíamos fazer essa distinção de apresentar um
1404 laboratório presente dentro do regimento enquanto os outros estão fora. Me parece que existe aí
1405 um descompasso.”. **Prof. Patrício Tierno**: “Entendi bem, mas o PLEA, apesar de ter adotado
1406 esse *status*, não é um laboratório, é mais do que isso. Entende o que quero dizer? É um projeto
1407 pedagógico. Evidentemente que para encaixá-lo em um regimento encontrou-se essa figura de
1408 laboratório, o que o levou a ser comparado com outros laboratórios existentes, mas, hoje, o que
1409 está se buscando é constitucionalizar a proposta de modo a garantir a sua permanência e que ela
1410 possa chegar a oportunidades e procurar novas fontes de financiamento a partir desse *status*. Se
1411 isso ficar garantido, faz sentido fazer a menção no regimento.”. **Diretora**: “Como nós temos
1412 ainda uma pauta longa, e, independentemente, não estou querendo de forma alguma impedir
1413 que as pessoas se manifestem, gostaria de dizer o seguinte: percebo que há uma proposta que se
1414 impôs como possibilidade para a redação, que é de garantir o princípio. Pergunto ao Prof.
1415 Cícero Romão se gostaria de continuar defendendo a ideia da inclusão do programa
1416 especificamente. O senhor, professor, aceitaria garantir o princípio? Pergunto a essa
1417 Congregação: alguém é contra o princípio? Assim, depois encaminhamos uma maneira de
1418 seguir com o texto. Alguém gostaria, ainda, de discutir sobre o princípio ‘de promover
1419 iniciativas que garantam a integração de docentes, pesquisadores, estudantes de Pós-Graduação
1420 e Graduação para subsidiar disciplinas das ciências humanas, pedagógicas e no trato de
1421 acervos, etc.’? Alguém é contra o princípio? Posso colocar em votação eletrônica. Vamos votar

A T A S

1422 isso? Quem for favorável ao princípio, vote SIM, quem for contra vote NÃO, ou se abstém.”.

1423 **Profa. Fernanda Arêas Peixoto**: “Não sou contra o princípio, mas não estou suficientemente

1424 esclarecida disso estar no regimento.”. Em aparte, **Diretora**: “Isso é questão de outra ordem.”.

1425 **Profa. Fernanda Arêas Peixoto**: “O Prof. Jaime Ginzburg levantou uma dúvida que é minha

1426 também e acredito que seja a dúvida de outros aqui. Por que isso precisa estar no regimento se

1427 o princípio está exposto no projeto acadêmico da Faculdade? Apenas para entendermos e

1428 podermos votar e apoiar o programa.”. **Diretora**: “Ok. Agora mudou, então vamos anular esta

1429 votação. O Prof. Cícero pede para fazer o encaminhamento.”. **Prof. Cícero Romão**: “Tenho

1430 uma certa experiência na Congregação para perceber que, talvez, um assunto como esse,

1431 quando há dúvidas nesse sentido, merece um certo amadurecimento. Como eu havia falado

1432 logo no início, a minha ideia caminhava mais no sentido de levantar a questão do que de exigir

1433 a votação. Penso até que, na verdade, observando o regimento da Faculdade, tanto o capítulo da

1434 Graduação quanto o da Pós-Graduação estão um tanto defasados, pois foram elaborados há

1435 muitos anos. Talvez fosse o caso, dado que estamos em uma fase de atualização do regimento,

1436 (que não se encerra necessariamente hoje), de olharmos o capítulo da Graduação e Pós-

1437 Graduação e fazer um exame deste no sentido de incluir o princípio, mas dentro do contexto do

1438 capítulo que pode até ser revisado em outros itens. Uma ideia, talvez, seria a de constituir uma

1439 pequena comissão com um professor de cada prédio aqui da Congregação para discutir esses

1440 pontos. Estou falando isso porque não acho legal que votemos, sendo que vários colegas ainda

1441 sentem necessidade de esclarecimento, pois mais do que querer impor uma norma, o importante

1442 é que um regimento reflita um consenso na Faculdade – a construção de um consenso para

1443 haver unidade de ação.”. Em aparte, **Diretora**: “Eu estou de acordo”. **Prof. Cícero Romão**:

1444 “Sugiro, então, que não votemos esta questão. Ela está levantada, houve intervenções e etc. e

1445 em uma próxima Congregação pautamos a atualização do regimento no que diz respeito à

1446 Graduação. Sugiro, também, que isso seja pensado na Pós-Graduação, pois nesta, como vocês

1447 verão mais à frente, também existe uma desatualização do regimento em relação ao que já está

1448 acontecendo como norma da Universidade. Se vocês concordarem com isso, eu proponho,

1449 então, que votemos.”. **Prof. Marcos Napolitano**: “Eu tenho uma dúvida. Por exemplo, na

1450 negociação com verbas das unidades junto à Reitoria, a existência de laboratórios institucionais

1451 estáveis na Unidade representa algum *plus*, ou não? Penso que, se representar, claro, podemos

1452 até retirar, discutir melhor, mas, neste caso, temos que pensar de um jeito. Se não importa, aí é

1453 outra decisão. Estou sendo bem pragmático e esta é uma dúvida que eu tenho. De repente não

1454 faz nenhuma diferença.”. **Prof. Paulo Martins**: “Me parece, Prof. Marcos Napolitano, que o

1455 grande diferencial em relação ao laboratório é a questão de ele ser institucionalizado. Não que

A T A S

1456 os outros não sejam, mas que participe da grade da Unidade. Aqui, acredito que temos
1457 laboratórios na História e na Geografia que estejam incluídos na grade curricular. Estando na
1458 grade, você teria direito a pleitear mais estagiários, dinheiro para orçamento e assim por diante.
1459 No entanto, apenas o laboratório em si, aqueles que nós temos – acredito que todos aqui
1460 participam de um – não trazem mais ou menos dinheiro. Se tem dinheiro, tem que conseguir
1461 fora por conta própria. Está certo? Essa é a ideia.”. **Diretora**: “Eu vou encaminhar, então, em
1462 um sentido, pois concordo com o Prof. Cícero Romão que as áreas de Graduação e de Pós-
1463 Graduação têm um processo de defasagem, assim como uma desatualização em relação à nossa
1464 prática. Isso significa que enquanto não vier a proposta de repensar ou de atualizar a parte
1465 específica do regimento, tanto da Graduação quanto da Pós-Graduação – e essa é uma pergunta
1466 eu faço – o regimento fica em suspenso, porque ele precisa ser votado no conjunto. Então, pela
1467 segunda vez, vamos retirar o regimento.”. **Sra. Rosângela Duarte**: “Professora, a senhora me
1468 permite? Poderia retirar esse item porque há coisas aqui nas quais estamos empacados, como os
1469 concursos e precisamos prosseguir.”. **Diretora**: “Não podemos aprovar parte de um regimento
1470 apenas. Enquanto ele não é atualizado, fica valendo o anterior para os concursos, etc.”. **Sra.**
1471 **Rosângela Duarte**: “Mas a proposta é de uma revisão geral (global) da Graduação e da Pós-
1472 Graduação. Aqui temos uma questão de normativas que precisamos resolver, senão não
1473 conseguimos atuar nos concursos.”. **Diretora**: “Nós estamos com ‘zero de regimento’? Então
1474 segue o que existe.”. **Sra. Rosângela Duarte**: “Tudo bem, mas, por exemplo, não podemos
1475 realizar concursos em concursos em língua estrangeira se não colocarmos no nosso
1476 regimento.”. **Diretora**: “Ainda assim, não se pode aprovar só metade de um regimento. É
1477 possível fazer – pergunto, eu não sei – uma portaria, ou chegar a uma votação na Congregação
1478 para a questão a qual a Sra. Rosângela chama a atenção? Por exemplo, o nosso regimento
1479 estava defasado há décadas, como ele não prevê participação de professores estrangeiros em
1480 concursos, enquanto o regimento não for aprovado, nada disso poderá ser implementado.
1481 Pergunto, então, se existe na normativa algum outro instrumento, caso a Congregação estiver
1482 de acordo, para regulamentar isso? ”. **Sra. Rosângela Duarte**: “Estamos aqui com duas
1483 propostas. São dois blocos de alterações: um bloco, que já passou desde o ano passado, que
1484 seria a alteração da escrita, de cunho gramatical, como o uso de trema, por exemplo; e um
1485 segundo bloco que atualizamos a legislação. Existem várias resoluções que saíram em 2017 e
1486 precisamos atualizar o nosso regimento. Vou dar um exemplo: nos concursos das diversas
1487 áreas, para diversas categorias (Doutor, Livre-Docência e Titular) a Reitoria já dá condições,
1488 desde que conste no regimento, de que um candidato à Livre-Docência, por exemplo, apresente
1489 a sua tese em idioma estrangeiro. Qual idioma? É uma colocação que deve constar no

A T A S

1490 regimento; que as provas também sejam realizadas, assim como a tese, em idioma estrangeiro.
1491 Isso precisa constar no regimento. Se não avançarmos nesse aspecto, prosseguiremos da forma
1492 como temos feito até hoje. Há candidatos professores da casa que dizem que a sua tese é em
1493 língua inglesa. Informamos que, infelizmente, o professor terá problema e não conseguiremos
1494 seguir adiante. Em outras palavras, não conseguimos avançar nesse aspecto se não
1495 mencionarmos no regimento. Minha colocação aqui, tem a ver com a questão sugerida pelo
1496 Prof. Cícero Romão de rever toda a parte do capítulo da Graduação e da Pós-Graduação.
1497 Pensando nessa atualização de atuação do que vivemos realmente, talvez pudéssemos fazer um
1498 terceiro bloco e já avisar a Reitoria, porque toda essa documentação passa por instâncias na
1499 Reitoria até chegar ao Conselho Universitário. Infelizmente, o processo para aprovação demora
1500 muito. Esta é a minha colocação.”. **Prof. Cícero Romão**: “Gostaria de fazer um
1501 encaminhamento para atender à preocupação da Sra. Rosângela Duarte. Hoje, nós poderíamos
1502 votar apenas as mudanças gramaticais de atualização da escrita e formais. Deixamos as
1503 questões mais substantivas, relativas, por exemplo, ao capítulo da Graduação e da Pós-
1504 Graduação, etc., para uma votação no ano que vem, e agora aprovamos essas questões que são
1505 mais conceituais e formais.”. **Diretora**: “E quanto à proposta do DLM? ”. **Sra. Rosângela**
1506 **Duarte**: “As propostas do DLM são de algo novo, com aprofundamento, o que mudaria
1507 bastante. Já essas daqui são mais sutis, no sentido de atualização mesmo.”. **Diretora**: “Assim,
1508 aprovaríamos apenas a atualização da escrita.”. **Sra. Rosângela Duarte**: “A atualização de
1509 normas também, mas conforme a resolução que exige que atuemos. São detalhes pequenos.”.
1510 **Prof. Marcos Napolitano**: “Por favor, eu tenho uma dúvida e, dependendo da resposta, um
1511 encaminhamento. Nós não poderíamos fazer votações em bloco aprovando as partes formais e
1512 voltar a essa discussão mais substantiva no ano que vem, para aí sim, votarmos o regimento
1513 como um todo? Porque à medida que votamos alguns blocos, não retornaremos a essa
1514 discussão, como se fosse voto por destaque, certo? Penso que seria mais tranquilo assim, ou,
1515 talvez, poderíamos marcar uma sessão extraordinária para discutirmos os pontos mais
1516 polêmicos e substantivos ou um tópico específico, a cada Congregação (por exemplo:
1517 Graduação; Pós-Graduação; Pesquisa) até esgotarmos todos os pontos. Votado um bloco, não
1518 voltariamos a ele. É uma questão mais organizativa do que normativa, mas não sei se isso é
1519 possível.”. **Diretora**: “Eu nunca vi regimento aprovado parcialmente. Esse é o problema. O que
1520 é possível, creio eu, pois não sou *expert* nessa questão normativa, é o seguinte: aprova-se a
1521 atualização da escrita; a adequação do regimento ao estatuto votado pelo Conselho
1522 Universitário, ou seja, o Estatuto da USP. Aí está aprovado. Portanto, todas as possíveis
1523 sugestões não seriam discutidas hoje. Em uma segunda etapa, a Congregação solicita – e já

A T A S

1524 podemos fazer isso – que se constitua uma Comissão da Congregação para estudar alterações
1525 nas quatro áreas estatutárias. É preciso também ver como fica a CCInt, pois, primeiro, a
1526 Comissão de Pesquisa também não fazia parte do regimento; segundo, a CCInt não é parte do
1527 regimento, ou seja, há questões que precisam ser discutidas que foi-se levando.”. **Prof. Marcos**
1528 **Napolitano**: “Tenho uma dúvida formal. Se nós aprovamos mudanças mais urgentes para que
1529 se comece a tramitação pela USP e depois volta-se o regimento para se fazer as mudanças mais
1530 qualitativas, não seriam duas reformas regimentais encavaladas? ”. **Diretora**: “Seriam. Esse é
1531 que é o problema, pois ocorreria o que se chama de revisão do regimento. De qualquer forma,
1532 não sei responder, professor. Seria necessário consultar a Procuradoria a esse respeito.”. **Prof.**
1533 **Marcos Napolitano**: “Porque o que estou propondo é votarmos por sessão. Como se fosse uma
1534 sessão constituinte.”. **Diretora**: “Não sei se podemos fazer desta forma.”. **Prof. Adrian**
1535 **Fanjul**: “Eu queria lembrar que já houve uma reunião da Congregação sobre estas propostas de
1536 mudanças e que depois foram enviadas a todos os membros as duas colunas com o que se
1537 propunha ser mudado com tempo para que houvesse sugestões. No Departamento de Letras
1538 Modernos fizemos uma reunião em que fomos item por item levantando questões e uma outra
1539 reunião para retificar. Vamos supor que decidíssemos mudar somente aquilo que diz respeito à
1540 escrita. Se vocês, no entanto, observarem as colunas, perceberão que há várias coisas que são
1541 um pouco difíceis de localizar entre o que é da escrita e o que é um dispositivo normativo. Vejo
1542 que a questão travou por algo que o próprio colega que apresentou já retirou. Eu me dei ao
1543 trabalho até de dar sugestões e tem somente mais três ou quatro.”. **Diretora**: “Então temos mais
1544 outra proposta. O Prof. Cícero Romão retirou? Certo. Pergunto a essa Congregação, retirada a
1545 proposta do Prof. Cícero, se nós continuamos votando o regimento, pois considero importante a
1546 ponderação do Prof. Cícero Romão. A Faculdade não vai avançar se não fizermos esse trabalho
1547 de analisar os impasses da Graduação e da Pós, institucionalizar a área de Pesquisa (que não faz
1548 parte do regimento), ver a questão da CCInt, definir muito bem o que é a área da Cultura e
1549 Extensão. São coisas que já falei muitas vezes. Isso é o que eu penso, mas aceito – e pergunto
1550 se vocês aceitam – a proposta do Prof. Adrian Fanjul, mas, neste caso, a Congregação
1551 estabelece um compromisso de, em seguida, rever, de propor alterações nestes diferentes
1552 campos. Pode ser assim? Quem é favorável a essa proposta? Vamos votar? ”. **Prof. Paulo**
1553 **Martins**: “Antes, gostaria de um esclarecimento. Queria perguntar se não podemos votar em
1554 bloco a parte que é legal que é a adequação. Digo a parte de legalidades, a adequação do nosso
1555 regimento à regra maior da Universidade me parece tão óbvia, tão clara e tão necessária que
1556 não há o que se discutir. Tem que se obedecer. Você não pode ter uma lei inferior que
1557 desobedeça a superior e o que foi feito aqui foi justamente adequar essas normas, inclusive por

A T A S

1558 pessoal técnico, não foi feita uma discussão política. É só uma questão de obediência à norma
1559 maior. Então, se é isso, nós votamos essas questões em bloco (a favor ou contra) para então
1560 irmos às sugestões pontuais que foram apresentadas.”. **Diretora**: “Nós podemos aprovar o
1561 regimento, mas estamos abrindo mão de pensar fundamente à substância das áreas da
1562 Faculdade de Filosofia que precisam ser pensadas. Então vamos votar nesse sentido, Prof.
1563 Paulo Martins, e depois vamos votar as sugestões que foram feitas após a Congregação.”. Em
1564 votação, o regimento foi **APROVADO** com 34 votos favoráveis (**SIM**), 0 votos contrários
1565 (**NÃO**) e 2 **ABSTENÇÕES**. **Diretora**: “Agora vamos às sugestões. A primeira está no Artigo
1566 57. ‘Artigo 57 – O concurso para o cargo de Professor Doutor é regido pelos arts. 132 a 148 do
1567 Regimento Geral, sendo as seguintes, as provas prescritas: I – julgamento de memorial, com
1568 prova pública de arguição (peso 3); II – prova didática (peso 1); III – prova escrita (peso 1)’. A
1569 adequação gramatical que foi aprovada: ‘Parágrafo único: Nos processos seletivos realizados
1570 por esta Faculdade, para admissão de docentes contratados por prazo determinado, serão
1571 utilizados os seguintes pesos: prova didática peso 5, prova escrita peso 5.’. A proposta do
1572 DLM: ‘Parágrafo único, redação proposta: ‘Nos processos seletivos realizados por esta
1573 Faculdade, para admissão de docentes contratados por prazo determinado, serão utilizadas as
1574 seguintes provas: prova didática peso 2, prova escrita peso 2 e análise de currículo peso 1.’.
1575 Isso altera o regimento geral.”. **Prof. Paulo Martins**: “Eu tenho uma dúvida com relação ao
1576 último item, porque, salvo engano da minha parte, não é permitido pela legislação análise de
1577 currículo, mas memorial.”. Em aparte, **Diretora**: “Isso não é formal porque altera a concepção
1578 do ingresso, o que quer dizer que o memorial tem peso menor e isso é algo que deve ser
1579 examinado, na minha opinião.”. **Sra. Rosângela Duarte**: “Posso esclarecer, professora? Na
1580 coluna 3, no trecho lido pela Profa. Maria Arminda, a proposta que está nesta Congregação é de
1581 darmos peso às provas dos processos seletivos temporários. O departamento de Letras
1582 Modernas sugeriu que déssemos outros valores de peso, conforme o que estava proposto. Como
1583 disse o Prof. Paulo Martins, foi uma sugestão técnica, feita sob análise da normativa existente e
1584 o DLM sugeriu o acréscimo da análise de currículo. Nós colocamos, então, destacado em
1585 amarelo no arquivo, que não é possível porque a legislação superior da Universidade nos
1586 impede de modificar os tipos de provas conforme segue: ‘Obs: Para processos seletivos, a
1587 Legislação superior já define as modalidades de provas.’. Nós tínhamos apenas que dizer qual
1588 era o peso. Não temos, infelizmente, essa competência para agregar ou excluir provas. Essa é a
1589 questão do processo seletivo temporário.”. **Diretora**: “Mas há aí, porém, uma proposta de
1590 homogeneizar peso, o que tira dos departamentos autonomia, porque poderia haver um
1591 regimento específico: um determinado departamento tal prefere valorizar tal ou qual prova. E

A T A S

1592 com essa proposta, no regimento torna-se impossível. Equaliza-se áreas que são diferentes.”.

1593 **Prof. Adrian Fanjul**: “Em qualquer uma das duas propostas, tanto a que está na terceira

1594 coluna quanto a que está na quarta, há uma homogeneização de pesos. Acredito que isso está

1595 fora de discussão. Quando isso foi posto no departamento de Letras Modernas foi porque houve

1596 vários colegas – que foram maioria na reunião de departamento – que pensaram que tinha que

1597 se dar algum peso à análise de currículo. Acabamos de ser informados que isso está fora do

1598 Regimento Geral, como apontou a Sra. Rosângela Duarte, portanto, como consequência, a

1599 proposta está retirada, mas a homogeneização está nas duas colunas. A proposta do DLM que

1600 foi votada pelo Conselho de Departamento, pertinente ou não, era de acrescentar uma nova

1601 prova. Acabamos de ver que isso não é possível, então está retirada a proposta.”. **Diretora**:

1602 “Não pode chamar currículo, mas seria possível chamar memorial? ”. **Sra. Rosângela Duarte**:

1603 “Só podemos atuar em processo seletivo com prova didática e prova escrita. Não tem outra

1604 alternativa. O que nós não tínhamos no nosso regimento era especificar quais eram os pesos,

1605 apenas isso. Não temos competência e nem autonomia para tal. Desta forma, quando o DLM

1606 agregou isso, grifei que não é possível. Temos uma legislação a cumprir.”. **Prof. Adrian**

1607 **Fanjul**: “O departamento de Letras Modernas está retirando de pauta.”. **Diretora**: “Outra

1608 proposta do DLM: Art. 31, que trata dos centros. Prof. Adrian Fanjul, o senhor pode explicar?

1609 ”. **Prof. Adrian Fanjul**: “O departamento trabalhou com a versão que foi trazida à última

1610 Congregação que discutiu mudanças no regimento, referente ao texto da coluna 2: ‘*Artigo 2º –*

1611 *A Faculdade, com o fim de atuar no campo da pesquisa, ensino e prestação de serviços à*

1612 *comunidade, mantém Centros complementares, que se vinculam a um único Departamento e*

1613 *associam docentes desse órgão em atividades comuns; Centros interdepartamentais, que se*

1614 *vinculam à Diretoria e associam docentes de vários Departamentos da Faculdade; Centros*

1615 *Extraordinários, que se vinculam à Diretoria e associam pessoal indicado pela Direção; e*

1616 *participa de Centros interunidade. §1º – São os seguintes os Centros Interdepartamentais: a)*

1617 *Centro de Estudos Africanos; b) Centro de Estudos de Demografia Histórica da América*

1618 *Latina; c) Centro de Estudos Portugueses; d) Centro de Línguas; e) Centro de Tradução e*

1619 *Terminologia; f) Centro Angel Rama; g) Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania.’. A*

1620 partir desta versão – visto que temos a versão da Congregação de dezembro de 2019, posterior

1621 – o departamento fez várias sugestões. Primeiro: em relação a ‘*Centros Extraordinários, que se*

1622 *vinculam à Diretoria e associam pessoal indicado pela Direção*’, o departamento propôs

1623 mudar por ‘*Centros Extraordinários, que se vinculam à Diretoria e associam pessoal indicado*

1624 *pela Direção e indicado pelos Departamentos que deles participam*’ no sentido de que víamos

1625 como algo muito centralizado.”. **Diretora**: “Vamos votar? Agora referente à proposta do

A T A S

1626 DLM.”. Em votação, a proposta foi **APROVADA**. **Diretora**: “Agora vamos discutir a respeito
 1627 do §2º. A proposta é da Sra. Rosângela Duarte. **Sra. Rosângela Duarte**: “Neste parágrafo
 1628 segundo, o que consta no regimento da Faculdade, hoje, é: ‘§2º – São os seguintes os Centros
 1629 Complementares de Departamentos: – no Departamento de História: a) Centro de Apoio à
 1630 Pesquisa em História; – no Departamento de Línguas Orientais: a) Centro de Estudos Árabes;
 1631 b) Centro de Estudos Japoneses; c) Centro de Estudos Judaicos; – no Departamento de Letras
 1632 Modernas: a) Centro de Estudos Franceses; b) Centro de Estudos Germanísticos; c) Centro de
 1633 Estudos Italianos; d) Centro de Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês.’. Os centros
 1634 complementares (não são os centros interdepartamentais, apenas para destacar, temos 7 centros
 1635 interdepartamentais) têm uma dinamicidade própria, ou seja, eles podem nascer e se modificar,
 1636 por exemplo. Quem analisa e aprecia os pedidos é o Conselho de Departamento, vindo para a
 1637 Congregação apenas para referendar. Para que não deixemos o nosso regimento ‘engessado’
 1638 como ele já está da forma como estava e continua, a minha proposta seria o parágrafo segundo
 1639 destacado em verde no documento: ‘§2º – Os Centros Complementares de Departamentos,
 1640 dada sua característica de dinamicidade, serão inseridos nos Regimentos dos Departamentos
 1641 e/ou terão seu funcionamento acompanhado pelo respectivo Conselho de Departamento.’.
 1642 Assim, não deixamos o nosso regimento desatualizado. Não fui aos 11 departamentos, por falta
 1643 de tempo hábil, para que eles me informassem quais eram os seus centros complementares,
 1644 porque, podem ter seu formato alterado, deixando de ser laboratório e passando a ser centro ou
 1645 vice e versa. Por isso eu propus essa sugestão. Foi uma análise técnica, não é a questão da
 1646 unidade como um todo. Esse texto é para que não deixemos o nosso regimento com problema
 1647 assim que ele terminar de ser alterado novamente.”. **Prof. Paulo Martins**: “Em votação, por
 1648 favor.”. Em votação, a proposta de alteração do §2º foi **APROVADA**. **Prof. Paulo Martins**:
 1649 “Vamos para o próximo? Então temos no parágrafo terceiro uma sugestão de alteração de nome
 1650 dos novos centros. A proposta do DLM é: ‘§ 3º - São os seguintes os Centros Extraordinários:
 1651 a) Centro de Pesquisa em Desigualdade e Democracia; (retirar ‘Estudos da’ para evitar
 1652 ‘...Pesquisas em Estudos da...’); b) Centro de Pesquisa em Memória, Cultura e Linguagens.
 1653 (Retirar ‘Estudos da’ e acrescentar ‘Linguagens’).’”. **Adrian Fanjul**: “Como é o DLM quem
 1654 está fazendo a proposta, vou tentar explicar, mas vou pedir que me ajudem outros colegas que
 1655 estavam, porque foi discutido em uma reunião em um momento que estava afastado. O texto
 1656 que os departamentos receberam foi o da segunda coluna: ‘§ 3º - São os seguintes os Centros
 1657 Extraordinários: a) Centro de Estudos em Cultura Contemporânea; b) Centro de Estudos sobre
 1658 o Desenvolvimento Social do Brasil’, mas já tínhamos a formulação da terceira: § 3º - São os
 1659 seguintes os Centros Extraordinários: a) Centro de Pesquisa em Estudos da Desigualdade e

A T A S

1660 Democracia; b) Centro de Pesquisa em Estudos da Memória e Cultura.'. Aí se viu que havia
1661 uma proposta de mudança de nome, em função disso, alguns colegas sugeriram, já que são
1662 centros que estão discutindo o seu nome e que que estão em formação, de acrescentar
1663 'linguagens' para explicitar a abertura aos estudos da linguagem para essa denominação, algo
1664 que varia dependendo dos referenciais teóricos, embora pareça óbvio. Essa foi a sugestão do
1665 Conselho de Departamento, pelo que eu entendi.". Em votação, a sugestão de alteração de
1666 nomenclatura dos dois novos centros extraordinários proposta pelo DLM foi **APROVADA**.
1667 **Diretora**: "Agora temos a sugestão de exclusão de um trecho do parágrafo sexto, uma sugestão
1668 do DLM.". **Adrian Fanjul**: "Veja que nesta rodada de mudanças do regimento foi proposto
1669 esse parágrafo sexto, que chegou ao departamento para analisarem se concordavam ou não. É
1670 uma mudança que introduz esse parágrafo: '§ 6º – Os Centros deverão reservar um assento
1671 para a Direção da Faculdade em seus Conselhos e apresentar relatórios anuais para
1672 apreciação da Congregação.'. Na reunião do departamento de Letras Modernas, vários colegas
1673 que participam dos conselhos diretivos de centros apontaram que o regimento propor isso seria
1674 incongruente com o que diz que os centros vejam sempre seus respectivos regimentos que
1675 devem ser aprovados ou modificados pela maioria absoluta de seus membros. O que acontece?
1676 Vários centros, hoje, não têm um assento para a direção, então, o entendimento é que os centros
1677 deveriam modificar seus regimentos caso tenham interesse em reservar um assento para a
1678 direção. Isso foi o que primou como critério dentro do DLM, fora o fato de nos perguntarmos
1679 como faria a Direção para participar de todos os centros. Isso é algo que cada um saberá. De
1680 qualquer forma, foi encontrada uma contradição com esse Art. 3º.". **Prof. Paulo Martins**:
1681 "Desculpe Prof. Adrian Fanjul, discordo do senhor no seguinte sentido: não há contradição
1682 porque a lei maior é o regimento da Faculdade, não a lei do centro. Portanto, é como se não
1683 pudéssemos mudar a Constituição por conta de uma lei ordinária. Me parece que o caminho é
1684 inverso. Primeiro muda-se a lei maior para se mudar a lei menor. A adequação poderia ser feita
1685 pelos conselhos dos centros *a posteriori*. Não precisaria ser, necessariamente, antes. Mas, sim,
1686 deverá ser depois.". **Diretora**: "Eu também peço licença para discordar. E não tem nada a ver
1687 com a minha posição ou do Prof. Paulo Martins na direção. O quer era importante nessa
1688 agregação? Os centros fazem, às vezes, sua própria política que se descola do projeto da
1689 Unidade como um todo, por um lado. Por outro, os centros são instituições orçamentárias da
1690 Faculdade, então, naturalmente, eles devem partilhar da política geral da Unidade. Eu também
1691 não concordo com a sugestão do DLM, no entanto, esta questão está em discussão e votação e
1692 quem decide é a Congregação.". **Profa. Roberta Barni**: "Eu tenho uma dúvida. Eu havia
1693 entendido que eram diretamente vinculados à diretoria, portanto ao orçamento e etc., os centros

A T A S

1694 interdepartamentais. Esses são centros extraordinários também estão vinculados ou entendi
1695 errado a primeira informação? ”. **Prof. Paulo Martins**: “Há duas categorias a partir desse novo
1696 regimento: dois tipos de centros interdepartamentais. Um é o extraordinário, que tem uma
1697 relação direta com a Direção. Estão ligados à Direção e não a departamentos especificamente.
1698 Então, nesse caso, naturalmente, a Direção já está presente. Os outros centros
1699 interdepartamentais, por serem instituições que têm lugar no orçamento, sendo ele
1700 responsabilidade da Direção, do conjunto da Faculdade, dessa Congregação, nós propomos que
1701 se colocasse 1 representante apenas da Direção em todos os conselhos deliberativos dos
1702 centros.”. **Diretora**: “Eu também gostaria de explicar o porquê disso. Como são unidades
1703 orçamentárias, os centros são demandantes do orçamento da Instituição, no entanto, a
1704 Instituição desconhece o funcionamento dos centros. Essa é, sempre, uma relação
1705 potencialmente difícil, pois os centros demandam e a Instituição tem que definir o orçamento –
1706 não sou eu quem define, há Comissão de orçamento, etc. Em outras palavras, há a demanda,
1707 mas não está definida orçamentariamente, criando-se uma situação pessoalizada de tensão. Se
1708 tem algum membro da Direção participando das discussões e propostas dos centros, fica mais
1709 fácil resolver essa questão, abrindo-se canais institucionais. Em um livro sobre democracia do
1710 Prof. Cícero Romão, li que a democracia ocorre quando se institucionalizam canais de
1711 resolução de possíveis conflitos. É por esta razão e não porque a Direção queira interferir.”.
1712 **Prof. Adrian Fanjul**: “Vou dar uma última opinião. O que estabelece o regimento, hoje
1713 vigente, não inclui esse acréscimo. Primeiro, estejamos conscientes disso. Os centros, até agora,
1714 funcionaram sem essa proposta de mudança que está vindo por parte da Direção. A Direção
1715 está fundamentando essa proposta de mudança em um diagnóstico de que os centros não se
1716 adequam às políticas da Faculdade. Eu pergunto: a Congregação compartilha desse diagnóstico
1717 e já fez uma discussão sobre o funcionamento dos centros que mostra que eles não se adequam
1718 às políticas da Faculdade? Dos informes que apresentaram os centros na sessão da
1719 Congregação de novembro do ano passado, a conclusão da Congregação foi de que os centros
1720 não se adequam às políticas da Faculdade? Não apenas isso, que não cumprem prazos, etc.”.
1721 **Diretora**: “Professor, não foi isso o que eu quis dizer, perdão. Eu não falei que não cumpre
1722 prazo, aliás, eu nem falei de prazos. O que eu falei foi: como a política dos centros (primeiro,
1723 não disse que não se adequam à política da Faculdade) eu usei como exemplo que como eles
1724 são unidades orçamentárias, para que isso seja institucionalizado, é preciso que se compartilhe
1725 da política geral. É apenas isso. Por que razão isso? Porque como centros orçamentários, não há
1726 uma vinculação explícita de conhecimento – não estou dizendo que não se adequam à política
1727 da Instituição – é de conhecimento entre a demanda dos centros e a política geral (explícita)

A T A S

1728 que é o projeto discutido todo ano. O que acontece é que fica uma relação pessoalizada. Tudo o
1729 que não é institucionalizado vira uma decisão pessoalizada e essa, na minha opinião, não é a
1730 melhor maneira. Agora, não firmo o pé em relação a nada disso, nem fui eu quem começou a
1731 falar e também não falei de prazo. Se alguém falou, não fui eu. Eu só comentei uma situação de
1732 incômodo, mas a decisão é desse plenário, o que for decidido, será, obviamente.”. **Prof. Álvaro**
1733 **Faleiros**: “Como Vice-Diretor do CITRAT, não me parece que a inclusão de mais um
1734 representante nesses conselhos que já são difíceis de serem preenchidos, seja algo que vá ajudar
1735 o trabalho dos centros. Eles existem há muito tempo, desde que a Faculdade foi fundada,
1736 funcionam, em sua maioria, bastante bem sem a presença de um representante da Direção. Me
1737 parece absolutamente desnecessária essa presença.”. **Prof. Paulo Martins**: “Uma última
1738 colocação, caro Prof. Álvaro: veja bem, se também não é muito importante a presença da
1739 Direção ou se a Direção vai atrapalhar, quer dizer que as coisas estão indo muito mal, não? ”.
1740 **Diretora**: “Há mais algum comentário, alguma proposta? Se não, vamos votar. Então qual é a
1741 proposta do DLM? ”. **Prof. Adrian Fanjul**: “A proposta é retirar exclusivamente ‘os Centros
1742 *deverão reservar um assento*’ não retirar que ‘os Centros *têm que apresentar relatórios anuais*
1743 *para apreciação da Congregação*’, o que, aliás, é um modo de garantir que a Congregação veja
1744 se eles se adequam ou não ao projeto acadêmico da Faculdade, na minha opinião.”. **Profa.**
1745 **María Teresa Celada**: “Posso acrescentar algo? Há muitos anos que venho trabalhando (desde
1746 2004) no Centro Interdepartamental de Línguas e, de fato, o centro trabalha muito bem, no
1747 sentido de que vem, inclusive, respondendo às demandas da Universidade, fundamentalmente.
1748 Responde porque nem sequer tem como avançar em outros sentidos mais do que responder às
1749 demandas da própria Universidade com uma certa lucidez em termos de manter um
1750 multilinguismo, de defender determinadas políticas de línguas e sempre em diálogo com a
1751 Direção. Algo que marca o funcionamento do Centro Interdepartamental de Línguas é
1752 justamente esse diálogo. Temos mantido permanentemente o diálogo em termos de afinar,
1753 ajustar, e inclusive, ampliar o trabalho do Centro, que poderia ser bem maior. A reitoria, neste
1754 momento, não nos permite. Queria apresentar isso, então, e afirmar que há uma rotina de
1755 trabalho tranquilo e de diálogo.”. **Prof. Paulo Martins**: “Eu quero dizer que, quando se fala em
1756 problemas com os centros, não são todos, muito pelo contrário, é absoluta minoria. E vocês, do
1757 Centro de Línguas, não estão com essa minoria. Este Centro funciona muito bem e a nossa
1758 relação é muito boa.”. **Diretora**: “Vamos votar? Votem ‘sim’ se forem a favor da proposta do
1759 DLM; ‘não’ contra; ou abstenção.”. Em votação, a proposta do DLM foi **APROVADA**. **Prof.**
1760 **Patrício Tierno**: “Eu fiquei um pouco surpreso, porque tinha entendido, com relação à
1761 execução do regimento, que iríamos discutir aqueles pontos os quais tinham aparecido em outra

A T A S

1762 proposta. Estava preocupado e, inclusive, vou falar um pouco em nome dos doutores – porque
1763 os doutores desenvolveram uma discussão via *e-mail*, especialmente, quando se abriu a
1764 discussão sobre o regimento, mas depois parou incongruente, por isso não chegamos a nada
1765 concreto. Havia dois pontos que nos preocuparam especialmente e, acredito, em torno delas,
1766 gerou-se um consenso mínimo. A primeira, talvez não seja competência desse regimento
1767 exclusivamente: era com relação a uma simplificação do processo de Livre-Docência, em
1768 particular com a prova escrita. Me pareceu que o consenso era propor a retirada da prova
1769 escrita do concurso de Livre-Docência. Mas há um segundo ponto, que a mim, me preocupa
1770 mais, e este, sim, está aqui no regimento. Essa modificação que está sendo introduzida vem no
1771 sentido de reduzir a oportunidade para se inscrever: o chamado de inscrição para Livre-
1772 Docência reduzido a uma vez ao ano. Não acredito que esse ponto seja bom.”. **Diretora**: “A
1773 sua ponderação faz sentido, professor. Vou explicar isso. Mas já foi votado o regimento, esse é
1774 o problema. Tirar a prova escrita é uma questão que envolve a Reitoria. Em relação ao segundo
1775 ponto, no Regimento Geral da Universidade, o concurso de Livre-Docência tem que ser aberto
1776 por 30 dias. Aqui na Faculdade, se fazia 15 dias em março e 15 dias em agosto. Sempre foi
1777 assim. Mas, por questões práticas, sobretudo, a Sra. Rosângela Duarte sugeriu que havia
1778 problemas de organização e que seria melhor abrir uma vez só. Eu não tenho nenhuma opinião
1779 formada sobre isso.”. **Prof. Patrício Tierno**: “Peço, então, para reabrir essa discussão e manter
1780 as inscrições duas vezes por ano, por favor. Eu não havia entendido que íamos discutir apenas
1781 aquelas sugestões de modificação com relação a uma proposta de questões formais e
1782 gramaticais. Isso não havia ficado claro para mim.”. **Diretora**: “O argumento que tenho,
1783 resumido pela Sra. Rosângela a mim, é operacional, de ordem prática. Para isso, no entanto,
1784 preciso consultar a Congregação se podemos reabrir a discussão acerca deste item específico.”.
1785 **Prof. Patrício Tierno**: “Apenas para justificar, a questão da Livre-Docência é complicada, pois
1786 são muitos documentos. Se perdemos a primeira chamada, teremos que esperar um ano para
1787 fazer uma nova inscrição. Não me parece lógico isso, por isso quero levantar a discussão.”. Em
1788 aparte, **Diretora**: “A mim, a sua ponderação faz sentido.”. **Prof. Patrício Tierno**: “Acredito
1789 que manter as duas chamadas por ano está bom. Não estou pedindo nada diferente disso.”.
1790 **Diretora**: “Como temos uma pauta longa e nem fizemos ainda o expediente, consulto a essa
1791 Congregação: voltamos para este item específico (não sobre a prova escrita, visto que não nos
1792 diz respeito) de manter o calendário da inscrição para concurso de Livre-Docência com 15 dias
1793 no início do primeiro semestre e 15 dias no início do segundo semestre? É sim ou não. Quem
1794 for favorável ao antigo sistema vota ‘sim’, quem for contra, vota ‘não’.”. **Luís César**
1795 **Guimarães Oliva**: “Eu gostaria, então, de colocar uma questão.”. **Diretora**: “Era matéria

A T A S

1796 votada. Como o professor não levantou na hora, pediu para reabrir agora. Considero que tem
1797 todo o sentido manter o antigo sistema, mas o grupo que redigiu a proposta ponderou que é
1798 difícil organizar a secretaria, há muitas questões para se resolver, como os convites, as
1799 passagens, etc., concentrando-se tudo no final do ano. Agora, porém, é um assunto perempto,
1800 porque a Congregação aceitou reabrir. Então agora temos que votar.”. Em aparte, **Patrício**
1801 **Tierno**: “Se a Sra. Rosângela Duarte quiser explicar, pode também.”. **Luís César Guimarães**
1802 **Oliva**: “Eu só gostaria de defender a posição da Sra. Rosângela. Eu acredito que a Livre-
1803 Docência não é um edital qualquer como, por exemplo, de iniciação científica, que nós abrimos
1804 e descobrimos que vai haver concurso. É uma coisa planejada com muita antecedência, feita
1805 com muita calma e acredito ser perfeitamente possível que nos organizemos para uma entrada
1806 anual. Em nosso departamento houve uma longa discussão, porque a secretaria do próprio
1807 departamento estava sobrecarregada com a questão das livres-docências, além disso a
1808 montagem das bancas também é extremamente complexa na Livre-Docência. Frequentemente,
1809 levam-se meses só para se organizar uma banca. Então, sinceramente, acredito que se
1810 conseguíssemos organizar as entradas no início do ano, ficaria muito mais fácil
1811 administrativamente. A mim não parece haver muita diferença, mas tento ver um pouco o lado
1812 dos funcionários, que reclamaram bastante internamente no departamento com relação a isso,
1813 assim como depois vi a Sra. Rosângela em situação parecida.”. **Sra. Rosângela Duarte**: “Eu
1814 justifico essa colocação aqui – falo em meu nome, mas trata-se da prática que vivemos no setor
1815 de Apoio Acadêmico. Temos inscrições em março e agosto. Principalmente no segundo
1816 semestre, temos uma grande disputa por salas, tivemos, por exemplo, na semana passada, seis
1817 concursos ao mesmo tempo. Terminamos um concurso de Livre-Docência da área de Geografia
1818 na sala de treinamento, com os professores em pé, pois não tínhamos mais salas. Nós não temos
1819 como administrar. Temos dificuldades nessa reta final com a compra de passagens, visto que
1820 fecha o exercício financeiro, etc. Essas foram as questões que colocamos. Da parte acadêmica,
1821 não houve qualquer proposta para as nossas colocações de nenhum dos 11 departamentos – não
1822 recebemos nenhuma proposta. Recebi apenas encontros nos corredores de professores que
1823 pediam para eu retirar a ‘minha proposta’. Não é a minha proposta. Eu gostaria que os
1824 departamentos e os professores fizessem outras propostas. Como a própria Profa. Maria
1825 Arminda disse, nós temos 30 dias regimentais. Nós podemos dividir em duas vezes, uma, ou
1826 quantas precisarem. Essa proposta, realmente, fui eu que coloquei, junto com os funcionários
1827 que trabalham no Apoio Acadêmico, que trabalham diretamente com a questão, pois,
1828 percebemos que, talvez, se fosse uma vez ao ano, conseguiríamos que os departamentos
1829 ‘respirassem’ melhor, porque assim como nós, os departamentos recebem a demanda. Era esse

A T A S

1830 o meu esclarecimento. Agradeço.”. **Prof. Paulo Martins**: “Alguém quer fazer alguma outra
1831 colocação a respeito? ”. Em aparte, **Diretora**: “Eu vou passar a presidência ao Prof. Paulo
1832 Martins. Vou sair por um momento”. *A Diretora pede licença para se retirar. A reunião segue*
1833 *sendo conduzida pelo Vice-Diretor Prof. Paulo Martins.* **Profa. Roberta Barni**: “Apenas um
1834 aparte: se nós nos basearmos na falta de salas, não fazemos nem defesa de Doutorado, ou seja,
1835 eu acredito que não devemos tirar a demanda porque não há salas, mas que exijamos mais salas
1836 por haver alta demanda. Desculpe, mas penso que a questão está invertida.”. **Prof. Paulo**
1837 **Martins**: “Não tenho posição firmada a respeito. Penso que haver dois momentos é algo muito
1838 bom, mas tem este entrave operacional. Também poderíamos ponderar que, abrindo uma só vez
1839 ao ano, ninguém decide no meio do ano que vai fazer a Livre-Docência. Isso é um plano de
1840 vida, ou seja, temos que escrever, preparar os pontos, muitas coisas. Não é algo que se decida
1841 começar no semestre seguinte. Há planejamento de um ano antes, às vezes viajamos, buscamos
1842 material, fazemos Pós-Doc., essas coisas todas. Então, me parece que existe aí um
1843 planejamento de vida. Penso também que não há nenhum mal imaginar que se faça a inscrição
1844 uma vez por ano e você marque a sua defesa para o final dele, a título de segurança, por
1845 exemplo, no caso de não saber se vai conseguir, visto que a partir do momento em que se faz a
1846 inscrição, não há um prazo para a realização. Pode-se fazer quando quiser ao longo do ano.”.
1847 **Sra. Rosângela Duarte**: “Posso esclarecer também? As inscrições da Livre-Docência, estando
1848 encerradas, nós – o serviço de apoio acadêmico, a assistência acadêmica – informamos aos
1849 departamentos que no período tivemos as inscrições e pedimos, por favor, para que organizem
1850 a comissão julgadora, todos os dados dos professores da comissão e encaminhem para
1851 apreciação da Congregação (não da próxima Congregação, de qualquer uma). Nós recebemos
1852 essas bancas (como votamos inúmeras aqui, hoje) quando o candidato e o departamento já se
1853 organizaram para o agendamento do concurso. Antes disso fica parado. Enquanto a
1854 Congregação não aprecia as inscrições, que votamos aqui, e a comissão julgadora, não começa
1855 a contar o prazo para o agendamento. Então o concurso fica parado. Inclusive, durante o
1856 caminho, já aconteceu de candidatos desistirem e retirarem a sua candidatura antes mesmo de
1857 chegar à Congregação.”. **Prof. Ricardo Lima**: “Olá, boa tarde. De todo modo, eu fico
1858 preocupado, pois o problema, talvez, ao invés de diminuir, aumente, porque embora os
1859 concursos possam ser distribuídos ao longo do ano, imagino que as pessoas, quando se
1860 inscrevem em março, com toda a documentação e já toda a preparação, não vão querer esperar
1861 o fim do ano. Eu imagino que se só se abre as inscrições uma vez ao ano, todos os inscritos da
1862 Faculdade inteira, que esperaram aquele período de inscrição, vão querer fazer o concurso. Eu
1863 não vejo como vai diminuir. Acredito que o problema é exatamente o mesmo, mas prejudica o

A T A S

vinculamento da carreira dos professores. Toda a discussão que vi na internet defendia, entre os doutores, esse princípio, hoje vigente, de duas inscrições por ano. Então não vejo como isso vai diminuir a pressão sobre os funcionários. Talvez ela aumente e em um período se descance, mas vai ser bem grande em outro momento, imagino.”. **Prof. Oliver Tolle**: “Eu só queria fazer uma menção a essa questão administrativa que envolve a abertura de concurso para Livre-Docência. Imagino que muitos departamentos têm muitos professores que ainda são só doutores. Então, é natural que haja uma demanda de se abrir vagas duas vezes ao ano, mas existem alguns departamentos, como é o caso do departamento de Filosofia, onde o número de doutores é muito reduzido. E, portanto, é um problema essa obrigatoriedade de abrir concurso para Livre-Docência o tempo todo, pois, se nós tivermos candidatos externos inscritos, somos obrigados a fazer o concurso. É obrigatório.”. Em aparte, **Prof. Paulo Martins**: “Pela USP, é obrigatório abrir 30 dias ao ano.”. **Prof. Oliver Tolle**: “Nós passamos, nesse ano, por essa situação. Fomos obrigados a abrir uma vaga e, por sorte, não tivemos inscritos, pois isso gera todo um trabalho, mas não tivemos inscritos externos. Era só mais um elemento para acrescentar na discussão.”. **Prof. Paulo Martins**: “Mais alguém gostaria de se pronunciar? ”. **Prof. Ricardo Lima**: “Estava vendo aqui que no Regimento da USP, que diz que depois da inscrição tem 120 dias de prazo para a realização do concurso. Então não pode ser ao longo do ano. Está escrito aqui, no ‘Artigo 166 – Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, a contar da aceitação da inscrição.’”. **Prof. Paulo Martins**: “A aceitação é feita na Congregação, Prof. Ricardo. A inscrição é homologada pela Congregação – se ela não for homologada, ela ainda não existe. Vamos fazer votar a manutenção do texto que já foi aprovado hoje, que corresponde às inscrições em 30 dias corridos – votem SIM para os trinta dias ou NÃO para os trinta dias. É isso.”. Em votação, a proposta de abertura por trinta dias corridos das inscrições de edital para realização de concurso para a livre-docência NÃO foi ACEITA com 11 votos favoráveis (SIM), 15 votos contrários (NÃO) e 10 ABSTENÇÕES. **Prof. Paulo Martins**: “Pergunto ao plenário se existe mais alguma questão duvidosa, pouco clara no regimento aprovado. Então *está aprovada a alteração regimental da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*. Obrigado.”. 1.5 - MINUTAS DE PORTARIAS ENVIADAS PELA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA FFLCH - (VOTAÇÃO ABERTA). 1.5.1 - PORTARIA PARA ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA RETORNO DE ALUNO DE CURSO DE GRADUAÇÃO. 1.5.2. - PORTARIA PARA ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA MATRÍCULA DE ALUNO DE CURSO DE GRADUAÇÃO QUE TENHA OCORRIDO NO INCISO II DO ARTIGO 76 DO REGIMENTO GERAL. *Em discussão, o item acima foi retirado de pauta*

A T A S

1898 *devido à ausência do responsável para esclarecimentos no momento.* 2 - CONCURSO
 1899 DOCENTE - TITULAR - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - votação aberta. Relator: Prof. Dr.
 1900 Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (Pareceres Favoráveis). 2.1 - DEPARTAMENTO DE
 1901 LETRAS MODERNAS. 2.1.1- Disciplina de Literatura e Crítica Francesa - candidata: Claudia
 1902 Consuelo Amigo Pino - 19.1.1612.8.5. 2.1.2 - Disciplina de Poética da Tradução (Português -
 1903 Francês) - candidato: Álvaro Silveira Faleiros - 19.1.1611.8.9. 2.2 - DEPARTAMENTO DE
 1904 HISTÓRIA. Área de História da Teoria - candidatos: Mary Anne Junqueira, Francisco Carlos
 1905 Palomanes Martinho e Gabriela Pellegrino Soares - 19.1.1381.8.3. 2.3 - DEPARTAMENTO
 1906 DE LETRAS MODERNAS. Área de Língua e Literatura Alemã, disciplina de Literatura alemã
 1907 desde 1750 - candidato: Helmut Paul Galle - 19.1.1972.8.1. Em votação, os itens acima foram
 1908 **APROVADOS**, e, portanto, as inscrições foram **ACEITAS**. 3 - CONCURSO DOCENTE -
 1909 TITULAR - COMISSÃO JULGADORA - votação em sistema. 3.1 - Disciplina de Literatura e
 1910 crítica francesa - candidata: Claudia Consuelo Amigo Pino - 19.1.1612.8.5. DOCENTES
 1911 SUGERIDOS PELO DLM PARA COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. Véronique
 1912 Braun Dahlet (DLM-FFLCH, titular, Presidente), Leyla Beatriz Perrone Moisés (DLM, titular
 1913 aposentada), Maria Elizabeth Chaves de Mello (UFF, titular), Marcelo Jacques de Moraes
 1914 (UFRJ, titular), Márcia Maria Valle Arbex (UFMG, titular). Suplentes: Profs. Drs. Maria
 1915 Augusta da Costa Vieira (DLM-FFLCH, titular), Gilberto Pinheiro Passos (DLM-FFLCH,
 1916 titular aposentado), Walter Carlos Costa (UFC, titular) e Eneida Maria Souza (UFMG, titular).
 1917 Para constituição da comissão julgadora, obteve-se em votação o seguinte resultado: Titulares:
 1918 Profs. Drs. Véronique Braun Dahlet (DLM-FFLCH, titular, Presidente) **34 votos**, Leyla Beatriz
 1919 Perrone Moisés (DLM, titular aposentada) **36 votos**, Maria Elizabeth Chaves de Mello (UFF,
 1920 titular) **35 votos**, Marcelo Jacques de Moraes (UFRJ, titular) **34 votos**, Márcia Maria Valle
 1921 Arbex (UFMG, titular) **34 votos**. Suplentes: Profs. Drs. Maria Augusta da Costa Vieira (DLM-
 1922 FFLCH, titular) **4 votos**, Gilberto Pinheiro Passos (DLM-FFLCH, titular aposentado) **1 voto**,
 1923 Walter Carlos Costa (UFC, titular) **5 votos** e Eneida Maria Souza (UFMG, titular) **3 votos**, **4**
 1924 **votos em BRANCO e 1 voto NULO**. 3.2 - Disciplina de Poética da Tradução (Português -
 1925 Francês) - candidato: Álvaro Silveira Faleiros - 19.1.1611.8.9. DOCENTES SUGERIDOS
 1926 PELO DLM PARA COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. Véronique Braun Dahlet
 1927 (DLM-FFLCH, titular), John Milton (DLM-FFLCH, titular aposentado), Marie Helène
 1928 Catherine Torres (UFSC, titular), Marcelo Jacques de Moraes (UFRJ, titular), Walter Carlos
 1929 Costa (UFSC, titular). Suplentes: Profs. Drs. Maria Augusta da Costa Vieira (DLM-FFLCH,
 1930 titular), Philippe Leon Marie Ghislain Willemart (DLM-FFLCH, titular aposentado), Gilberto
 1931 Pinheiro Passos (DLM-FFLCH, titular aposentado), Márcia Maria Valle Arbex (UFMG, titular)

A T A S

1932 e Leila Cristina de Melo Darin (PUC-SP, titular). Para constituição da comissão julgadora,
 1933 obteve-se em votação o seguinte resultado: Titulares: Profs. Drs. Véronique Braun Dahlet
 1934 (DLM-FFLCH, titular) **34 votos**, John Milton (DLM-FFLCH, titular aposentado) **28 votos**,
 1935 Marie Helène Catherine Torres (UFSC, titular) **35 votos**, Marcelo Jacques de Moraes (UFRJ,
 1936 titular) **33 votos**, Walter Carlos Costa (UFSC, titular) **34 votos**. Suplentes: Profs. Drs. Maria
 1937 Augusta da Costa Vieira (DLM-FFLCH, titular) **8 votos**, Philippe Leon Marie Ghislain
 1938 Willemart (DLM-FFLCH, titular aposentado) **1 voto**, Gilberto Pinheiro Passos (DLM-FFLCH,
 1939 titular aposentado) **2 votos**, Márcia Maria Valle Arbex (UFMG, titular) **4 votos** e Leila Cristina
 1940 de Melo Darin (PUC-SP, titular) **2 votos, 5 votos em BRANCO e 1 voto NULO**. 3.3 - Área de
 1941 História da Teoria - candidatos: Mary Anne Junqueira, Francisco Carlos Palomanes Martinho e
 1942 Gabriela Pellegrino Soares - 19.1.1381.8.3. DOCENTES SUGERIDOS PELO DH PARA
 1943 COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (DH-
 1944 FFLCH, titular), Sérgio França Adorno de Abreu (DS-FFLCH, titular), Martha Campos Abreu
 1945 (UFF/UNIRIO, titular), Regina Horta Duarte (UFMG, titular) e Rodrigo Patto Sá Motta
 1946 (UFMG,titular). Suplentes: Profs. Drs. Valéria de Marco (DLM-FFLCH, titular), Leopoldo
 1947 Garcia Pinto Waizbort (DS-FFLCH, titular), Leila Mezan Algranti (UNICAMP, titular),
 1948 Estevão Chaves de Rezende Martins (UnB, titular) e Ana Lúcia Duarte Lanna (FAU-USP,
 1949 titular). Para constituição da comissão julgadora, obteve-se em votação o seguinte resultado:
 1950 Titulares: Profs. Drs. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (DH-FFLCH, titular) **35 votos**,
 1951 Sérgio França Adorno de Abreu (DS-FFLCH, titular) **30 votos**, Martha Campos Abreu
 1952 (UFF/UNIRIO, titular) **35 votos**, Regina Horta Duarte (UFMG, titular) **33 votos** e Rodrigo
 1953 Patto Sá Motta (UFMG,titular) **32 votos**. Suplentes: Profs. Drs. Valéria de Marco (DLM-
 1954 FFLCH, titular) **7 votos**, Leopoldo Garcia Pinto Waizbort (DS-FFLCH, titular) **4 votos**, Leila
 1955 Mezan Algranti (UNICAMP, titular) **6 votos**, Estevão Chaves de Rezende Martins (UnB,
 1956 titular) **2 votos** e Ana Lúcia Duarte Lanna (FAU-USP, titular) **6 votos, 3 votos em BRANCO e**
 1957 **1 voto NULO**. 3.4 - Área de Língua e Literatura Alemã, disciplina de Literatura em língua
 1958 alemã desde 1750 - candidato: Helmut Paul Erich Galle -19.1.1972.8.1. DOCENTES
 1959 SUGERIDOS PELO DLM PARA COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. Leopoldo
 1960 Garcia Pinto Waizbort (FLS-FFLCH, titular), João Azenha Júnior (FLM-FFLCH, titular
 1961 aposentado), Kathrin Holzermayr Lerrer Rosenfield (UFRGS, titular), George Otte (UFMG,
 1962 titular), Werner Ludger Heidermann (UFSC, titular).Suplentes: Profs. Drs. Stefan Wilhelm
 1963 Bolle (FLM-FFLCH, titular aposentado), Laura Patrícia Zuntini de Izarra (FLM-FFLCH,
 1964 titular), Rosani Úrsula Ketzner Umbach (UFMS, titular), Michael Korfmann (UFRGS, titular).
 1965 Para constituição da comissão julgadora, obteve-se em votação o seguinte resultado: Titulares:

A T A S

1966 Profs. Drs. Leopoldo Garcia Pinto Waizbort (FLS-FFLCH, titular) **31 votos**, João Azenha
 1967 Júnior (FLM-FFLCH, titular aposentado) **33 votos**, Kathrin Holzermayr Lerrer Rosenfield
 1968 (UFRGS, titular) **34 votos**, George Otte (UFMG, titular) **34 votos**, Werner Ludger Heidermann
 1969 (UFSC, titular) **32 votos**. Suplentes: Profs. Drs. Stefan Wilhelm Bolle (FLM-FFLCH, titular
 1970 aposentado) **5 votos**, Laura Patrícia Zuntini de Izarra (FLM-FFLCH, titular) **1 voto**, Rosani
 1971 Úrsula Ketzer Umbach (UFSM, titular) **3 votos**, Michael Korfmann (UFRGS, titular) **2 votos**, **5**
 1972 **votos em BRANCO e 1 voto NULO**. 4 - CONCURSO DOCENTE - TITULAR -
 1973 RELATÓRIO FINAL - votação aberta. 4.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E
 1974 VERNÁCULAS. ÁREA: FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA. REALIZAÇÃO: 06 de
 1975 dezembro de 2019. CANDIDATA: Maria Celia Pereira Lima Hernandes. 4.2 -
 1976 DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA. ÁREA: TEORIA E ANÁLISE SEMIÓTICA DO
 1977 TEXTO. REALIZAÇÃO: 06 de dezembro de 2019. CANDIDATO: Antonio Vicente Seraphim
 1978 Pietroforte. Em votação, o RELATÓRIO FINAL foi **ACEITO** e, portanto, o item acima foi
 1979 **APROVADO**. 5 - CONCURSO DOCENTE - LIVRE-DOCÊNCIA - ACEITAÇÃO DE
 1980 INSCRIÇÃO - votação aberta. DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Relatora: Profa. Dra.
 1981 Fernanda Arêas Peixoto (Parecer Favorável). Disciplina: História da América Pré-Hispânica -
 1982 candidato: Eduardo Natalino dos Santos - 19.5.506.8.4. Em votação, o item foi **APROVADO**
 1983 e, portanto, a inscrição foi **ACEITA**. 6 - CONCURSO DOCENTE - LIVRE-DOCÊNCIA -
 1984 COMISSÃO JULGADORA - votação aberta. DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Disciplina:
 1985 História da América Pré-Hispânica - candidato: Eduardo Natalino dos Santos - 19.5.506.8.4.
 1986 DOCENTES SUGERIDOS PELO DH PARA COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs.
 1987 Beatriz Perrone-Moisés (DA/FFLCH-USP, livre-docente), Janice Theodoro da Silva (FFLCH-
 1988 USP, titular aposentada), Eduardo Góes Neves (MAE-USP, titular), Fernando Torres Londoño
 1989 (PUC-SP, titular), Federico Navarrete Linares (UNAM-México, titular); Suplentes: Profs. Drs.
 1990 Rafael de Bivar Marquese (DH/FFLCH-USP, titular), Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron
 1991 (DH-FFLCH-USP, titular), Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS, titular), Ronald José
 1992 Raminelli (UFF, titular). Para constituição da comissão julgadora, obteve-se em votação o
 1993 seguinte resultado: Titulares: Profs. Drs. Beatriz Perrone-Moisés (DA/FFLCH-USP, livre-
 1994 docente) **37 votos**, Janice Theodoro da Silva (FFLCH-USP, titular aposentada) **33 votos**,
 1995 Eduardo Góes Neves (MAE-USP, titular) **36 votos**, Fernando Torres Londoño (PUC-SP,
 1996 titular) **33 votos**, Federico Navarrete Linares (UNAM-México, titular) **34 votos**; Suplentes:
 1997 Profs. Drs. Rafael de Bivar Marquese (DH/FFLCH-USP, titular) **4 votos**, Carlos Alberto de
 1998 Moura Ribeiro Zeron (DH-FFLCH-USP, titular) **2 votos**, Maria Cristina Bohn Martins
 1999 (UNISINOS, titular) **6 votos**, Ronald José Raminelli (UFF, titular) **5 votos**, **3 votos em**

A T A S

2000 **BRANCO e 1 voto NULO.** 7 - CONCURSO DOCENTE - LIVRE-DOCÊNCIA -
 2001 RELATÓRIO FINAL - votação aberta. 7.1 - DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E
 2002 LITERATURA COMPARADA. ÁREA: TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA
 2003 COMPARADA: NARRATIVA E CONTEMPORANEIDADE. REALIZAÇÃO: de 11 a 13 de
 2004 novembro de 2019. CANDIDATA APROVADA E INDICADA: Andrea Saad Hossne. 7.2 -
 2005 DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA ÁREA: ESTÉTICA. REALIZAÇÃO: de 06 a 08 de
 2006 novembro de 2019. CANDIDATO APROVADO E INDICADO: Oliver Tolle. 7.3 -
 2007 DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS ÁREA: LÍNGUA E
 2008 LITERATURA GREGA. DISCIPLINA: LITERATURA GREGA (C) REALIZAÇÃO: de 12 a
 2009 14 de novembro de 2019. CANDIDATA APROVADA E INDICADA: Giuliana Ragusa de
 2010 Faria. 7.4 - DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS. ÁREA: LÍNGUA E
 2011 LITERATURA ITALIANA. DISCIPLINA: LITERATURA ITALIANA. REALIZAÇÃO: de
 2012 04 a 06 dezembro de 2019. CANDIDATO: Maurício Santana Dias. 7.5 - DEPARTAMENTO
 2013 DE GEOGRAFIA. 7.5.1 - ÁREA: PEDOLOGIA. REALIZAÇÃO: de 03 a 05 de dezembro de
 2014 2019. CANDIDATA: Deborah de Oliveira. 7.5.2 - ÁREA: GEOGRAFIA REGIONAL.
 2015 DISCIPLINA: REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO. REALIZAÇÃO: de 04 a
 2016 06 de dezembro de 2019. CANDIDATA: Rita de Cássia Ariza da Cruz. 7.5.3. ÁREA:
 2017 GEOGRAFIA URBANA I. REALIZAÇÃO: de 09 a 11 de dezembro de 2019. CANDIDATO:
 2018 Ricardo Mendes Antas Junior. Em votação, o RELATÓRIO FINAL foi **ACEITO** e, portanto,
 2019 os itens acima foram **APROVADOS**. 8 - CONCURSO PÚBLICO - ABERTURA DE EDITAL
 2020 - DOUTOR - Votação aberta. 8.1 - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA. DISCIPLINA:
 2021 HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA II - Proc. 19.1.4988.8.6. CARGO: 01, RDIDP, MS-
 2022 3 - DOUTOR - nº 1235427, em UMA fase PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 40 dias.
 2023 PROGRAMA: 1. Juízos matemáticos e a construção dos conceitos; 2. O a priori da intuição; 3.
 2024 Esquematismo e imaginação; 4. O "eu penso" como condição da síntese; 5. A física como
 2025 ciência; 6. Uso regulativo das ideias da razão; 7. Unidade e diversidade: o caso da espécie; 8.
 2026 História Natural e História da natureza; 9. Estatuto dos princípios teleológicos; 10. Reflexão e
 2027 determinação; 11. Organismo e mecanicismo; 12. Discursividade e intuição; 13. Natureza como
 2028 sistema. Em votação, o item acima foi **APROVADO** por unanimidade. 9 - CONCURSO
 2029 DOCENTE - DOUTOR - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - votação aberta. 9.1 -
 2030 DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS. Relator: Prof. Dr. Yuri
 2031 Tavares Rocha (parecer favorável). Área: Sânscrito - candidato: Adriano Aprigliano -
 2032 19.1.3474.8.9. 9.2 - DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA
 2033 COMPARADA. Relator: Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva. Área: Teoria Literária e Literatura

A T A S

2034 Comparada - Parecer favorável: CLÁUDIA MARIA DE VASCONCELOS, EDER
2035 RODRIGUES PEREIRA, DANIEL LEVY CANDEIAS, ALCEBIADES DINIZ MIGUEL,
2036 MAURÍCIO REIMBERG DOS SANTOS, MILENE SUZANO DE ALMEIDA, DANIEL
2037 LAGO MONTEIRO, FLÁVIA CRISTINA DE SOUZA NASCIMENTO FALLEIROS,
2038 MARCIO JEAN FIALHO DE SOUSA, ANNITA COSTA MALUFE, ELISÂNGELA MARIA
2039 OZÓRIO, FLÁVIO RICARDO VASSOLER DO CANTO, GISELLE MADUREIRA BUENO,
2040 LÍVIA BUELONI GONÇALVES, FRANCISCO ROBERTO PAPATERRA LIMONGI
2041 MARIUTTI, MARIANA PECEGUINI RUGGIERI, FÁBIO JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA,
2042 NATÁLIA GONÇALVES DE SOUZA SANTOS, ANDRÉ BARBOSA DE MACEDO,
2043 CONSTANTINO LUZ DE MEDEIROS, MARIÂNGELA ALONSO, ANELITO PEREIRA
2044 DE OLIVEIRA, PATRICIA TRINDADE NAKAGOME, RICARDO LÍSIAS AIDAR
2045 FERMINO, LUÍSA DE AGUIAR DESTRI, DANILO CHIOVATTO SERPA, FÁBIO
2046 ROBERTO LUCAS, LEANDRO THOMAZ DE ALMEIDA, MEIRE OLIVEIRA SILVA,
2047 MARCOS LEMOS FERREIRA DOS SANTOS, TÂNIA SANDRONI, ERICH SOARES
2048 NOGUEIRA, ANDRÉA CATROPA DA SILVA, FABIANA CARNEIRO DA SILVA,
2049 GISELA ANAUATE BERGONZONI, HELTON MARQUES, MARCELO FREDDI
2050 LOTUFO, LÍGIA RODRIGUES BALISTA, LUANA BAROSSO, JULIANA FRANCO
2051 ALVES GARBIM, LARISSA COSTA DA MATA, RODRIGO LOBO DAMASCENO,
2052 APARECIDO JOSÉ CARLOS NAZÁRIO, LAURA TADDEI BRANDINI, MILENA
2053 MULATTI MAGRI, BRUNA DELLA TORRE DE CARVALHO LIMA, THAIS MITIKO
2054 TAUSSIG TOSHIMITSU, GIULIANO LELLIS ITO SANTOS, MAURÍCIO CHAMARELLI
2055 GUTIERREZ, MARIELLA AUGUSTA PEREIRA MARIZ MASAGÃO, CARLOS
2056 FREDERICO BARRERE MARTIN, LARISSA DRIGO AGOSTINHO, MARIA LUÍSA
2057 RANGEL DE BONIS, RODRIGO ALVES DO NASCIMENTO, DANIEL PADILHA
2058 PACHECO DA COSTA, SILVANA MORELI VICENTE DIAS, MARISE SOARES
2059 HANSEN, JULIÁN MIGUEL BARBERO FUKS, TIAGO GUILHERME PINHEIRO,
2060 SANDRA TRABUCCO VALENZUELA, RAFAEL ZACCA FERNANDES, MARIA
2061 CECILIA MARKS, RENATO SALGADO DE MELO OLIVEIRA, ALINE FREDERICO ,
2062 RENATO CURY TARDIVO, ANA CAROLINA DE CARVALHO MESQUITA, MICHELE
2063 ARANDA FACCHIN, MAURÍCIO OLIVEIRA SANTOS, MATHEUS BARBOSA MORAIS
2064 DE BRITO, DANILO BERNARDES TEIXEIRA, FABIO WEINTRAUB, GABRIEL
2065 VICTOR ROCHA PINEZI, RENATA SANTOS RENTE, WAGNER CORIOLANO DE
2066 ABREU, MARLISE BUCHWEITZ KLUG, LUÍSA LEITE SANTOS DE FREITAS, JULIO
2067 AUGUSTO XAVIER GALHARTE, ROSEMARY CONCEIÇÃO DOS SANTOS. Parecer

A T A S

2068 desfavorável: ERION MARCOS DO PRADO – por não ter atendido ao item 1 – incisos I e III
2069 – Memorial circunstanciado e prova de quitação com o serviço militar; LAURA RIVAS
2070 GAGLIARDI – por não ter atendido ao item 1 – inciso II – fazer prova de que é portador do
2071 título de Doutor outorgado ou reconhecido pela USP ou de validade nacional. 9.3 -
2072 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Relator: Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva. Área:
2073 História Antiga. Parecer favorável: TAIS PAGOTO BÉLO, PAULO TADEU DE MORAIS,
2074 CINTIA ALFIERI GAMA ROLLAND, LORENA LOPES DA COSTA, LETTICIA BATISTA
2075 RODRIGUES LEITE, ANTONIO ARTEQUILINO DA SILVA NETO, CAMILA DA SILVA
2076 CONDILO, RAFAEL DA COSTA CAMPOS, PRISCILLA GONTIJO LEITE, JULIANA
2077 BASTOS MARQUES, JEFFERSON RAMALHO, RAFAEL SCOPACASA, JOSÉ ERNESTO
2078 MOURA KNUST, CAMILA DIOGO DE SOUZA, GUSTAVO JUNQUEIRA DUARTE
2079 OLIVEIRA, ALESSANDRA ANDRÉ CHIMINAZZO, SARAH FERNANDES LINO DE
2080 AZEVEDO, DANIEL LULA COSTA, GILBERTO DA SILVA FRANCISCO, LILIAN DE
2081 ANGELO LAKY, DÉBORA SOUZA DO NASCIMENTO, MARIA THEREZA DAVID
2082 JOÃO. Parecer desfavorável: CLARISSA HAMAIO OKINO DELGADO, por não ter atendido
2083 ao item 1, incisos I a V do edital – inscrição encaminhada para outro edital da USP. **Prof.**
2084 **Marcio Ferreira da Silva**: “Boa tarde. Há uma análise formal para ver se todos os documentos
2085 estão lá. No caso do candidato Erion Marcos do Prado, ele não atendeu ao item 1 – incisos I e
2086 III, o que quer dizer que ele não apresentou o memorial circunstanciado, assim como a prova de
2087 quitação com o serviço militar. No caso da Laura Rivas Gagliardi, ela não apresentou o
2088 comprovante do título de Doutor outorgado ou reconhecido pela USP ou de validade nacional.
2089 O que havia no lugar era uma ficha da defesa. O caso da candidata Clarissa Delgado também
2090 pede um esclarecimento. Até recentemente, os concursos eram aceitos em papel – as pessoas
2091 traziam documentos que eram conferidos. Agora é via sistema e a pessoa não precisa mais vir
2092 aqui. Essa candidata fez tudo corretamente na área da química orgânica, mas se matriculou no
2093 concurso errado. Foi pedido que ela se desinstalasse, mas ela não soube fazer. Então, tive que
2094 dar o parecer desfavorável.”. Em votação, os **PARECERES** foram **APROVADOS** com 34
2095 votos favoráveis (**SIM**), 0 votos contrários (**NÃO**) e 2 **ABSTENÇÕES** e, portanto, as
2096 inscrições foram **ACEITAS**, exceto as inscrições dos candidatos Erion Marcos do Prado, Laura
2097 Rivas Gagliardi e Clarissa Hamaio Okino Delgado. 10 - CONCURSO DOCENTE - DOUTOR
2098 - COMISSÃO JULGADORA - votação aberta. 10.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS
2099 CLÁSSICAS E VERNÁCULAS. Área: Sânscrito - candidato: Adriano Aprigliano -
2100 19.1.3474.8.9. DOCENTES SUGERIDOS PELO DLCV PARA COMPOR A COMISSÃO:
2101 Titulares: Profs. Drs. Lilian Cristina Gulmini (DLCV, Doutora), Maria Valéria Anderson de

A T A S

2102 Mello Vargas (DLCV, doutora), Giuseppe Ferraro (UFMG, doutor), Roberto de Andrade
 2103 Martins (UFSCar, livre-docente) e Dilip Loundo (UFJF, doutor). Suplentes: Profs. Drs. José
 2104 Marcos Mariani de Macedo (DLCV, doutor), Mario Eduardo Viaro (DLCV, livre-docente),
 2105 João Carlos Barbosa Gonçalves (IPS, doutor), João Batista Toledo Prado (UNESP, doutor) e
 2106 Evani de Carvalho Viotti (DL, doutora). Para constituição da comissão julgadora, obteve-se em
 2107 votação o seguinte resultado: Titulares: Profs. Drs. Lilian Cristina Gulmini (DLCV, Doutora)
 2108 **34 votos**, Maria Valéria Anderson de Mello Vargas (DLCV, doutora) **36 votos**, Giuseppe
 2109 Ferraro (UFMG, doutor) **35 votos**, Roberto de Andrade Martins (UFSCar, livre-docente) **35**
 2110 **votos** e Dilip Loundo (UFJF, doutor) **32 votos**. Suplentes: Profs. Drs. José Marcos Mariani de
 2111 Macedo (DLCV, doutor) **2 votos**, Mario Eduardo Viaro (DLCV, livre-docente) **2 votos**, João
 2112 Carlos Barbosa Gonçalves (IPS, doutor) **2 votos**, João Batista Toledo Prado (UNESP, doutor) **5**
 2113 **votos** e Evani de Carvalho Viotti (DL, doutora) **2 votos 4 votos em BRANCO e 1 voto**
 2114 **NULO**. 10.2 - DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA
 2115 COMPARADA. Área: Teoria Literária e Literatura Comparada - 19.1.4472.8.0. DOCENTES
 2116 SUGERIDOS PELO DTLLC PARA COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. Maria
 2117 Augusta Bernardes Fonseca (DTLLC-FFLCH, titular); Anderson Gonçalves da Silva (DTLLC-
 2118 FFLCH, Doutor); Danielle dos Santos Corpas (UFRJ, doutora); Alexandre Simões Pilati (UnB,
 2119 doutor) e Celia de Moraes Rego Pedrosa (UFF, doutora). Suplentes: Profs. Drs. Samuel de
 2120 Vasconcelos Titan Jr. (DTLLC-FFLCH, doutor); Ariovaldo José Vidal (DTLLC-FFLCH,
 2121 doutor); Maria Augusta da Costa Vieira (DLM-FFLCH, titular); Adriano Schwartz (EACH,
 2122 doutor) e Carlos Pires (UFRJ, doutor). Para constituição da comissão julgadora, obteve-se em
 2123 votação o seguinte resultado: Titulares: Profs. Drs. Maria Augusta Bernardes Fonseca
 2124 (DTLLC-FFLCH, titular) **31 votos**; Anderson Gonçalves da Silva (DTLLC-FFLCH, Doutor)
 2125 **29 votos**; Danielle dos Santos Corpas (UFRJ, doutora) **32 votos**; Alexandre Simões Pilati
 2126 (UnB, doutor) **32 votos** e Celia de Moraes Rego Pedrosa (UFF, doutora) **31 votos**. Suplentes:
 2127 Profs. Drs. Samuel de Vasconcelos Titan Jr. (DTLLC-FFLCH, doutor) **4 votos**; Ariovaldo José
 2128 Vidal (DTLLC-FFLCH, doutor) **6 votos**; Maria Augusta da Costa Vieira (DLM-FFLCH,
 2129 titular) **4 votos**; Adriano Schwartz (EACH, doutor) **5 votos** e Carlos Pires (UFRJ, doutor) **1**
 2130 **voto, 5 votos em BRANCO e 1 voto NULO**. 10.3 - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.
 2131 Área: História Antiga - 19.1.3562.8.5. DOCENTES SUGERIDOS PELO DH PARA
 2132 COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. Julio Cesar Magalhães de Oliveira (DH-
 2133 FFLCH, Doutor), Marcelo Cândido da Silva (DH-FFLCH, titular), Anderson Zalewski Vargas
 2134 (UFRGS, doutor), Marta Mega de Andrade (UFRJ, doutora), Carlos Henrique Barbosa
 2135 Gonçalves (EACH, livre-docente). Suplentes: Profs. Drs. Miguel Soares Palmeira (DH-

A T A S

2136 FFLCH, doutor), Elias Thomé Saliba (DH-FFLCH, titular), Regina Maria da Cunha
2137 Bustamante (UFRJ, doutora), Breno Battistin Sebastiani (DLM-FFLCH, livre-docente) e Fábio
2138 de Souza Lessa (UFRJ, titular). Para constituição da comissão julgadora, obteve-se em votação
2139 o seguinte resultado: Titulares: Profs. Drs. Julio Cesar Magalhães de Oliveira (DH-FFLCH,
2140 Doutor) **34 votos**, Marcelo Cândido da Silva (DH-FFLCH, titular) **29 votos**, Anderson
2141 Zalewski Vargas (UFRGS, doutor) **30 votos**, Marta Mega de Andrade (UFRJ, doutora) **31**
2142 **votos**, Carlos Henrique Barbosa Gonçalves (EACH, livre-docente) **33 votos**. Suplentes: Profs.
2143 Drs. Miguel Soares Palmeira (DH-FFLCH, doutor) **3 votos**, Elias Thomé Saliba (DH-FFLCH,
2144 titular) **4 votos**, Regina Maria da Cunha Bustamante (UFRJ, doutora) **4 votos**, Breno Battistin
2145 Sebastiani (DLM-FFLCH, livre-docente) **4 votos** e Fábio de Souza Lessa (UFRJ, titular) **3**
2146 **votos, 5 votos em BRANCO e 1 voto NULO.** 11 - PROGRAMAS DE LIVRE DOCÊNCIA
2147 PARA OBTENÇÃO DE TÍTULO DE LIVRE-DOCÊNCIA NOS DIVERSOS
2148 DEPARTAMENTOS A PARTIR DO 1º SEMESTRE DE 2020 - 2018.1.2017.8.2. **(OS ITENS**
2149 **ABAIXO, de 11.1 a 11.8, FORAM VOTADOS JUNTOS, E, PORTANTO, FORAM**
2150 **TODOS APROVADOS).** 11.1 - O DLM propõe a ALTERAÇÃO do programa na disciplina
2151 de Língua Francesa, aprovado pelo CD em reunião do dia 04/11/2019. 1. Teorias de aquisição e
2152 aprendizagem de línguas estrangeiras. 2. Representações culturais no ensino e aprendizagem do
2153 Francês Língua Estrangeira. 3. Gêneros textuais / discursivos no ensino e aprendizagem do
2154 Francês Língua Estrangeira. 4. A abordagem acional para o ensino e aprendizagem do Francês
2155 Língua Estrangeira. 5. Aplicações da linguística textual no ensino e aprendizagem do Francês
2156 Língua Estrangeira. 6. O discurso relatado em Francês Língua Estrangeira. 7. Relações entre o
2157 francês escrito e o francês oral. 8. A argumentação nos textos e discursos. 9. O ensino e
2158 aprendizagem da gramática em Francês Língua Estrangeira. 10. Metodologias ativas e ensino e
2159 aprendizagem de línguas estrangeiras. 11. O francês em contexto acadêmico. 11.2 - O DLM
2160 propõe a INCLUSÃO do programa na disciplina de Aquisição e aprendizagem do Francês
2161 Língua Estrangeira, aprovado pelo CD em reunião do dia 04/11/2019. 1. Teorias de aquisição e
2162 aprendizagem de línguas estrangeiras. 2. Abordagens plurais para o ensino e aprendizagem de
2163 línguas estrangeiras. 3. Metodologias ativas e ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. 4.
2164 A abordagem acional para o ensino e aprendizagem do Francês Língua Estrangeira. 5. Ensino e
2165 aprendizagem de línguas e as Tecnologias da Informação e da Comunicação. 6. O Francês
2166 língua estrangeira para contextos específicos: profissionais e acadêmicos. 7. A leitura em
2167 Francês Língua Estrangeira. 8. A avaliação no ensino e aprendizagem do Francês Língua
2168 Estrangeira. 9. Relações entre o francês escrito e o francês oral. 10. O ensino e aprendizagem
2169 da gramática em Francês Língua Estrangeira. 11. Representações culturais no ensino e

A T A S

2170 aprendizagem do Francês Língua Estrangeira. 11.3 - O DF propõe a EXCLUSÃO dos
2171 programas nas áreas de: Estética e Filosofia da Arte, Ética e Filosofia Política I, Ética e
2172 Filosofia Política II, História da Filosofia Antiga, Lógica, Teoria das Ciências Humanas, Teoria
2173 do Conhecimento e Filosofia da Ciência, Filosofia Geral, Filosofia Moderna II, Epistemologia
2174 das Ciências Humanas, Filosofia da Linguagem, História da Filosofia Moderna I, Teoria do
2175 Conhecimento e Filosofia da Ciência II, Estética, Lógica e Filosofia da Lógica; disciplina:
2176 História da Filosofia Antiga II, aprovado pelo CD em reunião do dia 22/11/2019. 11.4 - O DF
2177 propõe a INCLUSÃO do programa na disciplina de Teoria do Conhecimento e Filosofia da
2178 Ciência I, aprovado pelo CD em reunião do dia 22/11/2019. 1.O debate entre realismo e
2179 instrumentalismo na filosofia das ciências naturais. 2. A subdeterminação empírica e o
2180 problema das alternativas não concebidas. 3. O argumento do milagre e a inferência da melhor
2181 explicação. 4. O realismo científico sem convergência para a verdade. 5. O alcance do
2182 relativismo cognitivo. 6. Implicações da tese da incomensurabilidade. 7. A epistemologia do
2183 testemunho. 8. A razoabilidade dos desacordos epistêmicos entre pares. 9. A dimensão social
2184 da pesquisa científica. 10. A questão do método e a racionalidade coletiva. 11. A liberdade de
2185 pesquisa em uma sociedade democrática. 11.5 - O DF propõe a INCLUSÃO do programa na
2186 disciplina de Lógica I, aprovado pelo CD em reunião do dia 22/11/2019. 1. Definibilidade e
2187 invariância. 2. Linguagens formais e estruturas livres. 3. Sobre conceito lógico de verdade. 4. O
2188 que significa definir? 5. Sobre modelos de Peano. 6. Lógica universal e a noção de
2189 consequência. 7. Sistemas axiomáticos e a noção de demonstração. 8. Matrizes lógicas e
2190 valorações. 9. Teoria de conjuntos e seus fundamentos. 10. Semântica categorial para
2191 linguagens sentenciais. 11. As teorias e estruturas de primeira ordem. 11.6 - O DCP propões a
2192 ALTERAÇÃO do programa na disciplina de Teoria Política Moderna, aprovado pelo CD em
2193 reunião do dia 28/11/2019. 1. Retórica, política e contingência. 2. Visões alternativas de
2194 república. 3. A mulher como sujeito e objeto na teoria política moderna. 4. Origens e
2195 fundamentos do Estado moderno. 5. Soberania popular e representação. 6. Constituição, formas
2196 de governo e a questão dos costumes. 7. A Revolução Francesa e os direitos do Homem. 8.
2197 Despotismo e sociedade igualitária. 9. Razão, interesse e paixões políticas. 10. Linguagens,
2198 discursos, conceitos, contexto linguístico: questões de método na teoria política e história
2199 intelectual. 11. Dominação e liberdade. 11.7 - O DCP propões a INCLUSÃO do programa na
2200 disciplina de Temas do Pensamento Político Brasileiro, aprovado pelo CD em reunião do dia
2201 28/11/2019. 1. Existe um pensamento político brasileiro? 2. O lugar das ideias: experiência
2202 intelectual e condição periférica no Brasil. 3. Passado e presente das "interpretações do Brasil".
2203 4. O conservadorismo no Brasil. 5. O liberalismo no Brasil. 7. A nação como problema no

A T A S

2204 pensamento político brasileiro. 10. Patrimonialismo: usos de um conceito. 11. Pensar o
2205 pensamento político brasileiro. 11.8 - O DCP propõe a INCLUSÃO do programa na disciplina
2206 de Teoria Política Clássica, aprovado pelo CD em reunião do dia 28/11/2019. 1. Justiça e
2207 igualdade no pensamento grego arcaico. 2. Comunidade, retórica e lei no pensamento político
2208 democrático. 3. Tragédia, democracia e teoria política. 4. Crítica do governo popular e modelos
2209 alternativos na Atenas clássica. 5. Política e democracia na filosofia de Platão. 6. Polis e
2210 natureza na teoria política de Aristóteles. 7. Constituição e deliberação na teoria política de
2211 Aristóteles. 8. Democracia ateniense e república romana: a constituição mista. 9. Democracia e
2212 república: origens. Cidadania e instituições no pensamento político grego e romano. 10.
2213 Democracia ateniense e teoria política: uma reconstrução. 11. Polis e educação na filosofia de
2214 Platão. Em votação em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque, os itens acima foram
2215 **APROVADOS**. 12 - INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SÊNIOR (votação
2216 aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque). **(OS ITENS ABAIXO, de 12.1 a 12.6,**
2217 **FORAM VOTADOS JUNTOS, E, PORTANTO, FORAM TODOS APROVADOS)**. 12.1 -
2218 A Professora Doutora MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA encaminha o pedido de renovação
2219 de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de FILOSOFIA -
2220 15.1.4113.8.6 Plano e Relatório de Atividades. 12.2 - O Professor Doutor LUIZ FERNANDO
2221 BATISTA FRANKLIN DE MATOS encaminha o pedido de ingresso no Programa de
2222 Professor Sênior junto ao Departamento de FILOSOFIA - 19.1.5026.8.3 Plano. 12.3 - A
2223 Professora Doutora ANDREA MARIA ALTINO DE CAMPOS LOPARIC encaminha o
2224 pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao
2225 Departamento de FILOSOFIA - 13.1.5093.8.7 Plano e Relatório de Atividades. 12.4 - A
2226 Professora Doutor ZILDA MÁRCIA GRÍCOLI IOKOI encaminha o pedido de renovação de
2227 sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de HISTÓRIA -
2228 17.1.3532.8.7 Plano e Relatório de Atividades. 12.5 - A Professora Doutora MARIA LÚCIA
2229 MELLO E OLIVEIRA CACCIOLA encaminha o pedido de renovação de sua participação no
2230 Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de FILOSOFIA - 11.1.2753.8.4 - Plano e
2231 Relatório de Atividades. 12.6 - O Professor Doutor MAURÍCIO SALLES DE
2232 VASCONCELOS encaminha o pedido de ingresso no Programa de Professor Sênior junto ao
2233 Departamento de LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS - 19.1.5045.8.8 – Plano. Em
2234 votação em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque, os itens acima foram **APROVADOS**.
2235 13 - PROGRAMA PESQUISADOR COLABORADOR - Resolução CoPq nº 7413, de
2236 06.10.2017 - (votação aberta). **(OS ITENS ABAIXO, de 13.1 a 13.6, FORAM VOTADOS**
2237 **JUNTOS, OU SEJA, FORAM TODOS APROVADOS)**. Art. 3º. A participação no

A T A S

2238 programa será aceita dentro das seguintes condições: I – se for financiada por qualquer fonte de
2239 financiamento; II – se houver concessão de afastamento remunerado de instituição de pesquisa
2240 e ensino ou empresa, ou ainda, se o vínculo empregatício for em tempo parcial; III – SEM
2241 FINANCIAMENTO, a critério da Comissão de Pesquisa ou Conselho Deliberativo do Museu,
2242 Órgão de Integração ou Órgão Complementar. Observação: art. 6º. Parágrafo 3º. Nas situações
2243 elencadas nos incisos II e III do artigo 3º, além da aprovação da Comissão de Pesquisa ou
2244 Conselho Deliberativo, a solicitação deverá ser aprovada também pela maioria dos membros da
2245 Congregação da Unidade. 13.1 - Prof. Dr. SÉRGIO CARDOSO (DF) encaminha pedido de
2246 participação no Programa Pesquisador Colaborador do pesquisador CARLO GABRIEL
2247 KSZAN PANCERA, devidamente aprovado pelo CD e Comissão de Pesquisa (Modalidade:
2248 AFASTAMENTO EMPREGATÍCIO) - 19.1.4907.8.6. 13.2 - Prof. Dr. PEDRO PAULO
2249 GARRIDO PIMENTA (DH) encaminha pedido de participação no Programa Pesquisador
2250 Colaborador do pesquisador DEBORA CRISTINA MORATO PINTO, devidamente aprovado
2251 pelo CD e Comissão de Pesquisa (Modalidade: AFASTAMENTO EMPREGATÍCIO) -
2252 19.1.4910.8.7. 13.3 - Prof. Dr. ANDRÉ ROBERTO MARTIM (DG) encaminha pedido de
2253 participação no Programa Pesquisador Colaborador da pesquisadora ELI ALVES PENHA,
2254 devidamente aprovado pelo CD e Comissão de Pesquisa (Modalidade: AFASTAMENTO
2255 EMPREGATÍCIO) - 19.1.4333.8.0. 13.4 - Prof. Dr. MARCOS FRANCISCO NAPOLITANO
2256 DE EUGÊNIO (DH) encaminha pedido de participação no Programa Pesquisador Colaborador
2257 do pesquisador MIRIAM HERMETO DE SÁ MOTTA, devidamente aprovado pelo CD e
2258 Comissão de Pesquisa (Modalidade: SEM BOLSA) - 19.1.4905.8.3. 13.5 - Prof. Dr.
2259 JURANDYR LUCIANO SANCHES ROSS (DG) encaminha pedido de participação no
2260 Programa Pesquisador Colaborador do pesquisador MOISES ORTEMAR REHBEIN,
2261 devidamente aprovado pelo CD e Comissão de Pesquisa (Modalidade: AFASTAMENTO
2262 EMPREGATÍCIO) - 19.1.4909.8.9. 13.6 - Prof. Dr. WALDIR BEVIDAS (DL) encaminha
2263 pedido de participação no Programa Pesquisador Colaborador do pesquisador ANA CRISTINA
2264 FRICKE MATTE, devidamente aprovado pelo CD e Comissão de Pesquisa (Modalidade:
2265 BOLSA CAPES) - 19.1.4906.8.0. *Em discussão.* **Prof. Paulo Martins:** “São apenas Pós-
2266 Doc’s. Você pode ter financiamento ou não e isso já está decidido na Universidade. Então
2267 estamos aprovando aqueles que fizeram encaminhamento via departamento para a Congregação
2268 aprovar os nomes.”. Em aparte, **Diretora:** “Eu quero lembrar que a Faculdade é a instituição
2269 com o maior número de Pós-Doc’s da USP, independentemente de se fazer o cálculo
2270 proporcional.”. Em votação em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque, os itens acima
2271 foram **APROVADOS**. 14 - COMISSÃO DE POS-GRADUAÇÃO - CONVÊNIO E CO-

A T A S

2272 ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL - DUPLA TITULAÇÃO ACADÊMICA - (VOTAÇÃO
2273 ABERTA). 14.1 - Pedido da Sra. GABRIELA BRAGA DA SILVA (aluna USP) referente ao
2274 Convênio de Dupla Titulação entre a FFLCH e a Universidade de Lisboa, Portugal, junto ao
2275 Programa de Pós-Graduação Filologia e Língua Portuguesa - E-Convênios: 45401. 14.2 -
2276 Pedido do Sr. ANDRÉ LUIZ MARCONDES PELEGRINELLI (aluno USP) referente ao
2277 Convênio de Dupla Titulação entre a FFLCH e a Università di Roma "La Sapienza", Itália,
2278 junto ao Programa de Pós-Graduação História Social – E-Convênios: 45381. Em votação, o
2279 item acima foi **APROVADO**. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, a Senhora
2280 Presidente encerrou a sessão. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica
2281 de Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com a
2282 Senhora Presidente. São Paulo, 12 de dezembro de 2019.